



# TJ SE

## Prova Comentada

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 13/04/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **TJ-SE** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/3bb2e96a-866a-4ece-b5b2-a9c5ccabf57b>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/44946b22-8ea8-47b0-a860-d9d7a11216e7>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA –

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

**QUESTÃO 01.** Silmara e Jorge casaram-se civilmente em 2004 e assim permaneceram até o falecimento de Jorge, em 2019, viúva até hoje aguarda que o inventário termine para que os bens de Jorge possam ser partilhados entre ela e os quatro filhos que tiveram juntos. Não obstante, Silmara conheceu Renato, se apaixonaram e desejam casar-se civilmente.

Nesse caso, o casamento de Silmara e Renato é atingido por:

- a) impedimento;
- b) causa de ineficácia;
- c) causa suspensiva;
- d) causa de anulabilidade;
- e) causa de inexistência.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre causas suspensivas do casamento.

A alternativa A está incorreta. No caso, não há impedimento (art. 1.521, CC), pois Silmara é viúva e não há parentesco proibitivo com Renato. Trata-se de hipótese de suspensão do casamento, nos termos do art. 1.523, I do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Causas de ineficácia tornariam o casamento inválido em certas circunstâncias, o que não se aplica diretamente à situação apresentada.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 1.523, I do Código Civil, trata-se de causa suspensiva do casamento. O Código Civil estabelece que o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido não deve casar-se enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros. Isso visa evitar confusão patrimonial. Vejamos: “Art. 1.523. Não devem casar: I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto1 não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.”

A alternativa D está incorreta. Causas de anulabilidade (art. 1.550, CC) tornam o casamento passível de anulação judicial, como erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge. Trata-se de hipótese de suspensão do casamento, nos termos do art. 1.523, I do Código Civil.

A alternativa E está incorreta. Não é o caso aqui. As causas de inexistência dizem respeito a falhas tão graves que impedem o reconhecimento do casamento, como a ausência de celebração por autoridade competente. Logo, refere-se à suspensão do casamento, nos termos do art. 1.523, I do Código Civil.

**QUESTÃO 02. Mauro era um homem muito generoso e reiteradamente doava seus bens aos filhos. Depois que faleceu, em 2019, no âmbito do processo de inventário, verificou-se a necessidade de acerto das legítimas, justamente pela colação de bens.**

**Nesse caso, considerando que doará um apartamento para Gildinho, seu primogênito, em 1997; um haras para sua filha do meio, Roberta, em 2007; e um carro conversível para seu caçula, Maurinho, em 2017, a colação deverá considerar:**

**a) em todos os casos, o valor dos bens ao tempo da liberalidade, corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão;**

**b) em todos os casos, o valor dos bens ao tempo da abertura da sucessão;**

**c) quanto ao apartamento e ao carro conversível, o valor na época da abertura da sucessão; quanto ao haras, o valor na época da liberalidade, corrigido monetariamente até abertura da sucessão;**

**d) quanto ao apartamento e ao carro conversível, o valor na época da liberalidade, corrigido monetariamente até a abertura da sucessão; quanto ao haras, o valor na data do óbito;**

**e) quanto ao apartamento, o valor na época da liberalidade, corrigido monetariamente até a abertura da sucessão; quanto ao haras, o valor na data do óbito; e quanto ao carro conversível, o valor atual na época da partilha.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre colação de bens.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 2.004 do Código Civil, estabelece que o valor dos bens conferidos na colação é o que tinham ao tempo da liberalidade, corrigido monetariamente até a abertura da sucessão. Ou seja, o valor do momento da doação, e não da sucessão. Vejamos: “Art. 2.004. O valor de colação dos bens doados será aquele, certo ou estimativo, que lhes atribuir o ato de liberalidade.” Ainda, nesse sentido, é a jurisprudência do STJ ao julgar o REsp 1166568: “RECURSO ESPECIAL. SUCESSÃO. BENS À COLAÇÃO. VALOR DOS BENS DOADOS. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DA ABERTURA DA SUCESSÃO. APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 2.004 DO CC/2002. VALOR ATRIBUÍDO NO ATO DE LIBERALIDADE COM CORREÇÃO MONETÁRIA ATÉ A DATA DA SUCESSÃO. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.1. Tendo sido aberta a sucessão na vigência do Código Civil de 2002, deve-se observar o critério estabelecido no art. 2.004 do referido diploma, que modificou o art. 1.014, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973, pois a contradição presente nos diplomas legais, quanto ao valor dos bens doados a serem trazidos à colação, deve ser solucionada com observância do princípio de direito intertemporal *tempus regit actum*. 2. O valor de colação dos bens deverá ser aquele atribuído ao tempo da liberalidade, corrigido monetariamente até a data da abertura da sucessão. 3. Existindo divergência quanto ao valor atribuído aos bens no ato de liberalidade,

poderá o julgador determinar a avaliação por perícia técnica para aferir o valor que efetivamente possuíam à época da doação. 4. Recurso especial não provido. “

A alternativa B está incorreta. Esta alternativa está incorreta, ao contrariar o disposto no artigo 2.004 do Código Civil, que é claro ao estabelecer um único critério: o valor dos bens na época da liberalidade, corrigido monetariamente até a abertura da sucessão.

A alternativa C está incorreta. Essa opção mistura os critérios de avaliação e por isso está incorreta, contrariando o disposto no art. 2.004 do Código Civil. A aplicação do "valor na data do óbito" para o haras não encontra respaldo no artigo 2.004 do Código Civil, que especifica a "época da liberalidade" como referência.

A alternativa D está incorreta. No artigo 2.004, define um critério único e claro para a colação de bens: o valor na época da doação (liberalidade), ajustado pela inflação até a data de abertura da sucessão (morte do doador).

**QUESTÃO 03. Edivânia e Valdinho viviam em união estável há dez anos, mas nunca tiveram filhos. A dificuldade em conceber foi frustrando Valdinho e desgastando o relacionamento. Tanto assim que, em janeiro de 2024, Edivânia vive um tórrido romance com Romeu.**

**Quando isso vem à tona, o casal se separa, já em fevereiro do mesmo ano. Logo em seguida, em março de 2024, Edivânia começa a namorar com Toninho e, dois meses depois (antes mesmo que houvesse processo de dissolução da união anterior), se casam. Em julho de 2024, nasce Vaninha, filha de Edivânia.**

**Valdinho, Romeu e Toninho se recusam a registrar a criança. Por isso, Vaninha, representada por sua mãe, ajuíza ação de investigação de paternidade, que chega para sentença sem que qualquer prova tenha sido produzida, senão uma carta escrita por Edivânia confessando que, enquanto estava com Valdinho e Romeu, sempre usou, escondidamente, métodos contraceptivos.**

**Nesse caso, ao ponderar as presunções legais do Código Civil, o juiz deverá considerar que o pai é:**

**a) Valdinho, porque o adultério de Edivânia, ainda que confessado, não ilide a presunção de paternidade, sendo certo que, dadas as peculiaridades do caso concreto, o fato de Vaninha ter nascido na constância do casamento de Edivânia com Toninho nada influenciará;**

**b) Romeu, considerando o adultério de Edivânia, associado ao longo tempo de tentativas infrutíferas com Valdinho, a fazer presumir sua incapacidade de conceber;**

**c) Toninho, porque Vaninha nasceu na constância de seu casamento com Edivânia, sendo certo que as presunções legais de paternidade contidas no Código Civil se referem ao casamento, que é solene e formal, mas não à união estável;**

**d) Valdinho, porque, embora Vaninha tenha nascido na**

**constância do casamento de Edivânia com Toninho, as núpcias ocorreram antes da homologação da partilha;**

**e) Toninho, diante da confissão de Edivânia de que impedia a concepção quando estava se relacionando com Valdinho e Romeu.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Direito de Família, mais especificamente, a paternidade.

A alternativa A está correta. O artigo 1.597 do Código Civil estabelece presunções de paternidade, e o inciso I presume que os filhos nascidos na constância do casamento são do marido. A saber: “Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;”. No caso, Vaninha foi concebida durante a união estável de Edivânia e Valdinho. A presunção de paternidade, nesse caso, recai sobre o ex-companheiro e vale lembrar que adultério por si só não exclui a paternidade.

A alternativa B está incorreta. A paternidade é determinada por presunções legais, conforme o art.1.597 do CC, ou provas biológicas, não por suposições sobre fertilidade.

A alternativa C está incorreta. Embora o artigo 1.597 do Código Civil estabeleça presunções de paternidade para filhos nascidos no casamento, essas presunções não se aplicam retroativamente a uniões estáveis anteriores.

A alternativa D está incorreta. A homologação da partilha não é um fator determinante para a presunção de paternidade, não havendo amparo legal nesse sentido. A presunção se baseia no momento da concepção, não na conclusão do processo de dissolução da união estável.

A alternativa E está incorreta. a confissão não transfere automaticamente a paternidade para Toninho. A paternidade é determinada por presunções legais ou provas biológicas, conforme o art. 1.597 do Código Civil.

**QUESTÃO 04. Rosenildo era credor cível de empreendimento de economia solidária. Depois de descobrir a confusão patrimonial entre seus diretores, postulou judicialmente, no bojo de execução de título extrajudicial, a desconsideração da personalidade jurídica.**

**Nesse caso, o pleito é:**

**a) inviável, porque a legislação não concede personalidade jurídica autônoma aos empreendimentos de economia solidária;**

**b) inviável, considerando que, embora tais empreendimentos tenham personalidade jurídica autônoma, seus membros não têm direitos e deveres entre si, de modo que não poderiam responder pelas obrigações do ente coletivo;**

c) viável e poderá atingir todos os membros, que são ligados por um vínculo obrigacional semelhante ao das sociedades;

d) viável, mas poderá atingir apenas o patrimônio daqueles associados que exerceram algum cargo diretivo e com poder de decisão dentro da entidade, porque, nesse tipo de pessoa jurídica, o elemento pessoal pouco importa;

e) viável e poderá atingir todos os membros, porque, nesse tipo de pessoa jurídica, o elemento pessoal pouco importa.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a desconsideração da personalidade jurídica em empreendimentos de economia solidária.

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 15.068/2024, alterou o artigo 44 do Código Civil, e agora, os empreendimentos de economia solidária são considerados pessoas jurídicas de direito privado. Portanto, possuem personalidade jurídica autônoma.

A alternativa B está incorreta. Mesmo com personalidade jurídica autônoma, os membros de empreendimentos de economia solidária possuem direitos e deveres entre si, e a desconsideração da personalidade jurídica pode ocorrer em casos de abuso.

A alternativa C está incorreta. Embora a desconsideração seja viável, ela não atinge necessariamente todos os membros, mas sim aqueles que contribuíram para a confusão patrimonial.

A alternativa D está correta, conforme o art. 50 do Código Civil. A desconsideração da personalidade jurídica, conforme o artigo 50 do Código Civil, visa atingir o patrimônio daqueles que abusaram da personalidade jurídica, geralmente diretores ou pessoas com poder de decisão, vejamos: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019).”

A alternativa E está incorreta. A desconsideração da personalidade jurídica não atinge indiscriminadamente todos os membros, mas sim aqueles que contribuíram para o abuso.

### QUESTÃO 05. O prazo moral:

a) implica mora ex persona;

b) se verifica no mútuo de dinheiro em que não se pactuou vencimento;

c) é medida de equidade para a exigibilidade de obrigações intervivos e causa mortis;

**d) refere-se exclusivamente a obrigações diferidas no tempo, notadamente as de trato sucessivo;**

**e) justifica a redução proporcional da indenização conforme for maior o tempo até o ajuizamento da demanda de reparação dos danos extrapatrimoniais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre obrigação.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 397 do CC e parágrafo único. A saber: “Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor. (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência) Parágrafo único. Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.” O "prazo moral" refere-se à situação em que, embora não haja um prazo determinado para o cumprimento da obrigação, o devedor é considerado em mora após ser interpelado pelo credor. Isso caracteriza a "mora ex persona", que ocorre quando a mora depende de uma ação do credor (interpelação).

A alternativa B está incorreta. No mútuo (Art. 586) de dinheiro sem vencimento pactuado, a exigibilidade da obrigação depende de interpelação, mas isso não define o prazo moral em si, apenas a forma de constituição da mora.

A alternativa C está incorreta. O prazo moral não é uma medida de equidade em si, mas sim uma consequência da falta de prazo determinado, nos termos do art. 397 do CC.

A alternativa D está incorreta. O prazo moral não se limita a obrigações diferidas ou de trato sucessivo, mas sim a qualquer obrigação sem prazo determinado, nos termos do art. 397 do CC.

A alternativa E está incorreta. O tempo para ajuizamento da ação está relacionado a prescrição (Art. 189 e ss, CC), e não ao prazo moral.

**QUESTÃO 06. Roberto e Laura são casados pelo regime da comunhão parcial de bens desde 2015/ Na constância do casamento, eles compraram um automóvel, Laura herdou uma chácara de sua mãe e Roberto comprou um apartamento em Itabaiana com recursos do casal, mas o registrou apenas em seu nome.**

**Acerca do regime de bens do casal, é correto afirmar que:**

**a) a chácara deverá ser objeto de partilha entre Roberto e Laura por ocasião do eventual divórcio do casal;**

**b) se Laura desejar vender o automóvel adquirido pelo casal, exige-se a vênia de Roberto;**

**c) o registro apenas em nome de Roberto impede que o apartamento em Itabaiana seja considerado um bem comum do casal;**

**d) se Roberto quiser vender o apartamento em Itabaiana, precisará da vênia de Laura;**

**e) se Roberto desejar onerar o automóvel, necessitará da vênia de Laura.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre o regime de comunhão parcial de bens.

A alternativa A está incorreta. No regime de comunhão parcial de bens, os bens adquiridos por herança são considerados bens particulares de cada cônjuge, conforme o artigo 1.659, I, do Código Civil. Portanto, a chácara herdada por Laura não entraria na partilha. Vejamos: “art. 1.659. Excluem-se da comunhão: I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar;”

A alternativa B está incorreta. O artigo 1.647, I, do Código Civil exige a autorização do outro cônjuge para a alienação de bens imóveis, mas não de bens móveis, como o automóvel. Vejamos: “Art. 1.647. Ressalvado o disposto no art. 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta: I - alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis;”

A alternativa C está incorreta. No regime de comunhão parcial de bens, os bens adquiridos onerosamente na constância do casamento são considerados bens comuns, independentemente de em nome de quem estejam registrados.

A alternativa D está correta. Consoante o art. 1659 do Código Civil, exige-se a autorização do outro cônjuge para a alienação de bens imóveis, como o apartamento em Itabaiana.

A alternativa E está incorreta. O artigo 1.647, II, do Código Civil exige a autorização do outro cônjuge para onerar bens imóveis, não moveis.

**QUESTÃO 07. O inventário de Zenaide (sem testamento) vem sendo objeto de profunda disputa entre seus três filhos sobreviventes (Ana Alice, Bianca e Cecília), que pretendem mutuamente se excluir da sucessão por indignidade. Ana Alice tinha severas divergências com Xisto, o companheiro de Zenaide, tendo praticado difamação contra ele, objeto inclusive de condenação criminal transitada em julgado. Bianca, por sua vez, manteve um relacionamento amoroso com Xisto, enquanto ele era companheiro de sua mãe. Por fim, Cecília, quando tinha 20 anos, foi responsável pela morte de seu próprio irmão que era quinze anos mais novo, Daniel (o quarto filho de Zenaide, pré-morto), em virtude de negligência ao esquecê-lo trancado dentro de automóvel, levando ao seu sufocamento.**

**Com base nesses fatos, a exclusão da sucessão de Zenaide pode ocorrer somente quanto a:**

- a) Ana Alice;
- b) Ana Alice e Bianca;
- c) Bianca;
- d) Bianca e Cecília;

## e) Cecília.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Direito das Sucessões, mais especificamente a exclusão de herdeiros por indignidade.

A alternativa A está correta, conforme o art. 1.814 do Código Civil, são excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente. A saber: “Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários: (...)”. Ou seja, o artigo 1.814 do Código Civil define as hipóteses de exclusão de herdeiros por indignidade, que são taxativas e devem ser interpretadas restritivamente. A Ana Alice vai ser excluída da sucessão por difamar o Xisto, praticando a conduta do inciso II “II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;”

A alternativa B está incorreta. Somente a Ana Alice vai ser excluída da sucessão. A conduta de Bianca não configura causa de indignidade, além do mais, Zenaide não expressou sua vontade nesse sentido, enquanto vida, por tanto, inaplicável o art. 1.962 do Código Civil, que trata da deserdação por condutas moralmente reprováveis.

A alternativa C está incorreta. O relacionamento amoroso de Bianca com o companheiro de sua mãe, embora reprovável, não configura causa de indignidade prevista no Código Civil.

A alternativa D está incorreta. A conduta de Bianca não configura causa de indignidade. Embora a conduta de Cecília seja grave, o artigo 1.814 do Código Civil, exige que o ato seja contra a pessoa de cuja sucessão se trata, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente. Como o ato foi contra o irmão, não se enquadra nas causas de indignidade.

A alternativa E está incorreta. Embora a conduta de Cecília seja grave, o artigo 1.814 do Código Civil, exige que o ato seja contra a pessoa de cuja sucessão se trata, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente. Como o ato foi contra o irmão, não se enquadra nas causas de indignidade.

**QUESTÃO 08. Na confusa contabilidade da XPTN Ltda., constavam, em 13/05/2023, cinco débitos não pagos perante o mesmo credor, o ABC S/A. O primeiro era referente a um empréstimo, no valor total de 50 mil reais, vencido há seis meses, com juros moratórios de 0,5% ao mês e sem multa moratória. O segundo, referente a uma locação, no valor total de 60 mil reais, teve vencimento há dois meses, com juros moratórios de 2% ao mês e com multa moratória de 10%. O terceiro, referente a uma indenização por responsabilidade civil extracontratual, com juros legais, ainda estava pendente de liquidação judicial. O quarto, referente a uma compra, no valor total de 80 mil reais, venceu há três meses, com juros moratórios de 1% ao mês e com multa moratória de 5%.**

**O quinto, referente a uma empreitada, no valor de 40 mil reais, vencerá, daqui a dois meses, portanto, sem juros moratórios ou multa./Naquele mesmo dia, 13/05/2023, a XPTN transferiu para o ABC o montante de 60 mil reais, sem, contudo, indicar a razão dessa transferência e sem o credor emitir recibo.**

Diante disso, o débito pago pela transferência foi:

- a) o primeiro, referente a um empréstimo;
- b) o segundo, referente a uma locação;
- c) o terceiro, referente a uma indenização;
- d) o quarto, referente a uma compra;
- e) o quinto, referente a uma empreitada.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre imputação do pagamento.

A alternativa A está correta, consoante o art. 355 do Código Civil, se o devedor não indicar qual dívida pretende pagar, o pagamento será imputado à dívida mais antiga. Vejamos: “Art. 355. Se o devedor não fizer a indicação do art. 352, e a quitação for omissa quanto à imputação, esta se fará nas dívidas líquidas e vencidas em primeiro lugar. Se as dívidas forem todas líquidas e vencidas ao mesmo tempo, a imputação far-se-á na mais onerosa.” No caso, o empréstimo é a dívida mais antiga, vencida há seis meses.

A alternativa B está incorreta. Embora a dívida da locação possua juros moratórios e multa, a imputação do pagamento prioriza a dívida mais antiga, conforme o artigo 355 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. A dívida da indenização ainda está pendente de liquidação judicial, o que a torna incerta. A imputação do pagamento não se aplica a dívidas ilíquidas.

A alternativa D está incorreta. Embora a dívida da compra possua juros moratórios e multa, a imputação do pagamento prioriza a dívida mais antiga, conforme o artigo 355 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta. A dívida da empreitada ainda não venceu, portanto, não é exigível. A imputação do pagamento não se aplica a dívidas inexigíveis.

**QUESTÃO 09. É válida a cláusula de irresponsabilidade ou de não indenizar estipulada em:**

- a) convenção condominial quanto a furtos ocorridos no estacionamento privativo de moradores;
- b) contrato de transporte;
- c) contrato de depósito;
- d) convenção condominial, registrada em cartório, quanto a objetos caídos do prédio;
- e) contrato de adesão.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre contratos, mais especificamente sobre a validade das cláusulas de irresponsabilidade ou de não indenizar.

A alternativa A está correta. Em convenções condominiais, é possível estipular cláusulas de irresponsabilidade para furtos em áreas privativas, como o estacionamento de moradores. Isso se deve à autonomia da vontade dos condôminos em regular as relações internas do condomínio.

Nesse sentido, inclusive, prevê a Súmula 211 do STJ: "O condomínio só responde por furtos ocorridos nas suas áreas comuns se isso estiver expressamente previsto na respectiva convenção."

A alternativa B está incorreta. O artigo 734 do Código Civil veda a cláusula de irresponsabilidade em contratos de transporte, visando proteger os passageiros e a segurança do transporte.

A alternativa C está incorreta. No contrato de depósito, o depositário tem o dever de guardar e conservar a coisa depositada, respondendo por eventuais danos, conforme o artigo 629 do Código Civil. Cláusulas de irresponsabilidade são geralmente inválidas.

A alternativa D está incorreta. O artigo 938 do Código Civil responsabiliza o condomínio por danos causados por objetos lançados ou caídos do prédio. Cláusulas de irresponsabilidade são inválidas nesse caso.

A alternativa E está incorreta. O artigo 424 do Código Civil considera nulas as cláusulas de irresponsabilidade em contratos de adesão, quando implicarem renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

**QUESTÃO 10. Bruno, que estava inscrito em cadastros de inadimplentes, pediu a sua sogra que financiasse um carro em seu nome. Em determinado momento, ela se mudou para a Itália, não conseguindo mais pagar as parcelas mensais. Bruno, então, procurou a instituição financeira arrendadora para assumir as prestações, cuja quitação faria imediatamente à vista, de modo que o veículo pudesse, desde logo, ser registrado em seu nome. A credora, no entanto, negou o requerimento, considerando a negativação de Bruno. Mesmo assim, Bruno consignou, em agência daquele mesmo banco, todo o saldo devedor.**

**Nesse caso, à luz exclusivamente do ordenamento civil, Bruno:**

**a) era terceiro interessado com legitimidade para consignar o pagamento em caso de recusa injusta do credor para recebê-lo, como se verificou, de modo que faz jus ao registro do veículo em seu nome, pela sub-rogação nas garantias do credor;**

**b) perfectibilizou uma assunção da dívida, que dispensa a anuência do credor, de modo que faz jus ao registro da propriedade do veículo em seu nome;**

**c) pretendia a assunção da dívida, o que, se tivesse obtido a imprescindível concordância do credor, teria como efeito a transferência do veículo para o seu nome;**

d) perfectibilizou a cessão de posição contratual, a qual dispensa a anuência do cedido, de modo que faz jus à transferência do veículo para o seu nome;

e) perfectibilizou a cessão de posição contratual, a qual, embora não dispense a anuência do cedido, deve ser reconhecida como válida e eficaz no caso concreto, de sorte a ensejar a transferência do veículo para o seu nome.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre assunção de dívida.

A alternativa A está incorreta. Embora Bruno tenha legitimidade para consignar o pagamento, nos termos do artigo 304 do Código Civil, a consignação não implica automaticamente a transferência da propriedade do veículo para seu nome. Vejamos: “Art. 304. Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.”

A alternativa B está incorreta. A assunção de dívida, conforme o artigo 299 do Código Civil, exige a anuência do credor. Sem essa anuência, a assunção não é válida, e Bruno não tem direito ao registro do veículo em seu nome. Vejamos: “Art. 299. É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.”

A alternativa C está correta, pois Bruno pretendia assumir a dívida, o que exigiria a concordância do credor. Se essa concordância fosse obtida, a transferência do veículo para seu nome seria possível, conforme os arts. 299 e 304 CC. Vale ressaltar que a consignação do pagamento, por si só, não transfere a propriedade do veículo. Veja literalidade da Lei: “Artigo 299 do Código Civil: “A assunção de dívida pode ser feita com a anuência expressa do credor. Artigo 304 do Código Civil: “Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à1 exoneração do devedor.”

A alternativa D está incorreta. A cessão de posição contratual, diferentemente da cessão de crédito, exige a anuência do cedido.

A alternativa E está incorreta. A cessão de posição contratual necessita da anuência da parte cedida, portanto sem essa anuência, o negócio não é considerado válido.

**QUESTÃO 11. Leonor e Sérgio foram casados por anos em comunhão universal de bens, período em que prosperaram financeiramente. Às vésperas de completarem suas bodas de prata, Leonor descobre uma traição e eles resolvem se separar. Da partilha, que rateou rigorosamente todo o acervo patrimonial, constou cláusula segundo a qual Sérgio, por ter ficado com investimentos e bens que produzem rendimentos, pagaria, vitaliciamente, 30 mil reais a Leonor.**

**Anos depois, Sérgio, aos 85 anos, sofre séria complicação de saúde e pretende se exonerar destes pagamentos.**

**Nesse caso, é correto afirmar que:**

a) é possível a exoneração dos pagamentos, diante do acometimento da saúde de Sérgio, sobretudo considerando a equanimidade da partilha e o fato de Leonor ter recebido sua meação em expressivo montante, a lhe permitir conforto financeiro;

b) é possível a revisão judicial dos valores, nos termos do Art. 1.699 do Código Civil ("[s]e, fixados os alimentos, sobrevier mudança recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo"), mas não a exoneração;

c) é possível a exoneração dos pagamentos, não com base nas normas relativas alimentos, mas pela nulidade da estipulação de renda vitalícia, quando deveria ser por prazo certo;

d) é possível a exoneração dos pagamentos, não com base nas normas relativas a alimentos, mas pela aplicação da teoria da onerosidade excessiva a justificar a resolução do negócio jurídico;

e) não é possível a exoneração nem a revisão dos pagamentos livremente pactuados dentro do figurino legal.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a possibilidade de exoneração ou revisão de pagamentos estabelecidos em um acordo de partilha de bens após um divórcio, especificamente em um regime de comunhão universal de bens.

A alternativa A está correta. A possibilidade de exoneração, nesse contexto, pode ser analisada sob a ótica da alteração das condições financeiras de Sérgio, em conjunto com a análise da suficiência dos bens recebidos por Leonor. Nesse sentido, inclusive, é o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, tomando a seguinte posição, considerando que a homologação de um acordo diverso daquele já homologado e transitado em julgado em ação de divórcio consensual é possível mesmo nos casos em que o novo ajuste envolve uma partilha de bens diferente da que havia sido estabelecida inicialmente entre as partes.

A alternativa B está incorreta. A natureza dos pagamentos, nesse caso, é indenizatória, e não alimentar, embora o artigo 1.699 do Código Civil trate da revisão de alimentos. Portanto, não confundam.

A alternativa C está incorreta. A estipulação de renda vitalícia em um acordo de partilha não é necessariamente nula. A validade da cláusula depende da análise das circunstâncias do caso, como a autonomia da vontade das partes e a equidade do acordo.

A alternativa D está incorreta. A revisão judicial, com base na alteração das condições financeiras das partes, é uma solução mais adequada.

A alternativa E está incorreta. A possibilidade de revisão ou exoneração de pagamentos em acordos de partilha é admitida pela jurisprudência, em casos de alteração das condições financeiras das partes.

**QUESTÃO 12.** Luís celebrou contrato com a XYZ S/A. Pelo contrato, Luís transferia a ela um vasto imóvel descampado e, em troca, a XYZ se comprometia a, dali a dez anos, devolver-lhe cinco lotes do terreno em questão, devidamente urbanizados. Do contrato constava que a XYZ se obrigava especificamente a que os lotes devolvidos estivessem com adequado fornecimento de água, esgoto e eletricidade. No fim do prazo previsto no contrato, a XYZ disponibilizou os cinco lotes para Luís, mas eles ainda não tinham fornecimento de energia elétrica.

Sobre o caso, é correto afirmar que:

a) a cláusula que prevê a obrigação de que os lotes tenham fornecimento de energia elétrica é nula, pois é prestação que incumbe ao estado;

b) o descumprimento da obrigação de que os lotes tenham fornecimento de energia elétrica não é imputável à devedora, pois decorrente de fato do príncipe;

c) a XYZ é responsável pelo fato de os lotes não terem fornecimento de energia elétrica, já que prometeu fato de terceiro relativo à prestação do poder público;

d) a XYZ assumiu, pelos termos do contrato, a posição de fiadora da municipalidade, ao se responsabilizar pelo fornecimento de energia elétrica;

e) Luís pode pretender a resolução do contrato pela inexecução da prestação, mas não pode pleitear indenização da XYZ tendo em vista que a prestação descumprida fugia ao controle.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre contrato de permuta de imóvel.

A alternativa A está incorreta. Embora o fornecimento de energia elétrica seja um serviço público, as partes podem contratualmente transferir a responsabilidade pela sua provisão.

A alternativa B está incorreta. O "fato do príncipe" é uma expressão jurídica que se refere a uma situação em que uma ação ou omissão do poder público impede o cumprimento de um contrato. No entanto, para que o fato do príncipe seja considerado, a ação do poder público deve impossibilitar o cumprimento da obrigação.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 439 do Código Civil, o devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, salvo se expressamente se houver por eles responsabilizado. Ou seja, quando a XYZ se comprometeu a entregar os lotes com energia elétrica, ela se tornou responsável por essa ação, mesmo que essa ação dependa de um terceiro (no caso, o poder público).

A alternativa D está incorreta. A XYZ não assumiu a posição de fiadora, mas sim a obrigação de entregar os lotes com infraestrutura completa.

A alternativa E está incorreta. Luís pode pleitear tanto a resolução do contrato quanto indenização por perdas e danos.

**QUESTÃO 13. Eis o relatório de sentença em ação de usucapião:**

"Na inicial, os autores afirmam que adquiriram, por escritura lavrada em 26/11/2016, um imóvel da sociedade XYZ. A partir da lavratura, que foi levada a registro quase dois anos depois, em 30/11/2018, os autores afirmam que exerceram, de forma mansa e pacífica, a posse direta do bem. Sucede que, neste ínterim, informações prestadas pela autarquia previdenciária ao oficial do registro público deram conta de possível falsidade da certidão negativa de tributos previdenciários apresentada pelo vendedor.

Isso levou à instauração de processo administrativo. Também por isso, em 16/07/2019, o juízo da Vara de Registros Públicos determinou o bloqueio da matrícula, nos termos do Art. 214, 93º, imediatamente cumprido. Cientes do bloqueio, os autores procuraram levantá-lo por diversos meios. Impetraram mandado de segurança, sem sucesso por decurso de prazo, e notificaram os vendedores para providências, também sem qualquer resposta.

Nesse contexto, ajuizaram, em maio de 2020, a presente demanda, pretendendo a usucapião do imóvel".

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) enquanto perdurar o bloqueio da matrícula, de efeitos análogos aos de seu cancelamento, não corre prescrição aquisitiva;
- b) embora seja possível, em tese, pretender a aquisição originária de imóvel cuja matrícula esteja bloqueada, como os efeitos são diversos aos de seu cancelamento, não seria possível se cogitar de usucapião tabular;
- c) não é caso de aquisição originária (por usucapião), mas derivada (a se concretizar por mera adjudicação), até porque não há inércia dos vendedores que não têm domínio sobre a decisão judicial que impôs o bloqueio, tampouco se opõem à ultimação do registro;
- d) é possível a usucapião tabular, cujo prazo é quinquenal, sem, contudo, possibilidade de cômputo durante o curso da demanda;
- e) é possível a usucapião tabular, cujo prazo é quinquenal e deve ser computado durante o curso da demanda.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre usucapião, mais especificamente na sua espécie tabular, usucapião que se aplica a imóveis registrados.

A alternativa A está incorreta. O bloqueio da matrícula não impede o curso da prescrição aquisitiva, especialmente na usucapião tabular, que considera a posse qualificada durante o período de registro, conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido ao julgar o REsp 1133451. Vejamos: "CIVIL. USUCAPIÃO TABULAR. REQUISITOS. MERO BLOQUEIO DE MATRÍCULA. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DO INSS INAUTÊNTICA PELOS VENDEDORES. LONGAINATIVIDADE POR PARTE DO ÓRGÃO. AUSÊNCIA DE TENTATIVAS DE ANULAÇÃO DO ATO OU RECEBIMENTO DO CRÉDITO. DECURSO DE TEMPO. CABIMENTO DA USUCAPIÃO. 1. A usucapião normalmente coloca em confronto particulares que litigam em torno da

propriedade de um bem móvel. 2 . Na hipótese dos autos, a constatação de que os vendedores do imóvel apresentaram certidão negativa de tributos previdenciários inautêntica levou o juízo da vara de registros públicos, em processo administrativo, a determinar o bloqueio da matrícula do bem. 3. O bloqueio da matrícula não colocou vendedores e compradores em litígio em torno da propriedade de um bem imóvel. Apenas promoveu uma séria restrição ao direito de propriedade dos adquirentes para a proteção do crédito financeiro do INSS . 4. Pelas disposições da Lei de Registros Públicos, o bloqueio da matrícula é ato de natureza provisória, a ser tomado no âmbito de um procedimento maior, no qual se discuta a nulidade do registro público. A lavratura de escritura de compra e venda sem a apresentação de certidão previdenciária é nula, pelas disposições do art. 47 da Lei 8 .212/91. Assim, o bloqueio seria razoável no âmbito de uma discussão acerca dessa nulidade. 5. Do ponto de vista prático, o bloqueio produz efeitos em grande parte equivalentes ao do cancelamento da matrícula, uma vez que torna impossível, ao proprietário de imóvel com matrícula bloqueada, tomar qualquer ato inerente a seu direito de propriedade, como o de alienar ou de gravar o bem. 6. Se o INSS ou qualquer outro legitimado não toma a iniciativa de requerer o reconhecimento ou a declaração da nulidade da escritura, o bloqueio da matrícula, por si só, não pode prevalecer indefinidamente. Na hipótese em que, mesmo sem tal providência, o bloqueio acaba por permanecer, produzindo efeitos de restrição ao direito de propriedade dos adquirentes do bem, a inatividade do INSS deve produzir alguma consequência jurídica. 7 . Num processo de usucapião tradicional, o prazo de prescrição aquisitiva só é interrompido pela atitude do proprietário que torne inequívoca sua intenção de retomar o bem. Se, por uma peculiaridade do direito brasileiro, é possível promover a restrição do direito de propriedade do adquirente para a proteção de um crédito, a prescrição aquisitiva que beneficia esse adquirente somente pode ser interrompida por um ato que inequivocamente indique a intenção do credor de realizar esse crédito. 8. Se, após dez anos a partir do bloqueio da matrícula, o INSS não requer a declaração de nulidade da compra e venda, não executa o crédito previdenciário que mantém perante o vendedor do imóvel, não requer o reconhecimento de fraude à execução, não penhora o bem controvertido, enfim, não toma providência alguma, é possível reconhecer, ao menos em status assertionis, a ocorrência de usucapião tabular, de modo que o indeferimento da petição inicial da ação que a requer é providência exagerada . 9. Recurso especial conhecido e provido, reformando-se a decisão que indeferiu a petição inicial do processo e determinando-se seu prosseguimento, com a citação dos interessados, nos termos da lei. (STJ - REsp: 1133451 SP 2009/0065300-4, Relator.: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 27/03/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/04/2012)”

A alternativa B está incorreta. A usucapião tabular é uma modalidade específica que se aplica a imóveis registrados, e o bloqueio da matrícula não impede sua aplicação, conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido ao julgar o REsp 1133451.

A alternativa C está incorreta. A usucapião é uma forma de aquisição originária da propriedade, e não derivada.

A alternativa D está incorreta. O prazo quinquenal da usucapião tabular pode ser computado durante o curso da demanda, desde que a posse qualificada seja comprovada. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que é possível o reconhecimento da prescrição aquisitiva quando o prazo exigido pela lei se completa no curso da ação de usucapião, por força do artigo 462 do Código de Processo Civil de 1973. Conforme a Relatora Nancy Andrigli salientou que, nessas hipóteses, o juiz deve proferir sua decisão tendo como base o estado em que o processo se encontra, recepcionando, se for o caso, fato constitutivo que se concretizou após o ajuizamento da demanda, na forma do artigo 462 do CPC/1973. "A prestação jurisdicional deve ser concedida de acordo com a situação dos fatos no momento da sentença".

A alternativa E está correta. A usucapião tabular, prevista no artigo 1.242 do Código Civil, exige posse qualificada por cinco anos, e esse prazo pode ser computado durante o curso da demanda. A saber: “Art. 1.242. Adquire também a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos. Parágrafo único. Será de cinco anos o prazo previsto neste artigo se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.” Portanto, a usucapião tabular é possível no caso apresentado, e o prazo quinquenal pode ser computado durante o curso da demanda.

**QUESTÃO 14. Cássio celebrou verbalmente contrato de fiança com Pâmela, estabelecendo-se como fiador solidário, de forma a garanti-la quanto ao cumprimento da obrigação de pagar aluguel, assumida por Thiago em decorrência de contrato de locação que com ela celebrou. Nos termos do contrato, o aluguel mensal é devido no valor de dois mil reais, com vencimento todo quinto dia útil do mês.**

**Nesse caso, o contrato de fiança é:**

- a) válido;
- b) nulo;
- c) anulável;
- d) ineficaz;
- e) inexistente.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a validade do contrato de fiança.

A alternativa A está incorreta. O contrato de fiança exige forma escrita, conforme o artigo 819 do Código Civil.

A alternativa B está correta. O artigo 819 do Código Civil estabelece que a fiança deve ser dada por escrito, e a ausência dessa formalidade torna o contrato nulo, nos termos dos artigos 104 e 166 do Código Civil. Vejamos: “Artigo 819 do Código Civil: A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva.” Artigo 104 do Código Civil: A validade do negócio jurídico requer: I - agente capaz; II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III - forma prescrita ou não defesa em lei. Artigo 166 do Código Civil: É nulo o negócio jurídico quando: IV - não revestir a forma prescrita em lei;”.

A alternativa C está incorreta. A ausência da forma escrita não torna o contrato anulável, mas sim nulo.

A alternativa D está incorreta. A ineficácia se refere a contratos válidos que não produzem efeitos, o que não é o caso aqui.

A alternativa E está incorreta. O contrato de fiança verbal existe, mas é nulo, não inexistente.

**QUESTÃO 15.** O autor de uma demanda, pessoa incapaz cuja interdição já havia sido decretada, pleiteou, em sua petição inicial, a condenação do réu a lhe pagar a obrigação derivada de um contrato, consubstanciada numa prestação pecuniária correspondente a importância de 30 salários mínimos.

Apreciando a peça exordial, o juiz percebeu que o documento representativo do crédito alegado pelo demandante consistia num título executivo extrajudicial.

Nesse contexto, o magistrado deve:

- a) indeferir de plano a inicial, haja vista a falta de interesse de agir;
- b) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da ação, determinando o regular prosseguimento do feito;
- c) ordenar a intimação do curador do autor, por oficial de justiça, para emendar a inicial, adequando-a à ação de execução;
- d) ordenar a intimação do autor, na pessoa de seu advogado, para emendar a inicial, adequando-a à ação de execução;
- e) declinar da competência para processar e julgar o feito em favor de um dos juizados especiais cíveis da mesma comarca.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o processo de conhecimento quando há título executivo.

A alternativa A está incorreta. O artigo 785 do Código de Processo Civil permite que o credor, mesmo possuindo título executivo extrajudicial, opte pelo processo de conhecimento. Vejamos: “Art. 785. A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.

A alternativa B está correta. O artigo 785 do Código de Processo Civil estabelece que a existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial. “Art. 785. A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.” O autor tem o direito de optar pelo processo de conhecimento, mesmo possuindo título executivo extrajudicial. É importante frisar que a escolha do tipo de ação é um direito do autor, e o juiz deve respeitar essa escolha.

As alternativas C e D estão incorretas. O autor tem o direito de escolher o tipo de ação, e o juiz não pode obrigá-lo a optar pela execução.

A alternativa E está incorreta. A competência para julgar a ação é do juízo comum, e não dos juizados especiais cíveis, devido ao valor da causa.

**QUESTÕES 16.** Em 2017, o Tribunal de Justiça do Estado Alfa julgou incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), fixando tese no sentido de ser devido o pagamento da gratificação por inatividade (GPI) a todos os policiais militares daquele estado, sejam ativos ou já passados à reserva remunerada.

No ano de 2023, após o advento da Lei Estadual nº XXX, a qual vedou a percepção da verba pelos policiais da reserva, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) debateu a viabilidade jurídica de obter a revisão da tese anteriormente fixada, de modo a adequá-la à novel legislação.

Nesse sentido, à luz do Código de Processo Civil e da Recomendação CNJ nº 134/2022, é correto afirmar que:

a) acolhido eventual pedido de revisão da tese jurídica, haverá automática rescisão das decisões transitadas em julgado com amparo na tese revista, vedada a atribuição de efeitos prospectivos à alteração da tese;

b) a revisão da tese jurídica dependerá de requerimento do estado, por meio de sua Procuradoria, das partes ou do Ministério Público, vedada a iniciativa de ofício do Poder Judiciário para rever a tese;

c) a superação do precedente firmado pelo Tribunal de Justiça dispensa fundamentação específica, sendo admitida a superação implícita pelo juiz ou pelo relator;

d) a PGE poderá requerer a revisão da tese jurídica em razão de overriding, hipótese em que se recomenda considerar imprópria a utilização do distinguishing como via indireta de superação do precedente pelo Tribunal de Justiça;

e) é recomendável a dispensa de menção, na fundamentação de eventual decisão determinando a revisão da tese jurídica, acerca da modulação de efeitos de tal revisão, sem que isso caracterize omissão da decisão.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A Recomendação 134/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um marco importante no tratamento dos precedentes judiciais no Brasil. O Artigo 46 dessa recomendação traz uma diretriz crucial para a segurança jurídica e a previsibilidade das decisões judiciais, vejamos: “Art. 46. Recomenda-se que na própria decisão que altera orientação jurisprudencial pacificada anterior ou adotada em precedente vinculante haja manifestação expressa sobre a modulação dos efeitos da nova orientação, sob pena de que a decisão possa ser tida por omissa, e considerada, portanto, embargável de declaração.”

A alternativa B está incorreta. O Art. 986 do CPC estabelece claramente que a revisão da tese jurídica firmada no IRDR pode ocorrer tanto por iniciativa das partes ou dos legitimados (mencionados no Art. 977, inciso III),

quanto de ofício pelo próprio tribunal. Portanto, a legislação permite expressamente que o Poder Judiciário revise a tese jurídica de forma autônoma, sem necessidade de provocação externa. A saber: “A revisão da tese jurídica firmada no incidente far-se-á pelo mesmo tribunal, de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados no art. 977, inciso III.”

A alternativa C está incorreta. O Art. 42 da Recomendação 134/2022 estabelece que, em casos de distinção ou superação de precedentes, é necessário apresentar fundamentação detalhada. Vejamos: “Art. 42. Sendo hipótese de distinção ou de superação, haverá, naturalmente, a necessidade de ser exposta a devida fundamentação no sentido da inaplicabilidade da tese ao caso concreto em julgamento ou da formulação de novos fundamentos que denotem que a tese não deverá mais ser aplicada, em razão de modificações ocorridas, como, por exemplo, a decorrente de alteração legislativa.”

A alternativa D está correta. Conforme explica o professor Vaslin, no overriding há apenas superação parcial do precedente, que, no caso, ocorrerá para afastar a possibilidade de gratificação para os policiais da reserva.

A alternativa E está incorreta. A Recomendação 134/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em seu Art. 46, estabelece que é recomendável que a decisão que altera orientação jurisprudencial pacificada ou precedente vinculante contenha manifestação expressa sobre a modulação dos efeitos da nova orientação. A ausência dessa manifestação pode caracterizar omissão da decisão, tornando-a passível de embargos de declaração. Vejamos: Art. 46. Recomenda-se que na própria decisão que altera orientação jurisprudencial pacificada anterior ou adotada em precedente vinculante haja manifestação expressa sobre a modulação dos efeitos da nova orientação, sob pena de que a decisão possa ser tida por omissa, e considerada, portanto, embargável de declaração.”

**QUESTÃO 17. Alexandre intentou ação de indenização, pelo procedimento comum, em face de município que constitui capital de estado, pleiteando a sua condenação a lhe pagar uma verba indenizatória a que entendia fazer jus.**

**Concluídas as fases postulatória e instrutória, o juiz da causa proferiu sentença em que, baseando-se em entendimento firmado em incidente de assunção de competência, condenava o ente público demandado a pagar a Alexandre quantia correspondente a 600 salários mínimos.**

**Foi efetivada a intimação pessoal da sentença, em relação ao membro da Advocacia Pública, por meio de carga dos autos, sem que a parte re interpusesse recurso de apelação no prazo legal, conforme certificado pela serventia.**

**Nesse cenário, o juiz deve:**

**a) ordenar, a despeito da validade da intimação da sentença, a renovação do ato, em razão da indisponibilidade do interesse público, de modo a propiciar a interposição, pelo réu, do recurso de apelação;**

**b) pronunciar a nulidade da intimação da sentença e determinar a renovação do ato, já então por oficial de justiça, na pessoa do procurador-geral do município;**

- c) determinar a remessa dos autos ao órgão ad quem, por força do reexame necessário;**
- e) ordenar a expedição de ofício ao presidente do Tribunal de Justiça, que poderá avocar os autos;**
- e) determinar que a serventia certifique o trânsito em julgado da sentença proferida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o reexame necessário em ações contra a Fazenda Pública.

As alternativas A e B estão incorretas. A intimação pessoal do membro da Advocacia Pública por carga dos autos é válida, conforme o artigo 183, § 1º, do Código de Processo Civil. A saber: “Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. § 1º A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.”

A alternativa C está correta. O artigo 496, § 1º, do Código de Processo Civil estabelece que, em casos de condenação da Fazenda Pública, a sentença está sujeita ao reexame necessário, independentemente da interposição de recurso de apelação. Vejamos: “Art. 496, § 1º Nos casos previstos neste artigo, não interposta a apelação no prazo legal, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o presidente do respectivo tribunal avocá-los-á.”

As alternativas D e E estão incorretas. A avocação dos autos pelo presidente do Tribunal de Justiça só ocorre se o juiz de primeira instância não remeter os autos para o reexame necessário. A saber: “Art. 496, § 1º Nos casos previstos neste artigo, não interposta a apelação no prazo legal, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o presidente do respectivo tribunal avocá-los-á”. Além disso, a sentença não pode transitar em julgado em virtude do reexame necessário.

**QUESTÃO 18. A modalidade de intervenção de terceiros por meio da qual, diante da relevância da matéria, da especificidade do tema objeto da demanda ou da repercussão social da controvérsia, uma pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, manifesta-se no feito é:**

- a) a assistência simples;**
- b) a assistência litisconsorcial;**
- c) o amicus curie;**
- d) o chamamento ao processo;**
- e) o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre intervenção de terceiros.

A alternativa A está incorreta. A assistência simples ocorre quando um terceiro tem interesse jurídico na causa, mas não é parte dela (art.121, CPC).

A alternativa B está incorreta. A assistência litisconsorcial ocorre quando o assistente tem relação jurídica direta com o adversário da parte assistida (art. 124, CPC).

A alternativa C está correta. O amicus curiae é uma modalidade de intervenção de terceiros em que uma pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, manifesta-se no feito, diante da relevância da matéria, da especificidade do tema objeto da demanda ou da repercussão social da controvérsia. Assim estabelece o art. 138 do CPC: “Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.”

A alternativa D está incorreta. O chamamento ao processo ocorre quando o réu chama ao processo outros devedores solidários (art. 130, CPC).

A alternativa E está incorreta. O incidente de descon sideração da personalidade jurídica é um incidente processual que visa atingir o patrimônio dos sócios ou administradores de uma pessoa jurídica (art. 133, CPC).

**QUESTÃO 19. O condomínio Apartamentos Bonitos ajuizou ação de execução fundada em título executivo extrajudicial em face de Regina, proprietária do apartamento 01, referente a 25 cotas condominiais vencidas e não adimplidas.**

**Antes da citação, Regina tomou ciência da propositura da ação e buscou o condomínio exequente com vistas à celebração de acordo para pagamento do débito.**

**As partes lograram êxito na negociação, na qual Regina assumiu o compromisso de quitar as cotas em atraso por meio de 12 prestações mensais e sucessivas. O condomínio, por sua vez, se comprometeu a pleitear a suspensão do processo até o cumprimento integral do acordo por Regina.**

**Após a assinatura do acordo extrajudicial, o condomínio Apartamentos Bonitos apresentou petição nos autos, noticiando a celebração do negócio e requerendo a suspensão do processo executivo.**

**Tomando o caso acima como premissa, é correto afirmar que:**

**a) com a celebração do acordo, houve automática suspensão do processo, sendo prescindível o requerimento formulado pelo condomínio Apartamentos Bonitos para que haja a suspensão do feito;**

**b) é possível a suspensão do processo executivo a requerimento do condomínio Apartamentos Bonitos até o cumprimento do acordo sem que isso caracterize perda superveniente de seu interesse de agir no prosseguimento do processo executivo;**

**c) caso não lograsse êxito no acordo, no prazo para embargos, Regina poderia depositar o equivalente a 20% do débito em execução e requerer ao juízo que lhe fosse permitido pagar o restante em até seis parcelas mensais;**

**d) com efeito, o crédito referente a cotas condominiais constitui título executivo judicial, pelo que o condomínio Apartamentos Bonitos deveria ter proposto ação de execução fundada em título executivo judicial;**

**e) o pedido de suspensão do processo executivo deve ser indeferido, por não ser possível o sobrestamento do processo por requerimento das partes, em razão de expressa vedação do Código de Processo Civil.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A suspensão do processo depende de requerimento das partes e decisão judicial, conforme o artigo 922 do Código de Processo Civil. A saber: “Art. 922. Convindo as partes, o juiz declarará suspensa a execução durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra voluntariamente a obrigação. Parágrafo único. Findo o prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso. Art. 923. Suspensa a execução, não serão praticados atos processuais, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes.”

A alternativa B está correta. O artigo 922 do Código de Processo Civil permite a suspensão do processo executivo por acordo entre as partes, e o interesse de agir do exequente permanece íntegro caso o acordo não seja cumprido. Vejamos: “Art. 922. Convindo as partes, o juiz declarará suspensa a execução durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra voluntariamente a obrigação. Parágrafo único. Findo o prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso.”

A alternativa C está incorreta. O artigo 916 do Código de Processo Civil exige o depósito de 30% do valor em execução para o parcelamento do restante da dívida.: “Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.”

A alternativa D está incorreta. O crédito referente a cotas condominiais constitui título executivo extrajudicial, conforme o artigo 784, inciso X, do Código de Processo Civil: “Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais: X - o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas;”

A alternativa E está incorreta. O artigo 922 do Código de Processo Civil permite expressamente a suspensão do processo executivo por acordo entre as partes. A saber: “Art. 922. Convindo as partes, o juiz declarará suspensa a execução durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra

voluntariamente a obrigação. Parágrafo único. Findo o prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso. “

**QUESTÃO 20. No que se refere às provas, é correto afirmar que:**

**a) as partes da demanda podem requerer a sua produção, mas não o órgão do Ministério Público quando oficia como fiscal da ordem jurídica;**

**b) caso uma das partes requeira a juntada de um documento aos autos, o juiz deverá determinar a intimação da outra parte para que se manifeste a seu respeito, no prazo de 15 dias;**

**c) a sua produção antecipada é vedada na legislação processual, por ofender as garantias da ampla defesa e do contraditório;**

**d) a produção dos meios de prova típicos é admissível, sendo vedada a produção dos atípicos;**

**e) a decisão que versar sobre redistribuição do ônus da prova é insuscetível de impugnação por qualquer via recursal típica.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O Ministério Público, quando atua como fiscal da ordem jurídica, tem legitimidade para requerer a produção de provas, conforme o artigo 179 do Código de Processo Civil. Vejamos: “Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público: I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo; II - poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.”

A alternativa B está correta. O artigo 437, § 1º, do Código de Processo Civil estabelece que, ao ser juntado um documento aos autos por uma das partes, a outra parte deve ser intimada para se manifestar sobre ele no prazo de 15 dias. Vejamos: “Art. 437, § 1º Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra parte, que disporá do prazo de 15 (quinze) dias para adotar qualquer das posturas indicadas no art. 436”.

A alternativa C está incorreta. O artigo 381 do Código de Processo Civil admite a produção antecipada de provas em determinadas situações, como quando há risco de que a prova se torne impossível ou muito difícil de ser produzida no curso da ação. A saber: “Art. 381 A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação; II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.”

A alternativa D está incorreta. O artigo 369 do Código de Processo Civil permite a produção de meios de prova atípicos, desde que sejam legais e moralmente legítimos: “Art. 369. As partes têm o direito de

empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.”

A alternativa E está incorreta. O artigo 1.015, inciso XI, do Código de Processo Civil prevê que a decisão que redistribui o ônus da prova é impugnável por meio de agravo de instrumento: “Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;”

**QUESTÃO 21. Nos autos de ação movida por João em face de Jonias, o réu alegou três questões preliminares e uma questão prejudicial em sede de contestação.**

**Ao efetuar o saneamento e a organização do processo, o juízo rejeitou as preliminares arguidas por Jonias e postergou o exame da questão prejudicial para a sentença, por entender que o exame de tal questão se confundia com a análise do mérito do processo.**

**Outrossim, o magistrado também determinou a produção de prova pericial, nomeando o perito no mesmo ato, e prova oral, consistente em depoimento pessoal e oitiva de testemunhas indicadas pelas partes.**

**Jonias discordou do entendimento adotado pelo magistrado, por entender que as questões preliminares e a prejudicial deveriam ser analisadas em conjunto no saneamento do processo.**

**Nesse caso, considerando as disposições do Código de Processo Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:**

- a) Jonias poderá requerer o esclarecimento da decisão no prazo de dez dias, findo o qual a decisão se tornará estável;**
- b) o número de testemunhas arroladas não pode ser superior a seis, sendo duas, no máximo, para a prova de cada fato;**
- c) como o exame da questão prejudicial se confunde com a análise do mérito do processo, não há nulidade processual decorrente da postergação de sua análise para a sentença;**
- d) a arguição de impedimento ou suspeição do perito poderá ser formulada por petição simples, no prazo de cinco dias a contar da ciência da nomeação pelas partes;**
- e) João e Jonias poderão assistir um ao depoimento do outro, independentemente de já terem deposto ou não.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O prazo para requerer esclarecimentos ou ajustes na decisão de saneamento é de 5 dias, conforme o artigo 357, § 1º, do Código de Processo Civil. Vejamos: “Art. 357, § 1º Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.”

A alternativa B está incorreta. O número máximo de testemunhas arroladas é de 10, sendo 3, no máximo, para a prova de cada fato, conforme o artigo 357, § 6º, do Código de Processo Civil. Vejamos: “Art. 357, § 6º O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.”

A alternativa C está correta. As preliminares da contestação que se confundem com o mérito da demanda devem com este ser examinadas, não havendo nulidade no despacho saneador que posterga essa análise. STJ. 1ª Turma. REsp 1945660-SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 27/09/2022 (Info 751). O STJ entende que as preliminares da contestação que se confundem com o mérito da demanda devem com este ser examinadas, não havendo nulidade no despacho saneador que posterga essa análise.

A alternativa D está incorreta. O prazo para arguir impedimento ou suspeição do perito é de 15 dias, contados da intimação do despacho de nomeação, conforme o artigo 465, § 1º, do Código de Processo Civil. Vamos ver: “art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo. § 1º Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.”

A alternativa E está incorreta. É vedado a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte, conforme o artigo 385, § 2º, do Código de Processo Civil. “Art. 385, § 2º É vedado a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.”

**QUESTÃO 22. No que se refere à competência do órgão judicial para processar e julgar um determinado feito, é correto afirmar que:**

- a) a competência consiste numa condição para o regular exercício do direito de ação, cuja ausência leva à extinção do processo sem resolução do mérito;**
- b) o vício da incompetência relativa é suscetível pela parte interessada por meio da exceção de incompetência;**
- c) o vício da incompetência absoluta não pode ser reconhecido de ofício pelo juiz;**
- d) o vício da incompetência absoluta é suscetível como questão preliminar da peça contestatória;**
- e) caso um juízo absolutamente incompetente profira uma decisão interlocutória, esta é inválida e desprovida eficácia.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A competência não é condição da ação, mas pressuposto processual de validade da demanda. A ausência de competência não leva à extinção do processo sem resolução do mérito, mas sim à remessa dos autos ao juízo competente.

A alternativa B está incorreta. O vício da incompetência relativa deve ser alegado como questão preliminar de contestação: “Art. 65. Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.”

A alternativa C está incorreta. O vício da incompetência absoluta pode ser reconhecido de ofício pelo juiz em qualquer tempo e grau de jurisdição, conforme o artigo 64, § 1º, do Código de Processo Civil. Vejamos: “Art. 64, § 1º A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

A alternativa D está correta. Tanto a incompetência absoluta quanto a relativa devem ser alegadas como questão preliminar de contestação, conforme o artigo 64 do Código de Processo Civil. Vejamos “Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.”

A alternativa E está incorreta. O artigo 64, § 4º, do Código de Processo Civil estabelece que, salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida pelo juízo competente. A saber: “Art. 64, § 4º Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.”

**QUESTÃO 23.** Joana ajuizou ação, pelo procedimento comum, em face de Valmir, seu vizinho, na qual requereu a condenação do réu a remover o muro divisório entre as respectivas casas, por ele ter sido construído em desconformidade com a legislação civil sobre direito de vizinhança. Na sentença, o juiz julgou procedente o pedido, condenando Valmir a remover a construção. Outrossim, o magistrado também condenou Valmir ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a despeito da ausência de pedido de Joana a respeito. Transitada em julgado a sentença, Joana requereu seu cumprimento ao juízo, o qual fixou 15 dias para Valmir retirar o muro, sob pena de multa diária. Findo o prazo assinalado, diante da inércia de Valmir, Joana pediu a conversão da obrigação em perdas e danos.

Tomando o caso acima como premissa, é correto afirmar que:

a) é dispensada a formulação de pedido expresso de condenação do réu ao reembolso das custas processuais e pagamento de honorários advocatícios, tratando-se de pedidos implícitos;

b) a conversão da obrigação em perdas e danos é vedada na hipótese, por ser possível a obtenção da tutela específica, independentemente do requerimento formulado por Joana;

c) o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar apenas o valor ou a periodicidade da multa vincenda, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva;

**d) a fixação de multa diária se deu mediante requerimento de Joana, visto que as medidas necessárias para a satisfação do exequente de tal espécie de obrigação dependem de pedido da parte;**

**e) a hipótese narrada admite o cumprimento provisório de sentença, visto que o recurso de apelação, como regra, possui efeito meramente devolutivo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O artigo 322, § 1º, do Código de Processo Civil estabelece que as verbas de sucumbência, incluindo custas e honorários, são compreendidas no pedido principal, não necessitando de pedido expresso. A saber: “Art. 322, § 1º Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.”

A alternativa B está incorreta. O artigo 499 do Código de Processo Civil permite a conversão da obrigação em perdas e danos se o autor o requerer ou se a tutela específica for impossível. “Art. 499. A obrigação somente será convertida em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.”

A alternativa C está incorreta. O artigo 537, § 1º, do Código de Processo Civil permite ao juiz modificar o valor, a periodicidade ou até mesmo excluir a multa, em casos de insuficiência, excesso, cumprimento parcial ou justa causa. “§ 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que: I - se tornou insuficiente ou excessiva; II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.”

A alternativa D está incorreta. O artigo 537 do Código de Processo Civil permite que o juiz fixe multa de ofício, independentemente de requerimento da parte. “Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.”

A alternativa E está incorreta. O artigo 1.012 do CPC, estabelece que a apelação terá efeito suspensivo. “Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.”

**QUESTÃO 24. Tâmara Doces Ltda, ajuizou ação, pelo procedimento comum, em face de Nivaldo, seu ex-sócio. O intuito da sociedade empresária é o de obter a condenação do réu a restituir 600 mil reais referentes a dividendos percebidos em desconformidade com o contrato social.**

**Pouco antes da propositura da petição inicial, a Tâmara Doces Ltda. tomou ciência de que Nivaldo, ante a iminência de se tornar réu, havia iniciado tratativas para alienar todo o seu patrimônio por meio de doações e vendas simuladas, de modo a evitar eventual satisfação do crédito de titularidade da sociedade.**

Em razão de tal fato, a sociedade autora formulou pedido na petição inicial para que fosse expedida certidão de admissibilidade do processo, no intuito de efetuar a averbação da referida certidão no Registro de Imóveis e no Detran.

A respeito do tema, considerando as disposições do Código de Processo Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) o pleito deverá ser indeferido, pois tal espécie de averbação somente é cabível na fase de cumprimento de sentença ou em sede de processo de execução fundado em título extrajudicial;

b) deferido o pedido e efetuadas as averbações pertinentes, eventual alienação de bens por Nivaldo será tida como nula em relação à Tâmara Doces Ltda.;

c) comprovados os requisitos para concessão de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, o pedido da Tâmara Doces Ltda. poderá ser deferido pelo juízo;

d) malgrado a natureza cautelar do pedido formulado pela Tâmara Doces Ltda., seu deferimento liminar não é cabível, devendo haver prévia citação de Nivaldo para que possa se manifestar, em nome do direito fundamental ao contraditório;

e) o pedido da Tâmara Doces Ltda. deverá ter sua análise postergada para a decisão de saneamento e organização do processo, ocasião em que caberá ao magistrado decidir sobre tal questão controvertida.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O artigo 828 do Código de Processo Civil permite a expedição de certidão para averbação em registros de bens, mas o artigo 301 do mesmo código, permite medidas cautelares antes da sentença. Vejamos: “Art. 828. O exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade.”

A alternativa B está incorreta. A alienação em fraude à execução é considerada ineficaz, e não nula, em relação ao exequente, conforme o artigo 792, § 1º, do Código de Processo Civil: “Art. 792, § 1º A alienação em fraude à execução é ineficaz em relação ao exequente”

A alternativa C está correta. O artigo 301 do Código de Processo Civil autoriza a concessão de tutela cautelar para assegurar o direito, incluindo medidas como o registro de protesto contra alienação de bens: “Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.”

A alternativa D está incorreta. O artigo 9º, parágrafo único, inciso I do CPC, permite que a tutela de urgência seja tomada sem que a parte contrária seja ouvida previamente: “Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica: I - à tutela provisória de urgência;”

A alternativa E está incorreta. O artigo 300 do CPC, permite que a tutela de urgência seja concedida a qualquer momento, quando provados os requisitos: “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.”

**QUESTÃO 25.** Em um determinado processo cuja lide envolvia interesses disponíveis e partes capazes, confirmou-se a notícia de que o réu residia fora do Brasil e de que o país em que ele se encontrava recusava o cumprimento de carta rogatória. Na sequência, o juiz da causa determinou a citação por edital do réu, que não ofertou resposta no prazo legal. O magistrado, então, determinou a remessa dos autos ao curador especial, que ofertou contestação em favor do demandado.

Nessa peça, arguiu-se, preliminarmente, a nulidade da citação editalícia, com base no argumento de que esta era incabível no caso, além da falta de interesse de agir. Já no mérito, contestou-se por negação geral.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) o juiz errou ao ordenar a remessa dos autos ao curador especial, já que, diante da revelia do réu, cabia-lhe proferir de imediato sentença de procedência do pedido do autor;
- b) o juiz acertou ao determinar a remessa dos autos ao curador especial, cujo múnus é desempenhado pelo órgão Ministério Público;
- c) o juiz errou ao determinar a citação do réu pela via editalícia, já que não foram atendidos os requisitos previstos na lei processual para a sua efetivação;
- d) o curador especial acertou ao contestar, no mérito, por negação geral, já que não lhe é aplicável o ônus da impugnação especificada dos fatos alegados na petição inicial;
- e) o curador especial errou ao arguir questões preliminares, o que é vedado nas contestações que lhe caibam ofertar.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

As alternativas A, B e C estão incorretas. O artigo 72, inciso II, do Código de Processo Civil determina que o juiz nomeará curador especial ao réu revel citado por edital, garantindo o contraditório mesmo na ausência do réu. Já o parágrafo único do artigo 72 do Código de Processo Civil estabelece que a curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, e não pelo Ministério Público. Vejamos: “Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao: I - incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade; II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado. Parágrafo único. A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.”

Além disso, o simples fato de o réu residir no exterior não é suficiente para autorizar a citação por edital. No entanto, se for incerto o endereço do citando no país estrangeiro, a previsão do art. 256, II, do CPC admite a citação editalícia, sendo dispensada a carta rogatória. A negativa da carta rogatória não é pré-requisito para o deferimento de citação por edital quando o citando reside no exterior, pois a ocorrência de quaisquer das outras hipóteses elencadas no art. 256 do CPC já autoriza essa modalidade citatória. STJ. 3ª Turma. REsp 2.145.294-SC, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 18/6/2024 (Info 818).

A alternativa D está correta. O parágrafo único do artigo 341 do Código de Processo Civil dispensa o curador especial do ônus da impugnação especificada dos fatos. Vejam só: “Art. 341, Parágrafo único. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.”

A alternativa E está incorreta. Não é vedada a apresentação de preliminares na defesa pelo curador especial.

**QUESTÃO 26.** Em um processo de inventário no qual havia um herdeiro com 15 anos de idade, o órgão do Ministério Público com atribuição para ali oficiar constatou a existência de dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade do incapaz, o que levou o promotor de justiça a requerer a decretação do segredo de justiça.

Apreciando o requerimento ministerial, o juiz, mesmo reconhecendo, acertadamente, que os dados constantes dos autos poderiam violar o direito à intimidade do herdeiro incapaz, indeferiu-o, por entender que somente este poderia formulá-lo.

Vinte dias úteis depois de ter sido regularmente intimado, o órgão do Parquet interpôs o recurso de agravo de instrumento para obter a reforma da decisão de primeiro grau e a consequente decretação do segredo de justiça no processo de inventário.

Nesse cenário, o recurso de agravo de instrumento interposto:

- a) não deve ser conhecido, diante de sua intempestividade;
- b) não deve ser conhecido, diante de seu descabimento;
- c) deve ser conhecido e provido;
- d) deve ser conhecido, porém desprovido, já que o regime consagrado na lei é o da publicidade dos atos processuais;
- d) deve ser conhecido, porém desprovido, já que somente incapaz poderia requerer a decretação do segredo de justiça

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O Ministério Público goza de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, conforme o artigo 180 do Código de Processo Civil. Portanto, o prazo de 20 dias úteis é tempestivo.

A alternativa B está incorreta. O agravo de instrumento é o recurso cabível contra decisões interlocutórias, como a que indeferiu o pedido de segredo de justiça.

A alternativa C está correta. O Ministério Público tem legitimidade para requerer o segredo de justiça em processos que envolvem interesses de incapazes, e o juiz deve considerar o direito à intimidade do incapaz ao analisar o pedido: “Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º. Art. 1003, § 5º Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.”

A alternativa D está incorreta. Existem exceções ao princípio da publicidade, como nos casos em que a intimidade das partes pode ser violada.

A alternativa E está incorreta. O ministério público tem legitimidade para requerer a decretação do segredo de justiça em casos em que a intimidade do incapaz se faz.

**QUESTÃO 27. No que concerne à liquidação de sentença, é correto afirmar que:**

- a) o procedimento comum deve ser adotado caso haja a necessidade de se alegar e provar fato novo;**
- b) a sua deflagração é necessária caso a apuração do *quantum debeatur* dependa de cálculo aritmético;**
- c) a sua deflagração pode ocorrer a requerimento do credor, mas não do devedor;**
- d) se a sentença condenatória contiver uma parte líquida e outra ilíquida, deve o credor promover, antes, a liquidação desta;**
- e) as decisões interlocutórias proferidas não são impugnáveis por qualquer via recursal típica.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O artigo 509, inciso II, do Código de Processo Civil estabelece que a liquidação de sentença pelo procedimento comum ocorre quando há necessidade de alegar e provar fato novo: “Art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor: II - pelo procedimento comum, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.”

A alternativa B está incorreta. O artigo 509, § 2º, do Código de Processo Civil dispensa a liquidação quando a apuração do valor depende apenas de cálculo aritmético, permitindo o cumprimento imediato da sentença: “§ 2º Quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, o cumprimento da sentença.”

A alternativa C está incorreta. O artigo 509 do Código de Processo Civil permite que a liquidação seja requerida tanto pelo credor quanto pelo devedor: “Art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor.”

A alternativa D está incorreta. O artigo 509, § 1º, do Código de Processo Civil permite que o credor promova simultaneamente a execução da parte líquida e a liquidação da parte ilíquida: “Art. 509, § 1º Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.”

A alternativa E está incorreta. O parágrafo único do artigo 1.015 do Código de Processo Civil prevê o cabimento de agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença: “Art. 1015, Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.”

**QUESTÃO 28. Pedralto impetra *habeas data* em face do Cadastro de Proteção ao Crédito, banco de dados em que consta negatização de seu nome. Pretende, então, que seja anotada explicação sobre o apontamento, e o questiona judicialmente sob o fundamento de ter sido notificado apenas por e-mail sobre a inscrição de seu nome em cadastro de inadimplentes. Nesse caso, é correto afirmar que:**

**a) a impetração merece prosperar, como também a impugnação judicial;**

**b) a impugnação judicial merece prosperar, mas não a impetração, considerada a ilegitimidade do réu;**

**c) a impugnação judicial merece prosperar, mas não a impetração, considerada a inadequação da via eleita para anotação de explicações;**

**d) a impetração merece prosperar, mas não a impugnação judicial, diante da validade da notificação por e-mail;**

**e) nem a impetração nem a impugnação judicial merecem prosperar.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre bancos de dados e cadastros de consumidores.

A alternativa A está incorreta. Considerando que bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público (art. 43, §4º, CDC), o *habeas data*, de fato, é cabível no presente caso. No entanto, a impugnação referente à notificação por e-mail não merece prosperar, uma vez que o STJ recentemente consolidou o entendimento sobre a suficiência da notificação do consumidor por e-mail (REsp 2063145 - RS).

A alternativa B está incorreta. Não há ilegitimidade passiva no presente caso. Segundo o art. 2º da Lei 9.507/197: “O requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de quarenta e oito horas”.

A alternativa C está incorreta. Como vimos anteriormente, o habeas data é cabível no presente caso. Nos termos do art. 7º da Lei 9.507/197: “Conceder-se-á habeas data: I - para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público; II - para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo; III - para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.”.

A alternativa D está correta. Como vimos nas explicações anteriores, habeas data é cabível no presente caso e a notificação por e-mail, segundo entendimento do STJ, é suficiente para notificar o devedor sobre sua inscrição junto aos órgãos restritivos.

A alternativa E está incorreta, pois a impetração merece prosperar.

**QUESTÃO 29. Na fase pré-processual de procedimento de repactuação de dívidas (superendividamento), designou-se audiência de conciliação. Compareceram à sessão, além do autor, quatro credores, inclusive uma autarquia federal, dentre os cinco arrolados na inicial. Nesse caso, o juiz de direito responsável pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC):**

**a) não poderá impor as sanções previstas no art. 104-A, §2º, do CDC, por se tratar de fase pré-processual (suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora e sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor);**

**b) poderá impor as sanções previstas no Art. 104 A, §2º, do CDC apenas ao credor que não compareceu à audiência, mas não aos demais, ainda que sem poderes reais para transigir, desde que apresentem procuração com poderes para participar do ato;**

**c) poderá aplicar as sanções previstas no Art. 104-A, §2º, do CDC ao credor que faltou à audiência, bem como aos demais que compareceram sem reais poderes para transigir, atentando-se a efetiva participação no processo conciliatório, ainda que um deles seja ente público federal;**

**d) poderá aplicar as sanções previstas no Art. 104-A, §2º, do CDC ao credor que faltou à audiência, bem como aos demais que comparecerem sem reais poderes para transigir, atentando-se à efetiva participação no processo conciliatório, mas não ao ente público federal, em relação a quem o processo deverá ser desmembrado e remetido à Justiça Federal;**

**e) poderá aplicar as sanções previstas no Art. 104-A, §2º, do CDC ao credor que faltou à audiência, bem como aos demais que comparecerem sem reais poderes para transigir, atentando-se à efetiva participação no processo conciliatório, mas não ao ente público federal, em relação a quem o processo deverá ser extinto, diante da impossibilidade de ser revisar, por esta via, crédito de natureza pública.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre superendividamento e sanções.

A alternativa A está incorreta. As sanções são cabíveis na fase pré-processual, conforme entendimento do STJ (REsp 22.168.199).

A alternativa B está incorreta. O art. 104-A, §2º, do CDC, exige o comparecimento das partes com procuradores com poderes especiais e plenos para transigir. Portanto, é cabível a aplicação de sanções aos demais.

A alternativa C está correta. O STJ, no julgamento do CC nº 192.140/DF, decidiu que a Ação de Superendividamento com base na Lei nº 14.181/2021, é de competência da Justiça Estadual ou Distrital, dada a natureza concursal dos credores, ainda que um ente federal integre o polo passivo, tratando-se de exceção ao art. 109, I, da Constituição Federal.

Por tais motivos, as alternativas D e E também estão incorretas.

**QUESTÃO 30.** Filadélfia é viúva de Godofredo, que era titular do plano de saúde familiar Viva Tranquilo - Top II. Às vésperas do término do período de remissão, a operadora envia a seguinte correspondência: "Prezada Beneficiária, comunicamos que, em 60 dias, seu contrato será extinto, seja pelo término do período de remissão, seja porque vale a presente como notificação para rescisão do contrato por desinteresse em sua continuidade". Nesse caso, a conduta da operadora é:

a) legítima, na medida em que o período de remissão serve justamente para que os dependentes procurem outro plano, sob pena de se eternizar o vínculo originário com o titular falecido, bem como considerando a possibilidade de rescisão imotivada de contratos coletivos, como os familiares, desde que notificados os interessados com antecedência mínima de 60 dias;

b) legítima, na medida em que o período de remissão serve justamente para que os dependentes procurem outro plano, sob pena, de se eternizar o vínculo originário com o titular falecido, bem como considerando a possibilidade de rescisão imotivada de contratos coletivos, como os familiares, desde que notificados os interessados com antecedência mínima de 60 dias, a quem se deverá oportunizar a portabilidade, com aproveitamento de carências, para outro plano com equiparável cobertura;

c) ilegítima, na medida em que o término da remissão não extingue o contrato de plano familiar, sendo assegurado aos dependentes já inscritos o direito à manutenção das mesmas condições contratuais, com a assunção das obrigações decorrentes, para os contratos firmados a qualquer tempo. Da mesma forma, não é possível a rescisão unilateral de contrato familiar, equiparado ao individual;

d) ilegítima quanto ao primeiro fundamento, na medida em que o término da remissão não extingue o contrato de plano familiar, sendo assegurado aos dependentes já inscritos o direito à manutenção das mesmas condições contratuais, com a assunção das obrigações decorrentes, para os contratos firmados a qualquer tempo. Nada obstante, é possível a rescisão imotivada de contratos coletivos, como os familiares, desde que notificados os interessados com antecedência mínima de 60 dias a quem se deverá oportunizar a portabilidade, com aproveitamento de carências, para outro plano com equiparável cobertura;

**e) legitima quanto ao primeiro fundamento, na medida em que o período de remissão serve justamente para que os dependentes procurem outro plano, sob pena de se eternizar o vínculo originário com o titular falecido. Nada obstante, não é possível a rescisão unilateral de contrato familiar, equiparado ao individual.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre cláusula de remissão e extinção de plano de saúde.

As alternativas A, B e E estão incorretas. A cláusula de remissão, em verdade, trata sobre a continuidade do atendimento aos dependentes após a morte do titular, por períodos que variam entre 3 e 5 anos, sem cobrança de mensalidades. Segundo a ANS, após esse período, não há extinção do contrato de plano familiar. Nesse caso, os dependentes assumem o pagamento das mensalidades e continuam com o direito de manutenção do plano nas mesmas condições contratuais.

A alternativa C está correta. Conforme vimos acima e de acordo com a Súmula 13 da ANS, editada em 2010, o término da remissão não extingue o contrato de plano familiar.

A alternativa D está incorreta. De fato, o término da remissão não extingue o plano familiar. No entanto, não é possível a rescisão imotivada e unilateral de plano familiar. Segundo a Lei 9.656/98, art. 13, em seu parágrafo único, inciso II, proíbe a suspensão ou a rescisão unilateral de plano de saúde imotivadamente, podendo ser efetuado apenas diante de fraude ou não pagamento da mensalidade por mais de 60 dias.

**QUESTÃO 31. Goldão, persuadido por um anúncio, comprou, em um marketplace, celular de conceituada marca para presentear sua mãe, Goldina. Sucede que, ao entregar o presente para a aniversariante, constatou que se tratava de produto distinto daquele que havia comprado, se bem que de geração posterior e de linha superior. Ao contatar o vendedor, foi informado de que o celular anunciado deixou de ser fabricado recentemente, logo após a compra, e de que os últimos estoques tinham sido recolhidos pelo fabricante. Nesse caso, é correto afirmar que:**

**a) ambos, Goldão e Goldina, são considerados consumidores e podem requerer, a seu critério, a troca do produto por outro equivalente, a rescisão do contrato com direito à restituição da quantia já paga, monetariamente atualizada, e a perdas e danos, a par do cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, em face do fabricante, solidariamente responsável, que, então, deverá disponibilizar o modelo propagandeado;**

**b) apenas Goldão, que adquiriu o produto, é considerado consumidor e pode requerer, a seu critério, a troca do produto por outro equivalente, a rescisão do contrato com direito à restituição da quantia já paga, monetariamente atualizada, e a perdas e danos, a par do cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, em face do fabricante, solidariamente responsável, que, então, deverá disponibilizar o modelo propagandeado;**

**c) apenas Goldina, destinatária final, é considerada consumidora e pode requerer, a seu critério, a troca do produto por outro equivalente, a rescisão do contrato com direito à restituição da quantia já paga, monetariamente atualizada, e a perdas e danos, a par do cumprimento forçado da obrigação, nos termos**

da oferta, em face do fabricante, solidariamente responsável, que, então, deverá disponibilizar o modelo propagandeado;

d) ambos, Goldão e Goldina, são considerados consumidores e podem requerer, a seu critério, a troca do produto por outro equivalente, a rescisão do contrato com direito à restituição da quantia já paga, monetariamente atualizada, e a perdas e danos; mas não o cumprimento forçado da obrigação nos termos da oferta;

e) apenas Goldão, que adquiriu o produto, é considerado consumidor e pode requerer, a seu critério, a troca do produto por outro equivalente, a rescisão do contrato com direito à restituição da quantia já paga, monetariamente atualizada, e a perdas e danos; mas não o cumprimento forçado da obrigação nos termos da oferta.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre vício do produto.

As alternativas A e D estão incorretas. Apenas Goldão é considerado consumidor no presente caso. Vale dizer, que a figura do consumidor equiparado é apenas cabível quando estamos diante de fato de produto, o que não é o caso.

A alternativa B está incorreta. Não cabe cumprimento forçado nesse caso. Segundo entendimento consolidado no STJ: “Em virtude do princípio da vinculação do fornecedor à oferta, o consumidor só não poderá exigir a entrega do produto anunciado caso ele tenha deixado de ser fabricado e não exista mais no mercado.” (REsp 1872048).

A alternativa C está incorreta. Apenas Goldão é considerado consumidor. Além disso, conforme vimos acima, não é cabível o cumprimento forçado da obrigação, uma vez que o objeto se tornou impossível.

A alternativa E está correta. Conforme vimos acima, Goldão é considerado como consumidor e possui todos os direitos previstos na questão, garantido pelo art. 35 do CDC, com exceção ao cumprimento forçado da obrigação, conforme entendimento do STJ. (REsp 1872048).

**QUESTÃO 32.** Em uma demanda consumerista versando sobre pane elétrica em automóvel, o juiz proferiu a seguinte decisão: "1. Primeiramente, inverte o ônus da prova em favor do consumidor, por considerar liminarmente provada sua vulnerabilidade técnica; 2. Indefiro, contudo, a tutela antecipada para a imediata disponibilização do veículo reserva. Afinal, se por um lado a providência é irreversível, não há dano irreparável a considerar, na medida em que todos os prejuízos indicados na inicial são plenamente componíveis ao final, se evidenciada a razão do autor". Nesse caso, à luz exclusivamente do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que o magistrado:

a) acertou em ambos os itens.

b) equivocou-se apenas no primeiro item, porque, para inversão do ônus da prova, a par da vulnerabilidade técnica, necessário que se comprove também a verosimilhança das alegações:

c) equivocou-se apenas no segundo item, diante da primazia da tutela específica;

d) equivocou-se apenas no primeiro item, porque, embora os requisitos sejam alternativos (vulnerabilidade verossimilhança), não poderia ter decretado a inversão do ônus da prova liminarmente;

e) equivocou-se em ambos os itens.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre vício do produto.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas. Entendemos que o indeferimento da tutela foi equivocado. Segundo o art. 84 do CDC: “Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento”.

A alternativa C está correta. Por outro lado, a determinação da inversão do ônus da prova nos parece medida correta. A banca trouxe o termo “vulnerabilidade técnica” e o art. 6º, inciso VIII prevê que é direito do consumidor a inversão do ônus da prova quando estivermos diante de hipossuficiência. Considerando que a banca equiparou o significado dos termos, podemos considerar que a primeira providência do juiz foi correta.

**QUESTÃO 33. Hideraldo, idoso e analfabeto, tenta contratar empréstimo com o Banco Dinheiro na Mão S/A. A instituição financeira, então, informa que a soma do número de parcelas com a idade do mutuário não poderá ultrapassar 80 anos. Assim, Hideraldo, que realmente precisava do dinheiro, concorda com um prazo de pagamento menor, com o que o empréstimo é concedido. Isto resolvido, o banco oferece, adicionalmente, um seguro prestamista, ao qual prontamente adere Hideraldo. Nesses termos, o negócio é formalizado em documento assinado a rogo pelo tomador do crédito, na presença de duas testemunhas do banco. Nesse caso, considerada a hipervulnerabilidade do consumidor idoso:**

a) o negócio jurídico é plenamente válido e eficaz;

b) é abusiva a limitação quanto ao número de parcelas;

c) é nulo, por vício de forma, o contrato particular assinado por consumidor analfabeto;

d) é abusiva a venda casada do seguro prestamista;

e) o negócio jurídico é nulo, por vício de forma, e são abusivas as cláusulas de limitação do número de parcelas e a venda casada.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre validade de negócio jurídico.

A alternativa A está correta. Em primeiro lugar, a Terceira Turma do STJ, no REsp 1.783.731 considerou a validade de política adotada por instituição financeira ao restringir a contratação de empréstimos consignados para pessoas cuja idade, somada com o prazo do contrato, ultrapasse 80 anos. Ademais, a oferta de seguro prestamista pelas instituições financeiras também é possível, conforme entendimento do STJ (Tema Repetitivo 972). O consumidor apenas não pode ser compelido a contratar o seguro, mas a questão não indica que a contratação era condicionante para a concessão do empréstimo. Por fim, o STJ firmou o entendimento de que “contrato firmado por pessoa analfabeta independe de escritura pública”. Nesse sentido, o art. 595 do Código Civil prevê que a assinatura do instrumento a rogo por terceiro e também por duas testemunhas é suficiente para a validade do negócio.

A alternativa B está incorreta, pois como vimos acima, a limitação de parcelas não é conduta abusiva.

A alternativa C está incorreta, não havendo vício de forma, conforme explicado acima.

A alternativa D está incorreta. Venda casada de seguro prestamista, de fato, é abusiva. No entanto, a questão não nos passa o entendimento que a concessão do empréstimo foi condicionada à adesão do seguro.

A alternativa E está incorreta, conforme os motivos acima expostos.

#### **QUESTÃO 34. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação entre:**

- a) locador, pessoa jurídica exploradora do mercado imobiliário, e locatário, pessoa física;**
- b) advogado e seu cliente;**
- c) assessor contábil e seu cliente, profissional liberal;**
- d) concedente e concessionário de direito real de uso de jazigo perpétuo em cemitério particular;**
- e) adquirentes, pessoas físicas de unidades em empreendimento imobiliário, e construtora, em qualquer regime e mesmo que se trate de investidor imobiliário ocasional.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor.

A alternativa A está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que não se aplicam aos contratos de locação as normas do Código de Defesa do Consumidor, pois tais contratos não possuem os traços característicos da relação de consumo, previstos nos artigos 2º e 3º do CDC, e além disso, já são regulados por lei própria, a Lei 8.245/1991.

A alternativa B está incorreta. Na linha da jurisprudência do STJ, não se aplica o Código de Defesa do Consumidor à relação contratual entre advogados e clientes, a qual é regida por norma específica - Lei n. 8.906/94. (AgRg no AgRg no AREsp 773476/SP).

A alternativa C está incorreta. A decisão proferida no REsp n.º 2164369- CE, o STJ reforçou o entendimento de que a relação entre cliente e contador é de natureza civil e afasta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

A alternativa D está correta. Conforme julgamento recente do STJ: “O direito que alguém tem sobre a sepultura (jus sepulchri) tem natureza jurídica própria, assemelhando-se ao direito real de uso. Em se tratando de jazigo em cemitério particular, o regime jurídico aplicável é o direito privado, incidindo o Código de Defesa do Consumidor”. O tema foi tratado no REsp 2.107;24 - SP.

A alternativa E está incorreta. O STJ admite a possibilidade de aplicação do CDC ao investidor imobiliário, mas tal aplicação depende do caso concreto, devendo-se observar a verificação do elemento da vulnerabilidade. Portanto, não pode ser aplicado em qualquer regime.

**QUESTÃO 35.** Nilma, no sétimo mês de gestação, decide que entregará seu feto para adoção, pois entende que não possui condições financeiras para criá-lo. Com o nascimento, Nilma entrega a criança para um casal de amigos, por quem nutre grande consideração e que sabe serem pessoas honestas e idôneas. O casal Thimóteo e Ana, após muita insistência de Nilma, acaba por aceitar o encargo. No ano de 2024, quando a infante já contava com 4 anos de idade, em razão da criação de vínculos afetivos, o casal ingressa com ação de adoção com a anuência de Nilma. Aberta vista ao Ministério Público, o promotor articula requerimento de busca e apreensão da criança com o conseqüente encaminhamento para família devidamente incluída no Cadastro Nacional de Adoção. O magistrado determina a expedição do mandado de busca e apreensão, o acolhimento institucional e a consulta ao cadastro por interessados na adoção da infante.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) cuida-se de hipótese da denominada adoção intuitu personae

b) a decisão relativa à busca e apreensão foi acertada; entretanto, antes de proceder à colocação da criança em família substituta, o magistrado deveria determinar a pesquisa por membros da família extensa interessados em assumir a guarda da criança;

c) de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ordem cronológica de preferência das pessoas. previamente cadastradas para adoção tem um caráter absoluto, em observância ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, razão de ser de todo o sistema de defesa erigido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem na doutrina da proteção integral sua pedra basilar;

d) a decisão relativa à busca e apreensão não foi adequada; no entanto, em observância ao devido processo legal, o magistrado deveria determinar, para manifestação nos autos, a intimação de eventuais membros da família natural, ou seja, aquela formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade;

e) a busca e apreensão e a colocação em acolhimento institucional não foram medidas adequadas, isso porque o infante está inserido em um ambiente familiar, com formação de suficiente vínculo socioafetivo

**com os seus guardiões de fato. Assim, caso não haja pretendente interessado em adotá-lo, a adoção poderá ser concedida ao casal Thimóteo e Ana.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A adoção *intuitu personae* ocorre quando os pais biológicos escolhem diretamente os adotantes, sem seguir a fila do Cadastro Nacional. Também chamada de adoção dirigida, é aceita em situações em que há vínculos socioafetivos e se fundamenta no melhor interesse da criança, na proteção integral e na prioridade absoluta.

A alternativa B está incorreta. A decisão de busca e apreensão não foi acertada, pois desconsidera o vínculo afetivo consolidado. Além disso, a consulta à família extensa não é obrigatória quando há guardiões de fato com vínculo consolidado e anuência da mãe.

A alternativa C está incorreta. A jurisprudência do STJ entende que a ordem do cadastro não é absoluta, pois o melhor interesse da criança deve prevalecer.

A alternativa D está incorreta. O foco não deve ser apenas a família natural, mas sim o ambiente já formado, estável e afetivo — como no caso de Thimóteo e Ana.

A alternativa E está incorreta. O trecho “caso não haja pretendente interessado em adotá-lo” está incorreto porque condiciona a adoção à ausência de interessados no cadastro, o que contraria a jurisprudência do STJ e o ECA. Segundo o STJ, a adoção por guardiões de fato é possível mesmo havendo pessoas cadastradas, desde que não haja má-fé, burla à fila ou tráfico, e exista vínculo afetivo consolidado, sendo essa a melhor opção para a criança.

**QUESTÃO 36. A proteção e o devido respeito aos direitos das crianças e adolescentes com transtornos mentais são essenciais para a garantia do seu desenvolvimento saudável e integral. Isso porque os estigmas sociais associados aos transtornos mentais são barreiras que podem dificultar o acesso de crianças e adolescentes a serviços de saúde e educação adequados. Nesse passo, manifesta-se impositiva a implementação de políticas públicas que busquem assegurar a essas pessoas o diagnóstico precoce, suporte psicológico, bem como os tratamentos médicos adequados para cada quadro. E não é só. A conscientização da sociedade sobre questões atinentes à saúde mental e a busca da promoção de ambientes inclusivos e acolhedores são medidas de extrema importância para o fomento da inclusão e eliminação de preconceitos.**

**Nesse cenário, a Lei nº 10.216/2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.**

**Com base na referida normativa, analise as afirmativas a seguir.**

**I. A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.**

II. Em situações excepcionais, como, por exemplo, ausência de vaga na Comarca, é permitida a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares.

III. A internação voluntária ou involuntária deverá ser autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) do estado onde se localiza o domicílio do paciente.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas;

b) I e II, apenas;

c) I e III, apenas,

d) II e III, apenas;

e) I, II e III.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

O Item I está correto. Essa previsão está expressa no art. 6º, parágrafo único, da Lei 10.216/2001. Toda internação (voluntária, involuntária ou compulsória) deve ser justificada por laudo médico, com indicação dos motivos que a recomendam. Essa exigência visa garantir o respeito à dignidade da pessoa com transtorno mental e evitar internações arbitrárias.

O Item II está incorreto. A Lei 10.216/2001 rejeita o modelo asilar, adotando uma atenção psicossocial comunitária, aberta e humanizada. Mesmo em casos excepcionais, internações em instituições asilares não são permitidas, pois ferem os direitos e a dignidade da pessoa com transtorno mental.

O Item III, está incorreto. A lei exige que a internação seja autorizada por médico com registro no CRM do estado onde atua, não sendo necessário que o registro seja do estado de domicílio do paciente.

**QUESTÃO 37. O Ministério Público propôs ação de destituição do poder familiar em face de Dalila, com relação à criança G. G. F. Argumenta-se que o infante foi submetido a diversos acolhimentos em razão de episódios de violência física e outras negligências por parte da genitora. O genitor da criança é falecido e, atualmente, ela está sob a guarda fática de sua avó paterna. Juízo concedeu a liminar para suspender o poder familiar e a requerida foi citada, porém não ofereceu resposta nos autos, razão pela qual foi decretada a sua revelia. Não houve nomeação de curador especial em favor da criança. Consta dos autos o relatório da equipe técnica da instituição de acolhimento, bem como parecer psicossocial da equipe multidisciplinar que assiste ao juízo. Ao final do processo, colhidos os elementos probatórios em instrução, o magistrado decretou a perda do poder familiar de Dalila em relação ao infante G. G. F. A genitora interpôs recurso para anular o referido provimento judicial, ao argumento de flagrante erro procedimental.**

Sobre esse caso, considerando as disposições da Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que:

- a) é dispensável a oitiva do genitor que, citado pessoalmente, não compareceu nos autos;
- b) era obrigatória a intimação da avó paterna, guardiã da criança, para se manifestar nos autos, em respeito ao devido processo legal e ao contraditório;
- c) a concessão da liminar será, obrigatoriamente, precedida de entrevista com a criança ou com o adolescente perante equipe multidisciplinar;
- d) no caso, era necessária a nomeação de curador especial em favor da criança, em respeito ao princípio da proteção integral;
- e) o procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de ofício pela Justiça da Infância e da Juventude, quando, não ajuizada a ação, o magistrado entender que tal demanda atenderia ao interesse da criança.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A revelia do genitor não afasta o dever do Estado de garantir a proteção integral da criança, especialmente no caso da ausência de representação legal.

A alternativa B está correta, pois sugere que a avó paterna, por estar com a guarda fática da criança, deveria obrigatoriamente ser intimada para se manifestar no processo de destituição do poder familiar da mãe.

A alternativa C está incorreta. A concessão de liminar pode ser precedida de entrevista, mas não é obrigatória em todos os casos (art. 157 do ECA). O juiz pode decidir conforme os elementos disponíveis.

A alternativa D está incorreta. O artigo 142 do ECA determina que nos processos de destituição do poder familiar, a criança ou o adolescente será representado por seus pais, e havendo conflito de interesses ou ausência de representação válida, deverá ser nomeado um curador especial. Porém, não foi esgotado os meios de intimação dos representantes das crianças, devendo assim, ser determinado a intimação da avó paterna.

A alternativa E está incorreta. O art. 155 do ECA prevê que a ação de perda/suspensão do poder familiar deve ser promovida pelo MP ou por quem tenha legítimo interesse, não podendo ser instaurada de ofício pelo magistrado.

**QUESTÃO 38. O conselho tutelar promoveu representação administrativa em face de Isidro, genitor da adolescente F. A. S. Pleiteia-se a aplicação da multa prevista no Art. 249 da Lei nº 8.069/1990, em seu patamar mínimo de três salários mínimos, pois se trata de família de baixa renda. Como causa de pedir, o órgão aduz que o representado se mostrou negligente quanto à frequência escolar da infante, o que se**

confirmou pelos elementos produzidos nos autos, pois a adolescente teve frequência de apenas 12% durante todo o ano letivo de 2023. No curso do processo, F.A. S. atingiu a maioridade.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) a representação deverá ser julgada improcedente, pois a hipossuficiência e a vulnerabilidade econômica do representado afastam a aplicação da penalidade pecuniária requerida;

b) não é aplicável a multa no caso narrado, uma vez que, de acordo com a Lei nº 8.069/1990, o descumprimento, doloso ou culposo, dos deveres inerentes ao poder familiar não enseja a aplicação de penalidade de natureza pecuniária;

c) é admissível a aplicação de multa administrativa aos pais por descumprimento de deveres inerentes ao poder familiar em patamar inferior ao mínimo legal, levando-se em consideração a hipossuficiência financeira ou vulnerabilidade da família;

d) a maioridade alcançada por F. A. S. gerou a perda do poder familiar, razão pela qual não há mais interesse em se impor qualquer penalidade ao genitor, considerada a função pedagógica e punitiva da medida;

e) é legítima a aplicação de multa administrativa, de modo que a maioridade da infante F. A. S. em nada influencia a solução do caso. Com isso, aplica-se a multa em seu patamar mínimo de três salários mínimos, pois a vulnerabilidade econômica do representado não é hábil a conduzir a penalidade para alguém do mínimo legal.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O art. 249 do ECA prevê multa de 3 a 20 salários por descumprimento dos deveres do poder familiar. A hipossuficiência não afasta a penalidade, podendo ser considerada apenas para parcelamento ou execução, já que a negligência escolar foi comprovada.

A alternativa B está incorreta. O art. 249 do ECA prevê multa por descumprimento doloso ou culposo dos deveres parentais, como a negligência escolar. Alegar que o ECA não prevê essa penalidade contraria o texto legal.

A alternativa C está correta, pois admite que a multa do art. 249 do ECA deve observar a razoabilidade, proporcionalidade e dignidade, sobretudo em casos de hipossuficiência econômica.

A alternativa D está incorreta. A maioridade não anula a infração cometida quando a adolescente ainda era menor. O processo continua válido e busca responsabilizar atos que violaram direitos da criança, mesmo após os 18 anos.

A alternativa E está incorreta. A multa do art. 249 do ECA pode ser flexibilizada com base na proporcionalidade, razoabilidade e no melhor interesse da criança, especialmente em casos de vulnerabilidade social.

**QUESTÃO 39.** Carla e Pedro, casal brasileiro domiciliado no exterior, iniciam processo de adoção de uma adolescente no Brasil. A adolescente G. E. F., pessoa com deficiência neurológica, tem 13 anos e está em programa de acolhimento institucional desde tenra idade. Sua genitora é falecida e o genitor é desconhecido. Não há indivíduos integrantes da família extensa que possam assumir a sua guarda.

Durante o trâmite da ação de adoção proposta, que segue seu curso adequado e regular, o casal se divorcia; entretanto, mesmo com a separação, manifestam o desejo de continuar com o processo de adoção da infante.

Em relação ao caso narrado, é correto afirmar que:

a) a adoção de criança ou adolescente residente no Brasil realizada por brasileiro domiciliado no exterior é considerada adoção internacional;

b) o caso narra a hipótese de adoção nacional, de modo que Carla e Pedro poderiam requerer a adoção de criança brasileira sem estar previamente registrados nos cadastros de adoção, nas hipóteses permitidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

c) o estágio de convivência, na hipótese narrada, poderá ser realizado no exterior ou, ainda, dispensado se a adolescente já estiver sob a tutela ou guarda legal dos adotantes durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo;

d) a adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando. Todavia, o consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido suspensos Ou destituídos do poder familiar;

e) os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda, alimentos e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade, com aquele não detentor da guarda, que justifiquem excepcionalidade da concessão.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois a adoção é considerada internacional quando o adotante reside ou é domiciliado fora do Brasil, mesmo sendo brasileiro. O critério é o local de residência, não a nacionalidade. Por isso, brasileiros domiciliados no exterior se equiparam a estrangeiros para fins da adoção.

A alternativa B está incorreta. Mesmo sendo brasileiros no exterior, o casal deve se habilitar e estar inscrito no Cadastro Nacional de Adoção (art. 50, § 5º, ECA). A dispensa só ocorre em casos excepcionais, como parentes ou guardiões de fato, o que não se aplica aqui. Também é necessária a mediação da autoridade central da Convenção de Haia, se for o caso.

A alternativa C está incorreta. O estágio de convivência é obrigatório (art. 46, §1º, ECA) e só pode ser dispensado se houver guarda ou tutela legal anterior com convivência estável. Como não há vínculo prévio entre a adolescente e os adotantes, ele é indispensável no caso.

A alternativa D está incorreta. A alternativa omite que, por ter mais de 12 anos, a adolescente deve consentir com a adoção em audiência (art. 45, §2º, ECA). A falta desse detalhe a torna incompleta e incorreta.

A alternativa E está incorreta. A lei exige apenas dois requisitos: acordo sobre guarda e visitas, e que o estágio de convivência tenha começado durante a união. A alternativa erra ao exigir vínculo de afinidade com o ex-cônjuge, o que só se aplica à adoção unilateral, não à conjunta iniciada antes da separação.

**QUESTÃO 40. Rodrigo, adolescente de 17 anos de idade, pratica ato infracional equiparado ao crime de roubo com emprego de arma de fogo. o Ministério Público oferece a representação e, durante o curso do processo, Rodrigo completa 18 anos. Ante o indeferimento da internação provisória pelo juízo, Rodrigo respondeu ao processo infracional em liberdade. Antes da instrução, noticia-se nos autos que Rodrigo também figura como réu por crime de estupro cometido após a prática do ato infracional. o magistrado acolhe o pleito ministerial e aplica medida socioeducativa de internação.**

**Após dois anos de cumprimento, apresenta-se relatório indicando o advento de transtorno mental de Rodrigo.**

**Considerando o caso proposto, as disposições concernentes à execução das medidas socioeducativas, a Lei do Sinase (Lei nº 12.594/2012) e a Resolução CNJ nº 165/2012, é correto afirmar que:**

- a) a liberação do jovem de programa de atendimento, quando completados os 21 anos, depende de decisão judicial específica;**
- b) para a facilitação, eficiência e celeridade dos atos processuais entre juízos, permite-se o processamento da execução da medida socioeducativa por carta precatória;**
- c) no caso de o maior de 18 anos, em cumprimento de medida socioeducativa, responder a processo-crime, ocorrerá extinção automática da execução, ante a ausência de interesse no processo de reeducação, cientificando-se o juízo criminal competente;**
- d) o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa não pode ser transferido para hospital de custódia, salvo se responder por infração penal praticada após os 18 anos e por decisão do juízo criminal competente;**
- e) segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ante a suspensão da execução da medida, o período de tratamento não deve ser computado no prazo de três anos, imposto pelo Art. 121, §3, do ECA, como limite máximo à medida socioeducativa de internação.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, de acordo com o art. 2º da Lei do SINASE, a medida socioeducativa se encerra aos 21 anos, mas só mediante decisão judicial, mesmo nesse limite, especialmente em casos de internação.

A alternativa B está incorreta. A Lei do SINASE e a Resolução CNJ nº 165/2012 proíbem carta precatória na execução de medidas socioeducativas, que deve ocorrer no local de cumprimento, com remessa ao juízo competente.

A alternativa C está incorreta. A medida socioeducativa não se extingue automaticamente se o jovem responde a processo penal após os 18 anos. A execução segue, e eventual conflito deve ser resolvido por decisão judicial fundamentada.

A alternativa D está incorreta. O adolescente com transtorno mental pode ser transferido para unidade de saúde, mas não para hospital de custódia, que é destinado ao sistema penal. O tratamento deve ocorrer em serviços adequados, como o CAPS, conforme a Resolução CNJ nº 113/2010 e a Lei do SINASE, respeitando os princípios da proteção integral e da excepcionalidade da internação.

A alternativa E está incorreta. O STJ entende que o prazo máximo de três anos de internação, previsto no art. 121, §3º do ECA, não pode ser ultrapassado, mesmo se houver suspensão para tratamento. A medida é excepcional e deve respeitar esse limite legal.

**QUESTÃO 41. João é pai de Marcelo, uma criança de 11 anos de idade, que com ele coabita. Em certo dia, decidido a praticar sexo anal com o menor, João entrou no quarto de Marcelo e, enquanto se despia, acariciou, sobre o short, a região genital da vítima. A mãe da criança entrou no quarto e, assustada, começou a gritar, provocando a fuga de João. A vizinhança, alertada pelos gritos, deteve João até a chegada da Polícia Militar, que o prendeu em flagrante. O Ministério Público ofereceu denúncia em que imputou a João o crime de estupro de vulnerável. Transcorrida a instrução probatória, demonstrados. Acusação e defesa, em alegações finais, debateram, além das provas e da adequação típica da conduta, a incidência da agravante prevista no Art. 61, II, "f", do Código Penal (Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido o crime: f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica) e da causa de aumento prevista no Art, 226, II, do Código Penal (Art. 226. A pena é aumentada: II - de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela).**

**De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado que proferirá sentença deverá:**

**a) condenar João pela prática do crime de estupro de vulnerável tentado, com a incidência da agravante e da causa de aumento de pena;**

**b) condenar João pela prática do crime de estupro de vulnerável tentado, com a incidência da causa de aumento de pena, e afastar a agravante, para evitar o bis in idem;**

**c) condenar João pela prática do crime de estupro de vulnerável consumado, com a incidência da agravante e da causa de aumento de pena.**

**d) condenar João pela prática do crime de estupro de vulnerável consumado, com a incidência da causa de aumento de pena, e afastar a agravante, para evitar o bis in idem;**

**e) desclassificar a conduta para o crime de importunação sexual, com a incidência da causa de aumento de pena, e afastar a agravante, para evitar o bis in idem.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do crime de estupro de vulnerável.

No REsp 1708689, o Superior Tribunal de Justiça concluiu que, diante da conduta de João, que tentou realizar o abuso sexual com seu filho menor de idade (11 anos), embora não tenha havido efetiva penetração, a tentativa de estupro de vulnerável (art. 217-A, § 1º do Código Penal) se configura. O fato de o réu ter sido impedido pela intervenção da mãe da vítima e pela detenção pelos vizinhos, demonstrou que o crime não foi consumado, mas sim tentado. Além disso, a causa de aumento da pena prevista no art. 226, II, do Código Penal (ascendente, padrasto, entre outros) deve ser aplicada, pois João é o pai da vítima. O art. 61, II, "f" do Código Penal (agravante de cometer o crime prevalecendo-se de relações de coabitação) não deve ser aplicada aqui, pois resultaria em bis in idem, ou seja, uma duplicação de penalização pela mesma circunstância (relação de coabitação). O STJ entendeu que a agravante e a causa de aumento de pena não podem coexistir no mesmo caso. Portanto, a alternativa C reflete a aplicação correta da jurisprudência, considerando o crime tentado de estupro de vulnerável, com a causa de aumento da pena, e afastando a agravante para evitar a duplicidade de punição.

**QUESTÃO 42. À luz da recente decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral a respeito do Art. 28 da Lei nº 11.343/2006, é correto afirmar que:**

**a) são atípicas as condutas de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, 1g da substância entorpecente cocaína, distribuído em duas cápsulas plásticas;**

**b) a transação penal firmada, em dezembro de 2023, pela prática do crime de trazer consigo maconha, para consumo pessoal, configura obstáculo ao oferecimento de acordo de não persecução penal, caso praticado o crime de furto simples, em janeiro de 2025;**

**c) pratica crime de abuso de autoridade o delegado de polícia que lavrar auto de prisão em flagrante contra o cidadão surpreendido com um tablete de 10g de maconha acondicionados em um sacolé, uma balança de precisão e um caderno com anotações relativas a datas, valores e nomes;**

**d) as condutas de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo até 40g de maconha ou seis plantas fêmeas, para consumo próprio, são indiferentes para o ordenamento jurídico;**

**e) não se admite a imposição de prestação de serviços à comunidade em virtude da prática das condutas de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo até 40g de maconha ou seis plantas fêmeas, para consumo próprio.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Embora o STF tenha se manifestado sobre a descriminalização do porte de pequenas quantidades para uso pessoal, essa atipicidade não se aplica automaticamente a todas as situações e quantidades.

A alternativa B está incorreta. Uma transação penal por porte de maconha para consumo pessoal não impede o oferecimento de um acordo de não persecução penal por furto simples.

A alternativa C está incorreta. O delegado poderá lavrar o auto de prisão em flagrante quando há elementos que caracterizem a prática de crime, dependendo do contexto e da interpretação das evidências.

A alternativa D está incorreta. Não são indiferentes para o ordenamento jurídico. O STF decidiu que ter pequenas quantidades de maconha para uso pessoal (40 gramas ou 6 pés) continua sendo proibido, mas não é crime.

A alternativa E está correta, de acordo com o RE 635.659 (Tema 506), a prática das condutas de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo até 40g de maconha ou seis plantas fêmeas, para consumo próprio, terá como consequência a apreensão da droga. Não é admitido a prestação de serviços à comunidade, nesse caso as medidas de advertência e comparecimento a programa ou curso educativo, previstas no art. 28 da Lei de Drogas, continuarão a ser aplicadas como sanções administrativas, sem produzir efeitos penais. Por exemplo: a pessoa que for pega usando maconha não terá registro na ficha criminal.

**QUESTÃO 43. Bernardo, depois de perder a hora para ir para o trabalho receoso de ser sancionado por seu empregador, o qual já vem reclamando de seus constantes atrasos, decide fabricar uma justificativa para sua falta. Para tanto, vai com seu cachorro a uma clínica veterinária municipal, gerida por uma Organização Social (OS) contratada pela Prefeitura. No local, alega falsamente que seu cachorro está com diarreia, perante o médico veterinário, dr. Caio, contratado da OS, que ali trabalha há três semanas. Após examinar o animal, dr. Caio informa que o cão está bem e que não há necessidade de medicá-lo, orientando Bernardo a alimentá-lo apenas com ração e mantê-lo hidratado. Ato contínuo, Bernardo lhe solicita um atestado, para justificar sua falta ao trabalho, porém o dr. Caio se recusa, pois o animal está saudável. Bernardo, então, lhe oferece a importância de vinte reais para que lhe entregue o atestado, e o dr. Caio aceita a oferta, entregando-lhe o documento, no qual atestou falsamente que o cachorro está desidratado e enfraquecido, e que permaneceu na clínica, tomando soro na veia, ao longo de todo aquele dia, acompanhado por seu tutor, Bernardo. No dia seguinte, Bernardo entrega o atestado no RH da empresa onde trabalha, para justificar sua falta. Passadas duas semanas, policiais, depois de receberem notícia de que um falso médico veterinário estaria trabalhando na citada clínica, comparecem ao local, onde, após breve averiguação, descobrem que o dr. Caio é, na verdade, estudante de veterinária, cursando o segundo ano da faculdade sendo o fato amplamente noticiado na imprensa. O diretor de RH da empresa onde**

Bernardo trabalha, ao tomar conhecimento da notícia, resolve examinar melhor o atestado que ele apresentara e, depois de verificar que seu emissor é o mesmo falso médico veterinário citado no noticiário, formaliza notícia de crime à polícia, instruída com o mencionado documento.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Bernardes cometeu os crimes de:

a) falsidade ideológica, em sua forma majorada, e de uso de documento falso, ao passo que Caio praticou os delitos de falsidade ideológica e de exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica;

b) corrupção ativa, em sua forma simples, e de uso de documento falso, ao passo que Caio praticou os delitos de falsidade de atestado médico e de exercício ilegal da medicina, arte dentaria ou farmacêutica, em sua forma qualificada;

c) corrupção ativa, em sua forma simples, e falsidade ideológica, em sua forma majorada, ao passo que Calo praticou o delito de falsidade de atestado médico e a contravenção penal de exercício ilegal de profissão ou atividade;

d) corrupção ativa, em sua forma majorada, e de uso de documento falso, ao passo que Caio praticou os delitos de corrupção passiva e de falsificação de documento público, além da contravenção penal de exercício ilegal de profissão ou atividade

e) corrupção ativa e de falsidade ideológica, ambos em suas respectivas formas majoradas, ao passo que Caio praticou os delitos de corrupção passiva, com incidência de causa de aumento de pena, e de falsidade ideológica, em sua forma majorada, além da contravenção penal de exercício ilegal de profissão ou atividade.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos crimes de corrupção ativa e passiva, bem como da falsificação de documentos e exercício ilegal da profissão.

No caso descrito, Bernardo cometeu o crime de corrupção ativa (art. 333 do Código Penal) ao oferecer R\$20,00 ao Dr. Caio, um falso médico veterinário, para que ele emitisse um atestado falso que justificasse sua falta ao trabalho. Bernardo também cometeu o crime de uso de documento falso (art. 304 do Código Penal) ao apresentar o atestado falsificado no RH da empresa onde trabalha, sabendo que o documento não era verdadeiro. Por sua vez, o Dr. Caio praticou o crime de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) ao aceitar a oferta de R\$20,00 de Bernardo em troca da emissão do atestado falso. Além disso, ele cometeu o crime de falsificação de documento público (art. 297 do Código Penal) ao falsificar o atestado médico, atestando falsamente que o cachorro de Bernardo estava doente e necessitava de tratamento, quando na realidade o animal estava saudável. Também praticou a contravenção penal de exercício ilegal de profissão ou atividade (art. 45 da Lei das Contravenções Penais), já que Dr. Caio era apenas estudante de veterinária e não tinha habilitação legal para atuar como médico veterinário. Portanto, no caso em questão, Bernardo é responsável pelos crimes de corrupção ativa e uso de documento falso, enquanto o Dr. Caio é responsável pelos crimes de corrupção passiva, falsificação de documento público e exercício ilegal de profissão.

**QUESTÃO 44. A respeito dos efeitos patrimoniais da condenação criminal, é correto afirmar que:**

**a) o juiz pode, de ofício, decretar o confisco alargado;**

**b) não localizado o produto ou o proveito do crime, é inviável a decretação da perda de bens ou valores lícitos equivalentes;**

**c) o instituto do confisco alargado versa uma presunção absoluta de licitude dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito;**

**d) a decretação da perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre, o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito é admissível para as hipóteses de condenação por crime a que a lei comine pena máxima superior a quatro anos;**

**e) para fins de cálculo da diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito, considerar-se-ão integrantes do patrimônio do condenado, além dos bens transferidos a título gratuito, aqueles transferidos mediante contraprestação irrisória, a partir do início da atividade criminal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta uma vez que o confisco alargado (art. 91-A do CP) exige requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial, não podendo ser decretado de ofício pelo juiz.

A alternativa B está incorreta, pois a jurisprudência admite a perda de bens equivalentes (perda por equivalente), mesmo que não se localize o produto direto do crime. Isso ocorre para evitar o enriquecimento ilícito e garantir o desestímulo à prática criminosa.

A alternativa C está incorreta, uma vez que a presunção é de ilicitude, não de licitude. O confisco alargado baseia-se na discrepância entre o patrimônio e os rendimentos lícitos do condenado, pressupondo que o excesso patrimonial é de origem criminosa.

A alternativa D está incorreta, pois o confisco alargado exige que o crime tenha pena máxima superior a seis anos, conforme o caput do art. 91-A do Código Penal.

A alternativa E está correta, de acordo com o art. 91-A do Código Penal, introduzido pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), que trata do confisco alargado. O dispositivo estabelece que, para fins de decretação da perda alargada, além dos bens em nome do condenado, consideram-se integrantes de seu patrimônio aqueles transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, a partir do início da atividade criminal, até cinco anos após a cessação da atividade criminosa. Isso visa evitar o esvaziamento patrimonial por meio de doações ou vendas simuladas com valores simbólicos.

**QUESTÃO 45.** Gertrudes e Hilário, irmãos, apaixonados um pelo outro, e mantendo relação amorosa, por não poderem assumir publicamente seu amor incestuoso, celebram, por iniciativa de Gertrudes, um pacto de morte. Para tanto, se trancam na cozinha, onde Hilário, previamente ajustado com Gertrudes, abre os registros de gás do fogão, no intuito de pôr fim as vidas de ambos. Decorrido algum tempo, o porteiro, alertado pelo forte cheiro de gás, arromba as portas do imóvel, inclusive a da colinha, onde encontra Gertrudes e Hilário desfalecidos. Ato contínuo, fecha os registros de gás e inicia as manobras de socorro a ambos, voltando Hilário à consciência, porém Gertrudes já está morta. Levado a um hospital pelo SAMU, Hilário tem alta no mesmo dia, com plena recuperação de sua saúde.

Diante do caso narrado, Hilário deverá responder por:

- a) homicídio qualificado;
- b) homicídio qualificado privilegiado;
- c) feminicídio, sem a incidência de causa de aumento de pena;
- d) feminicídio, com a incidência de causa de aumento de pena;
- e) induzimento instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma qualificada.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o crime de feminicídio.

No caso apresentado, Hilário deverá responder por feminicídio com a incidência de causa de aumento de pena, conforme dispõe o artigo 121-A, §1º, inciso V, do Código Penal. Trata-se de um homicídio praticado contra mulher por razões da condição de sexo feminino, caracterizado especialmente quando o crime ocorre no contexto de relações de afeto motivadas por menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Ainda que o ato tenha sido fruto de um pacto de morte entre os irmãos e amantes Hilário e Gertrudes, o ordenamento jurídico brasileiro não admite o consentimento da vítima como excludente da ilicitude nos casos de homicídio, razão pela qual a morte de Gertrudes, provocada pela abertura dos registros de gás por Hilário, configura crime doloso contra a vida. Incidindo assim a qualificadora referente a utilização de meio “insidioso ou cruel”.

**QUESTÃO 46.** O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) enviou, espontaneamente, ao Ministério Público um Relatório de Inteligência Financeira (RIF), segundo o qual o casal Ferdinando e Imelda e seis sociedades empresárias das quais ambos são sócios apresentam movimentação financeira atípica. O promotor de justiça instaurou notícia de fato, no bojo da qual diligência de campo revelou que não há qualquer atividade econômica em andamento nos endereços apontados como sedes das seis sociedades empresárias. Além disso, pesquisas em fontes abertas, especialmente redes sociais, mostraram que o casal Ferdinando e Imelda ostenta elevado padrão de vida, com carros importados, viagens de luxo e jantares em restaurantes caros. Em diversas postagens, o casal aparece na companhia de Alfredo, integrante de família conhecida na Comarca pelo envolvimento com a contravenção penal do jogo do bicho.

Há, no mesmo órgão ministerial, um Procedimento Investigatório Criminal (PIC) em que Alfredo é investigado, já presentes robustos elementos de convicção no sentido da prática da referida contravenção. O promotor de justiça reuniu a notícia de fato ao PIC e aditou a portaria de instauração para incluir o casal e novo objeto, vale dizer, o crime de lavagem de dinheiro. Prosseguindo as diligências, solicitou o Ministério Público ao COAF, via sistema institucional, informações financeiras acerca de Alfredo. A resposta do COAF foi positiva, e o órgão remeteu ao Ministério Público um RIF que aponta movimentações financeiras atípicas por parte de Alfredo.

O promotor de justiça requereu judicialmente a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Ferdinando e Imelda, das sociedades empresárias titularizadas por ambos e de Alfredo.

Com base na Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Capitais) e no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, o magistrado deverá:

a) deferir integralmente a pretensão do Ministério Público;

b) indeferir o pedido de quebra de sigilo bancário, porque o crime de lavagem de dinheiro admite, como antecedente, crime, mas não contravenção penal;

c) indeferir o pedido de quebra de sigilo bancário, sob o fundamento da nulidade das provas, haja vista que o intercâmbio de informações financeiras entre o COAF e os órgãos de investigação, sem autorização judicial, viola o sigilo bancário e, por conseguinte, a privacidade dos investigados;

d) deferir parcialmente o pedido de quebra de sigilo bancário apenas quanto ao alvo Alfredo e anular as provas quanto ao casal Ferdinando e Imelda e às sociedades empresárias, porque o COAF não pode, espontaneamente, enviar informações financeiras aos órgãos de investigação;

e) indeferir o pedido, sob o fundamento da nulidade das provas, porque a ilegalidade da atuação espontânea do COAF em relação aos investigados Ferdinando e Imelda e suas sociedades empresárias contamina os demais elementos de convicção presentes na investigação.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, porque, de acordo com a Reclamação 61.944/PA, há indícios suficientes da contravenção, e o compartilhamento de dados entre Coaf e MP é válido sem ordem judicial, desde que parta do MP. O juiz pode autorizar a quebra de sigilo bancário com indícios e finalidade legal.

A alternativa B está incorreta. Embora a lavagem de dinheiro exija crimes como antecedente, a contravenção penal pode ser usada para investigar a origem dos recursos, especialmente se houver indícios de que os bens são de origem ilícita.

A alternativa C está incorreta. O COAF pode compartilhar informações com órgãos de investigação sem autorização judicial para crimes relacionados à lavagem de dinheiro, e a alegação de nulidade das provas não se sustenta.

A alternativa D está incorreta. O pedido de quebra de sigilo não pode ser parcialmente deferido apenas para Alfredo, pois as informações sobre Ferdinando e Imelda são relevantes, e a nulidade das provas em relação a eles não procede, já que o COAF pode colaborar com informações.

A alternativa E está incorreta. O STF validou o compartilhamento de relatórios do Coaf para fins criminais, sem autorização judicial, desde que sigilosos.

**QUESTÃO 47. A Lei nº 14.994/2024 alterou a legislação penal para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher. Parte da doutrina afirma que tal lei trouxe um "microssistema antifeminicídio". Nesse contexto, entre as alterações promovidas no ordenamento jurídico, é correto afirmar que:**

**a) a progressão da pena para o réu primário condenado pelo crime de feminicídio exige o cumprimento de, ao menos, 50% da pena;**

**b) inexistente o direito à visita íntima ou conjugal para o preso-condenado por crime praticado contra a mulher por razões do sexo feminino;**

**c) os crimes de ameaça e perseguição (Art. 147 e 147-A do Código Penal, respectivamente praticados contra a mulher por razões do sexo feminino passaram a ser de ação penal pública incondicionada;**

**d) o efeito condenatório da incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela é automático, ao passo que o efeito condenatório da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo depende de motivação judicial, na hipótese de crime praticado contra a mulher por razões do sexo feminino;**

**e) a causa de diminuição de pena relativa às hipóteses de crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou cometido sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, é aplicável ao feminicídio, excetuado o argumento da legítima defesa da honra, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADPF n. 779.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda as alterações promovidas pela Lei nº 14.994/2024, que de fato criou um microssistema de proteção contra crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, com foco na repressão ao feminicídio e outras formas de violência de gênero.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a progressão da pena para o réu primário condenado pelo crime de feminicídio exige o cumprimento de, ao menos, 50% da pena. A Lei 14.994/2024 não estabeleceu regra específica de progressão de pena para o feminicídio que exija 50% para primários. Essa regra de 50% de cumprimento mínimo se aplica a condenações por crimes hediondos com resultado morte e com violência contra a mulher, mas apenas quando o agente for reincidente, conforme a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90). Para réu primário, a progressão se dá, em regra, após 40% da pena, podendo variar conforme o caso.

A alternativa B está incorreta, uma vez que inexistente o direito à visita íntima ou conjugal para o preso condenado por crime praticado contra a mulher por razões do sexo feminino.” A Lei 14.994/2024 proíbe o direito à visita íntima para presos condenados por crime praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, desde que praticado contra cônjuge, companheira ou mulher com quem o agente tenha ou tenha tido relação íntima de afeto. Portanto, não é uma proibição absoluta, como afirma a alternativa.

A alternativa C está correta, pois os crimes de ameaça e perseguição (art. 147 e 147-A do Código Penal), respectivamente, praticados contra a mulher por razões do sexo feminino passaram a ser de ação penal pública incondicionada. Antes da nova lei, esses crimes exigiam, via de regra, representação da vítima. Com a entrada em vigor da Lei 14.994/2024, os crimes de ameaça (art. 147 do CP) e perseguição (stalking – art. 147-A do CP), quando praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, passaram a ser de ação penal pública incondicionada, ou seja, não dependem mais da vontade da vítima para que o Ministério Público possa oferecer denúncia.

A alternativa D está incorreta, uma vez que o efeito condenatório da incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela é automático, ao passo que o efeito condenatório da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo depende de motivação judicial, na hipótese de crime praticado contra a mulher por razões do sexo feminino. Isto é, está incorreta, porque a Lei 14.994/2024 alterou o art. 92 do Código Penal para prever que a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo também pode ser automática, quando o crime é praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e a pena for superior a 1 ano. Ou seja, a perda não depende necessariamente de fundamentação judicial específica, contrariando o que diz a alternativa. Logo, está errada.

A alternativa E está incorreta, uma vez que a causa de diminuição de pena relativa às hipóteses de crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou cometido sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, é aplicável ao feminicídio, excetuado o argumento da legítima defesa da honra, por força da decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADPF n. 779.” A Lei 14.994/2024 proíbe expressamente a aplicação dessas causas de diminuição (relevante valor moral/social e violenta emoção) aos casos de feminicídio, exatamente para evitar a atenuação da gravidade do crime com base em estereótipos de gênero. Além disso, a legítima defesa da honra foi rejeitada pelo STF na ADPF 779, mas essa exclusão não se limita só à legítima defesa da honra: as demais causas também foram afastadas no caso do feminicídio pela nova lei.

**QUESTÃO 48. Juiz de direito, ao proferir sentença condenatória em desfavor de acusado, técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, pelo delito de corrupção passiva, crime praticado no exercício do mencionado cargo público, considerando que as circunstâncias judiciais lhe são favoráveis, fixa as penas-base nos mínimos legais (2 anos de reclusão e 10 dias-multa), tornando-as definitivas, à falta de circunstâncias legais e de causas de aumento ou diminuição de pena. Na sequência, estabelece o valor unitário do dia-multa em 1/6 do salário mínimo vigente ao tempo do fato criminoso, em atenção à condição econômica do réu. Diante do exposto, caberá ao magistrado, ainda na sentença:**

**a) suspender condicionalmente a execução da pena privativa de liberdade e determinar a perda do cargo público;**

**b) substituir a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos ou multa e determinar a perda do cargo público;**

**c) substituir a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos ou multa, não sendo possível determinar a perda do cargo público;**

**d) substituir a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos ou por uma pena restritiva de direitos e multa e determinar a perda do cargo público;**

**e) substituir a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos ou por uma pena restritiva de direitos e multa, não sendo possível determinar a perda do cargo público.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema de pena restritiva de direito

No caso apresentado, o juiz condenou um técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe pelo crime de corrupção passiva, praticado no exercício do cargo público. As penas foram fixadas nos mínimos legais — 2 anos de reclusão e 10 dias-multa —, tendo em vista que as circunstâncias judiciais são favoráveis ao réu e não há causas legais de aumento, diminuição ou modificadoras da pena. Nessa situação, conforme o art. 44 do Código Penal, é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, uma vez que se trata de crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, a pena aplicada não ultrapassa 4 anos e o réu é primário, com circunstâncias judiciais favoráveis. Considerando que a pena aplicada é superior a um ano, o §2º do art. 44 do Código Penal determina que essa substituição deve ocorrer por duas penas restritivas de direitos ou por uma pena restritiva de direitos e multa, exatamente como prevê a alternativa D. Além disso, em razão de o crime ter sido praticado no exercício do cargo público, com violação do dever funcional, e a pena privativa de liberdade aplicada ter sido superior a um ano, é juridicamente possível que o magistrado também decreta, na sentença, a perda do cargo público, com base no art. 92, I, "a", do Código Penal, que assim dispõe: "Art. 92. São também efeitos da condenação: I - a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo: a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública". Embora parte da jurisprudência entenda que a perda do cargo público não pode ser decretada quando a pena é substituída por restritivas de direitos, há entendimento consolidado no sentido de que, desde que presentes os requisitos legais e devidamente fundamentada, a perda do cargo pode ser determinada mesmo nesses casos, especialmente quando o crime atinge diretamente a função pública, como ocorre na corrupção passiva. Assim, sendo a infração funcional grave, cometida com violação de dever e no exercício do cargo, o juiz pode, sim, determinar a perda do cargo público na sentença, desde que fundamente adequadamente. Portanto, a conduta correta do magistrado seria substituir a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos ou por uma pena restritiva de direitos e multa, e também determinar a perda do cargo público, sendo correta, nesse contexto, a alternativa D.

**QUESTÃO 49. Inquérito policial revelou que um grupo de 16 pessoas, além de outras não identificadas, dedicava-se ao comércio lícito de drogas e praticava extorsões contra comerciantes visando ao recolhimento de uma "taxa de segurança" A investigação, que recolhimento de um contou com as medidas**

cautelares de interceptação telefônica e quebra do sigilo telemático, nas quais ficou claro que o grupo contava com uma liderança definida e que os demais integrantes se dedicavam à negociação para a aquisição das drogas e produtos químicos usados na mistura e preparo delas, ao abastecimento das "bocas de fumo" e ao recolhimento do dinheiro proveniente do comércio ilícito e das extorsões praticadas contra comerciantes. A investigação mostrou também que, com o dinheiro oriundo da atividade criminosa, o líder do grupo adquiriu cavalos e os matinha em um haras registrado em seu nome. Ao longo da investigação, não houve apreensão de material entorpecente. O Ministério Público ofereceu denúncia contra os 16 investigados identificados e imputou os crimes de tráfico de drogas, associação, para o tráfico de drogas, extorsão e organização criminosa imputou também ao líder do grupo o crime de lavagem de dinheiro (Art. 19 da Lei nº 9.613/1998).

Ao longo da instrução probatória, os fatos foram confirmados e o Ministério Público requereu a condenação na forma da denúncia.

As defesas manifestaram-se e o processo foi à conclusão para sentença.

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado deve considerar que:

- a) a sentença deve acolher integralmente a pretensão condenatória do Ministério Público;
- b) a ausência de apreensão de material entorpecente é obstáculo à condenação pelos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico de drogas;
- c) a sentença pode condenar os réus pela prática do crime de tráfico de drogas, a despeito da ausência de apreensão de material entorpecente, desde que outros elementos dos autos revelem a prática de uma das condutas previstas no tipo penal;
- d) é cabível a condenação do líder do grupo criminoso pelo crime de lavagem de dinheiro, porque, na hipótese, a destinação dada ao produto do crime configura ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime;
- e) a condenação, em concurso material pelos crimes de associação para o tráfico de drogas e organização criminosa não representa bis in idem, desde que demonstrado que o grupo criminoso, estruturalmente ordenado e caracterizado pela divisão de tarefas, dedicava-se à prática de outros crimes, além do tráfico de drogas.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O juiz deve analisar as provas e os elementos do processo antes de decidir sobre a condenação. Ele não é obrigado a acolher integralmente a pretensão do Ministério Público se as provas não sustentarem a acusação.

A alternativa B está incorreta. O STJ admite condenação por tráfico mesmo sem apreensão da droga, desde que outras provas, como interceptações e testemunhas, confirmem a prática do crime.

A alternativa C está incorreta. Sem apreensão e perícia da droga, não é possível comprovar a materialidade do tráfico, mesmo com outros elementos de prova.

A alternativa D está incorreta. A condenação por lavagem de dinheiro exige provas claras de que os bens do líder do grupo têm origem ilícita, não sendo suficiente o mero proveito do crime.

A alternativa E está correta. O STJ entende que a condenação por associação para o tráfico e organização criminosa não configura bis in idem, desde que se prove que as condutas são distintas e que o grupo se dedicava a práticas criminosas além do tráfico de drogas, de acordo com o art. 35 da Lei 11.343/06 e art. 2º da Lei 12.850/13.

**QUESTÃO 50. Alberto, cujo prazo de validade da Carteira Nacional de Habilitação expirara há 25 dias, na condução de um caminhão, à noite, ao fazer arriscada ultrapassagem em trecho de via sinalizado com dupla faixa contínua, acaba colidindo frontalmente com um ônibus, cujo farol esquerdo estava inoperante e com lotação acima da permitida. Da colisão, restam feridos Alberto, que fica preso nas ferragens do veículo, e 18 passageiros do ônibus, além de cinco mortos (o motorista e outros quatro passageiros do ônibus).**

**Diante do caso narrado, é correto afirmar que Alberto:**

- a) não cometeu crime, pois sua culpa se compensa com a culpa do motorista do ônibus;**
- b) responde somente pelo crime de direção sem habilitação, pois, em relação à colisão, ocorreu por culpa do motorista do Ônibus;**
- c) responde por cinco crimes de homicídio culposo na direção de veículo automotor e 18 crimes de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor;**
- d) responde por cinco crimes de homicídio culposo na direção de veículo automotor e 18 crimes de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, ambos com a incidência de causa de aumento de pena;**
- e) responde pelos crimes de direção sem habilitação, cinco crimes de homicídio culposo na direção de veículo automotor e 18 crimes de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, os dois últimos com a incidência de causa de aumento de pena.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade penal é individual e não se compensa. Mesmo que o motorista do ônibus tenha alguma culpa (por exemplo, por dirigir com o farol inoperante), isso não isenta Alberto de sua responsabilidade pelos atos que ele cometeu.

A alternativa B está incorreta. Ainda que Alberto estivesse com a habilitação vencida, a colisão e suas consequências (feridos e mortos) não podem ser atribuídas apenas à culpa do motorista do ônibus. Alberto cometeu infrações graves que resultaram em consequências fatais.

A alternativa C está correta. Alberto pode ser responsabilizado pelos crimes de homicídio culposo e lesão corporal culposa, STJ - HC 226.128/TO, rel. min. Rogerio Schietti Cruz.

A alternativa D está incorreta. Alberto pode ser responsabilizado pelos crimes de homicídio culposo e lesão corporal culposa. No entanto, não considera a possibilidade de aumento de pena devido a agravantes.

A alternativa E está incorreta. Alberto por dirigir sem habilitação, comete uma irregularidade administrativa, não é considerado crime. Todavia, pratica os crimes de homicídios e lesões corporais.

**QUESTÃO 51. Frederico foi condenado a uma pena de oito anos de reclusão em regime semiaberto em razão da prática do crime de roubo. O Ministério Público recorreu apenas para modificar o regime de pena para fechado. Já a vítima do crime, Emiliano, mesmo não habilitada como assistente, interpôs recurso de apelação dez dias após escoado o prazo do Ministério Público, visando ao aumento da pena do condenado. Por sua vez, Frederico não interpôs recurso em face da sentença que o condenou. Diante desse cenário, o Tribunal:**

- a) não poderá conhecer do recurso da vítima, pois intempestivo;**
- b) poderá, conhecendo apenas do recurso do Ministério Público, aumentar a pena do condenado;**
- c) poderá, conhecendo apenas do recurso da vítima, reduzir a pena de Frederico, apesar de este não ter recorrido;**
- d) poderá, não conhecendo recursos interpostos, estabelecer o regime fechado;**
- e) não poderá conhecer do recurso do Ministério Público, pois a este falta interesse recursal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema de recursos.

Diante desse cenário, o Tribunal, ao analisar o recurso do Ministério Público, poderá conhecer deste recurso e modificar o regime de pena para fechado, caso considere que tal medida seja mais adequada para o cumprimento da pena, levando em consideração a gravidade do crime. Importante destacar que, embora Frederico não tenha apelado, o Tribunal pode agir de ofício para revisar a pena e até mesmo reduzir a pena do condenado, caso constate que a pena aplicada foi excessiva ou se houver erros materiais na sua fixação. Portanto, o Tribunal tem o poder de revisar a decisão de acordo com o recurso interposto pelo Ministério Público, inclusive para alterar o regime de cumprimento de pena ou até reduzir a pena do réu, mesmo que ele não tenha interposto recurso.

Por fim, a alternativa correta é a letra C, pois o Tribunal, conhecendo apenas o recurso do Ministério Público, pode, sim, aumentar a pena do condenado e modificar o regime de cumprimento da pena, além de poder revisar a pena de Frederico, mesmo na ausência de recurso por parte do réu.

**QUESTÃO 52.** Após intensa discussão, Dante praticou crime de lesão corporal leve contra sua esposa Beatriz, prevalecendo-se das relações domésticas e de coabitação, sendo preso em flagrante. Contudo, na delegacia, Dante confessou integralmente o fato, alegou estar profundamente arrependido e afirmou que se tratou de fato isolado Beatriz, por sua vez, disse não querer prosseguir com o feito, com o intuito de preservar sua família. Diante desse cenário, é correto afirmar que:

a) poderá Beatriz renunciar ao seu direito de representação, ouvido o Ministério Público, extinguindo-se a punibilidade de Dante;

b) poderá o Ministério Público, diante da confissão integral de Dante, propor a Dante acordo de não persecução penal para prevenir novas agressões;

c) poderá o juiz decretar a prisão preventiva de Dante, para garantir a ordem pública e a execução de medidas protetivas de urgência;

d) poderá o Ministério Público requerer a conversão da prisão em flagrante de Dante em prisão temporária para prevenir novas agressões;

e) poderá o juiz, averiguada a primariedade de Dante, e se não fizer o Ministério Público, propor àquele o acordo de não persecução penal.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda a lei Maria da Penha.

Dante praticou crime de lesão corporal leve contra sua esposa Beatriz, no contexto de violência doméstica e familiar, tendo sido preso em flagrante. Mesmo confessando o crime, mostrando arrependimento e sendo tratado como um fato isolado, o contexto é de violência doméstica. Beatriz afirmou que não deseja prosseguir com o feito, demonstrando intenção de retratação. Contudo, nos termos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), a lesão corporal leve contra mulher em contexto de violência doméstica é de ação penal pública incondicionada (ou seja, independe da vontade da vítima), conforme entendimento consolidado no STF e STJ. Assim, Beatriz não pode simplesmente desistir do processo, e a confissão de Dante não tem o condão de encerrar a persecução penal. Além disso, não é cabível o acordo de não persecução penal (ANPP) nos casos de violência doméstica com lesão corporal, conforme o art. 28-A, §2º, II, do CPP, pois esse dispositivo veda o ANPP para crimes praticados com violência ou grave ameaça contra a pessoa, o que abrange esse tipo de lesão. Diante da gravidade do caso e do risco de reiteração da violência, o juiz poderá decretar a prisão preventiva de Dante, com fundamento nos arts. 312 e 313 do CPP, para garantir a ordem pública e a efetividade das medidas protetivas de urgência, conforme previsto no art. 20 da Lei Maria da Penha.

A alternativa A está incorreta, pois a ação penal é pública incondicionada nos casos de lesão corporal praticada contra a mulher em contexto de violência doméstica. Isso significa que não depende da representação da vítima, logo, Beatriz não pode renunciar ao seu direito de representação porque ele nem é exigido nesse caso.

A alternativa B está incorreta, uma vez que, apesar de Dante ter confessado o crime, não é cabível o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), conforme o art. 28-A, §2º, IV do CPP, aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

A alternativa C está correta, pois nos termos dos arts. 312 e 313 do CPP e do art. 20 da Lei Maria da Penha, é possível a decretação da prisão preventiva para proteger a vítima e garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, além de prevenir novas agressões. Essa medida é proporcional e legal nesse contexto.

A alternativa D está incorreta, pois a prisão temporária não é adequada nem aplicável a casos de lesão corporal leve, pois esse tipo de crime não está previsto no rol taxativo da Lei 7.960/89 (que regula a prisão temporária). Além disso, a prisão preventiva é o instrumento cabível aqui.

A alternativa E está incorreta, pois o acordo de não persecução penal não pode ser proposto nem pelo juiz (que é parte imparcial no processo), nem é cabível em casos de violência doméstica com lesão corporal. Conforme a lei, essa proposta é de competência exclusiva do Ministério Público e vedada em casos com violência contra a pessoa.

**QUESTÃO 53. A autoridade policial indiciou Gregório pelo crime de injúria racial praticado em face de Tomás. Os autos do inquérito foram remetidos ao Ministério Público, que, como titular do direito de ação penal, entendeu diversamente e promoveu o arquivamento da investigação em razão da falta de justa causa para o exercício da ação, comunicando à vítima, ao investigado, à autoridade policial e ao juízo. Nesse cenário, é correto afirmar que poderá:**

**a) a autoridade policial remeter os autos ao procurador-geral de Justiça para revisão do arquivamento, caso o Ministério Público não se retrate;**

**b) o juiz, discordando do Ministério Público, oferecer de ofício o acordo de não persecução penal a Gregório, se este for primário e de bons antecedentes;**

**c) a autoridade policial desarquivar e dar continuidade à investigação, caso o Ministério Público não se retrate no prazo de 30 dias;**

**d) a vítima, não concordando, no prazo de 30 dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial;**

**e) o juiz, discordando do Ministério Público, remeter os autos ao procurador-geral de Justiça para revisão do arquivamento, caso o Ministério Público não se retrate.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema inquérito policial. Com base no art. 28 do Código de Processo Penal, após a reforma promovida pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), se o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial, o juiz não pode mais discordar e encaminhar os autos ao Procurador-Geral de Justiça, como era anteriormente. Agora, se a vítima não concordar com o arquivamento, ela tem 30 dias para provocar a instância revisional do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta, pois a autoridade policial não tem legitimidade para remeter os autos ao Procurador-Geral para revisão.

A alternativa B está incorreta, pois o juiz não pode oferecer de ofício o acordo de não persecução penal; essa é uma atribuição exclusiva do Ministério Público.

A alternativa C está incorreta, pois uma vez arquivado, a autoridade policial não pode desarquivar o inquérito sem uma nova prova substancial ou sem provocação do próprio MP.

A alternativa E está incorreta, como mencionado, o juiz não remete mais ao PGJ em caso de discordância. O procedimento atual envolve a instância revisional interna do MP, provocada pela vítima.

**QUESTÃO 54. Terminado o procedimento investigatório deflagrado em face de Roberval, que concluiu ser este autor do crime de corrupção, o Ministério Público ofereceu denúncia e requereu o sequestro dos bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime, pois estes não haviam sido encontrados/Contudo, o Ministério Público não comprovou, com o oferecimento da denúncia, a diferença entre o valor do patrimônio de Roberval e aquele que fosse compatível com o seu rendimento lícito.**

**Nessa hipótese, levando-se em conta a atividade do juiz quanto ao provimento cautelar e a sentença, o juiz poderá:**

**a) decretar o sequestro pelo equivalente e, na sentença condenatória, decretar de ofício a perda de bens alargada;**

**b) decretar de ofício o sequestro alargado e, na sentença condenatória, decretar de ofício a perda de bens alargada;**

**c) decretar o sequestro pelo equivalente e, na sentença condenatória, decretar de ofício a perda de bens pelo equivalente;**

**d) decretar de ofício o sequestro alargado e, na sentença condenatória, decretar a perda de bens pelo equivalente;**

**e) decretar o sequestro pelo equivalente e na sentença condenatória, decretar o sequestro alargado.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre sequestro.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a perda alargada (art. 91-A do CP) exige requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial. Não pode ser decretada de ofício pelo juiz, conforme entendimento majoritário e literalidade legal.

A alternativa B está incorreta, uma vez que nem o sequestro nem a perda alargada podem ser decretados de ofício.

A alternativa C está correta. O sequestro pelo equivalente é possível quando não se localiza o produto ou proveito do crime, e pode ser decretado com base na simples compatibilidade entre o valor do prejuízo e os bens do réu, mesmo sem comprovação de aumento patrimonial ilícito. Na sentença condenatória, o juiz pode decretar de ofício a perda de bens pelo equivalente — ou seja, não é necessário requerimento do MP para essa forma clássica de perda de bens vinculados ao crime (diferentemente do confisco alargado).

A alternativa D está incorreta, pois o sequestro alargado não pode ser de ofício; e, no caso, o sequestro é pelo equivalente, não alargado.

A alternativa E está incorreta, pois sequestro é medida cautelar patrimonial usada antes ou durante o processo, não se decreta na sentença. O correto seria perda ou confisco, e o alargado não pode ser decretado de ofício.

**QUESTÃO 55. João e José foram condenados a 12 anos de reclusão cada um, em razão da prática do crime de roubo agravado pelo concurso de agentes e pelo emprego de arma de fogo. João interpôs recurso de apelação requerendo que fosse diminuída a sua pena em razão do reconhecimento da circunstância atenuante da sua menoridade relativa, por possuir 20 anos à data do crime, bem como do não reconhecimento de sua reincidência, por ser primário e portador de bons antecedentes José, por sua vez, recorreu visando à anulação da sentença em razão de se basear em provas ilícitas.**

**Diante desse cenário, é correto afirmar que o recurso de apelação interposto por:**

- a) João poderá aproveitar a José, se for reconhecida a circunstâncias da menoridade relativa;**
- b) José poderá aproveitar a João, apesar de este não ter impugnado em seu recurso a ilicitude probatória;**
- c) José não poderá aproveitar a João, e o recurso interposto por este não poderá aproveitar a José;**
- d) João poderá aproveitar a José se for reconhecida pelo Tribunal a inexistência da reincidência;**
- e) José não poderá aproveitar a João, mas o recurso interposto por este poderá aproveitar a José.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de recursos. José poderá aproveitar a João, apesar de este não ter impugnado em seu recurso a ilicitude probatória. A alternativa está correta com base no art. 578 c/c

art. 574, I e II, do Código de Processo Penal, que aduz que a nulidade será considerada sanada se, praticado por uma das partes, não for arguida na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos. Além disso, o art. 578 do CPP expressa que a nulidade de um ato, uma vez declarada por decisão judicial, atingirá todos os subsequentes que dele dependam ou sejam consequência. Ou seja, se José conseguir a anulação da sentença por vício de prova ilícita (matéria de ordem pública, que não depende de provocação de todas as partes), e o tribunal reconhecer a nulidade, ela contamina toda a sentença, inclusive a de João. Isso ocorre mesmo que João não tenha recorrido nesse ponto, pois se trata de nulidade absoluta (ex: vício de prova ilícita – art. 5º, LVI, da CF/88).

**QUESTÃO 56.** A autoridade policial procedeu à busca e apreensão judicialmente e com o devido mandado, apreendendo armas e drogas em local onde se encontrava o lá foragido e investigado Fernando, lavrando circunstanciado auto de apreensão e da sua prisão em flagrante, Contudo, descobriu-se que a referida medida de busca e apreensão fora realizada a partir de informações obtidas com base em prorrogação de interceptação telefônica realizada sem a devida autorização judicial. Também se constatou que, sem as informações obtidas na referida, interceptação telefônica, não seria possível se chegar ao paradeiro de Fernando, tampouco apreender o material mencionado. Com base nos elementos obtidos na busca e apreensão, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Fernando pelos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes e porte ilegal de arma de fogo.

Nessa hipótese, a denúncia deverá ser:

- a) recebida pelo juiz, não havendo provas lícitas e legítimas pois a decisão judicial posterior supre a ausência da anterior;
- b) rejeitada pelo juiz, pois se lastreia em provas emprestadas não podendo ser utilizadas em outro feito;
- c) recebida pelo juiz, não havendo provas ilícitas por derivação pois poderiam ser obtidas por fonte independente;
- d) recebida pelo juiz, não havendo provas ilícitas por derivação, pois não se demonstrou o nexo de causalidade entre uma e outra;
- e) rejeitada pelo juiz, pois se lastreia em provas ilícitas por derivação, devendo ser desentranhadas do feito.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema de provas ilícitas.

A alternativa A está incorreta, pois a decisão judicial posterior à interceptação não convalida a ilegalidade anterior. Não há convalidação ex tunc.

A alternativa B está incorreta, pois o problema não é “prova emprestada”, mas sim prova ilícita.

A alternativa C está incorreta, uma vez que a fonte não era independente, pois foi exclusivamente a interceptação ilegal que permitiu a apreensão.

A alternativa D está incorreta, uma vez que o nexo de causalidade está claro: a prova da busca decorreu diretamente da interceptação ilegal.

A alternativa E está correta. A hipótese narrada trata de uma violação ao art. 5º, inciso LVI, da Constituição Federal, que estabelece: “São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.” Neste caso, a interceptação telefônica foi prorrogada sem autorização judicial, o que torna a prova ilícita (violação direta à Lei nº 9.296/96, especialmente ao art. 5º, que exige ordem judicial motivada para interceptação e prorrogação). A busca e apreensão foi fundamentada exclusivamente nessas informações ilícitas, ou seja, há uma cadeia de ilicitude — configurando a chamada prova ilícita por derivação, ou “teoria dos frutos da árvore envenenada” (fruit of the poisonous tree). Nesses termos, conforme o art. 157, §1º do Código de Processo Penal: “São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade ou quando puderem ser obtidas por uma fonte independente.” No enunciado, há nexo de causalidade direto: sem a interceptação ilegal, a autoridade jamais teria chegado ao paradeiro de Fernando nem às provas apreendidas. Assim, a denúncia baseada exclusivamente em provas ilícitas (diretas ou derivadas) deve ser rejeitada.

**QUESTÃO 57. A autoridade policial relatou inquérito indiciando Justiniano pela prática do crime de homicídio doloso e representou pela decretação de sua prisão preventiva. Os autos do inquérito foram ao Ministério Público, o qual, contudo, ofereceu denúncia em face de Justiniano pelo crime de homicídio culposo e não requereu a sua prisão preventiva, mas apenas seu comparecimento periódico a juízo para comprovar suas atividades.**

**Diante dessa hipótese, será lícito ao juiz:**

- a) receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público, não podendo decretar a prisão preventiva de Justiniano;**
- b) rejeitar a denúncia oferecida pelo Ministério Público, podendo decretar a prisão temporária de Justiniano;**
- c) receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público, podendo decretar a prisão temporária de Justiniano;**
- d) rejeitar a denúncia oferecida pelo Ministério Público, podendo decretar a prisão domiciliar de Justiniano;**
- e) receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público, não podendo decretar qualquer medida cautelar contra Justiniano.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema de prisões.

A prisão preventiva é uma medida cautelar pessoal de natureza excepcional, que depende do preenchimento de requisitos legais cumulativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal (CPP), e só pode ser decretada mediante provocação (nunca de ofício), conforme o art. 311 do CPP, com redação dada pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime): Art. 311, CPP – Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, a prisão preventiva poderá ser decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou mediante representação da autoridade policial. No caso apresentado, autoridade policial representou pela prisão preventiva, contudo, o Ministério Público não reiterou o pedido na denúncia (ao contrário, apenas pediu medidas cautelares diversas da prisão), como o juiz não pode decretar de ofício a prisão preventiva, a mera representação da autoridade policial não é suficiente após o oferecimento da denúncia sem o mesmo requerimento pelo MP. Além disso, o crime imputado na denúncia é homicídio culposo, que não admite prisão preventiva, pois a pena máxima não ultrapassa quatro anos, ferindo os requisitos do art. 313, I, do CPP (crimes dolosos com pena máxima superior a quatro anos).

As alternativas B e C estão incorretas, pois não cabe prisão temporária no caso, pois homicídio culposo não está no rol da Lei nº 7.960/89, que regula a prisão temporária.

A alternativa D está incorreta, uma vez que a prisão domiciliar é uma forma de prisão preventiva substitutiva (art. 318 do CPP) e também exige provocação e os mesmos fundamentos do art. 312 do CPP. Como não foi requerida, não pode ser decretada.

A alternativa E está incorreta, pois o juiz pode decretar outras medidas cautelares diversas da prisão, desde que preenchidos os requisitos do art. 282 do CPP, como o comparecimento periódico solicitado pelo MP. Logo, a afirmação está errada ao dizer que o juiz não pode decretar "qualquer" medida cautelar.

**QUESTÃO 58. Timon, Teddy, Tony e Tício são investigados em inquérito policial que apurou a existência de organização criminosa para a prática dos crimes de roubo e extorsão, constituída pelos referidos sujeitos, sendo Timon o líder. Este último resolveu celebrar acordo de colaboração premiada com o Ministério Público, na presença de seu advogado, revelando a estrutura hierárquica e a divisão de tarefas da organização, mas não se referiu a infrações de cuja existência não tivesse conhecimento o Ministério Público.**

**Nessa hipótese, levando-se em conta as regras relativas ao acordo de colaboração premiada, é correto afirmar que:**

- a) o Ministério Público poderá acordar com o colaborador, sem que implique nulidade, cláusula prevendo a renúncia ao direito de este impugnar a decisão homologatória;**
- b) o Ministério Público não poderá acordar o não oferecimento de denúncia em relação ao colaborador, não obstante tenha sido ele o primeiro a prestar efetiva colaboração;**
- c) o juiz não participará das negociações relativas ao acordo de colaboração e não poderá ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, para a homologação do acordo;**
- d) o juiz poderá participar das negociações relativas à formalização do acordo de colaboração, se o prêmio envolver a concessão do perdão judicial;**

**e) o colaborador poderá retratar-se da proposta, caso em que as provas autoincriminatórias por ele produzidas poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o Art. 4º, § 7º-B da Lei 12.850/13, é nula a renúncia ao direito de impugnar a decisão que homologa o acordo, pois viola garantias processuais. A homologação cabe ao juiz, que deve avaliar a legalidade e regularidade do acordo.

A alternativa B está correta. O Ministério Público pode deixar de oferecer denúncia a um colaborador que tenha prestado uma colaboração efetiva, desde que ele não seja o líder da organização criminosa, conforme art. 4º, § 4º, I, da Lei 12.850/13.

A alternativa C está incorreta. O juiz ouve sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, para verificar a regularidade das fases de existência e validade do acordo.

A alternativa D está incorreta. O juiz não participará das negociações da colaboração premiada, conforme o Art. 4º, §6º da Lei 12.850/13, que estabelece que as negociações ocorrem entre delegado, investigado e defensor, com a manifestação do Ministério Público.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 4º, § 10, da Lei nº 12.850/13, o colaborador pode se retratar da proposta, e as provas autoincriminatórias não poderão ser usadas exclusivamente contra ele. A retratação pode ocorrer antes ou depois da homologação, mas há divergência sobre os efeitos conforme o momento em que é feita.

**QUESTÃO 59. O Município Alfa figura em duas relações processuais distintas, nas quais houve julgamento pelo órgão jurisdicional com competência originária para apreciar a respectiva causa. Ambas as decisões foram consideradas manifestamente contrárias à ordem constitucional, sendo cogitada, por aquele que teve os seus interesses afetados, interposição do recurso cabível para a instância superior. Na primeira relação processual, o Município Alfa litigava com organismo internacional, perante juízo de primeira instância, a respeito do cumprimento de ajuste que celebraram. Na segunda, por sua vez, o Tribunal de Justiça denegou mandado de segurança impetrado contra ato do prefeito de Alfa. Em relação aos dois recursos a serem interpostos, é correto afirmar que, preenchidos os requisitos, serão julgados:**

**a) ambos pelo Supremo Tribunal Federal;**

**b) ambos pelo Superior Tribunal de Justiça;**

**c) o primeiro pelo Tribunal de Justiça e o segundo pelo Supremo Tribunal Federal;**

**d) o primeiro pelo Tribunal de Justiça e o segundo pelo Superior Tribunal de Justiça;**

**e) o primeiro pelo Superior Tribunal de Justiça e o segundo pelo Supremo Tribunal Federal.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Poder Judiciário, mais precisamente as competências dos Tribunais Superiores.

No tocante à primeira relação processual, na qual o Município Alfa litigava com organismo internacional, perante juízo de primeira instância, tem-se que a competência para julgar o recurso será do STJ. É o que determina art. 105, II, “c”, vejamos: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: II - julgar, em recurso ordinário: c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;”. No tocante à segunda relação processual, na qual o Tribunal de Justiça denegou mandado de segurança impetrado contra ato do prefeito de Alfa, tem-se que a competência para julgar o recurso também será do STJ. É o que determina art. 105, II, “b”, vejamos: “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: II - julgar, em recurso ordinário: b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;”. Portanto, a alternativa correta é a letra B. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 60. Após amplos debates entre diversos setores do ambiente sociopolítico, foi apresentado projeto de lei, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, com o objetivo de vedar a utilização da denominada "linguagem neutra" nas escolas públicas estaduais. A língua portuguesa deveria ser ensinada em harmonia com a norma culta, conforme as orientações nacionais de educação estabelecidas pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. O projeto, apesar de exultado por diversos segmentos sociais, foi criticado por outros. A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, ao analisar a conformidade constitucional da proposição legislativa, observou, corretamente, que ela:**

- a) reflete o exercício da competência legislativa residual de Alfa;
- b) reflete o exercício da competência legislativa suplementar de Alfa;
- c) afronta a competência legislativa privativa da União, que é indelegável;
- d) somente pode ser editada se houver lei complementar da União autorizando-a;
- e) instrumentaliza o exercício de competência administrativa comum entre os entes federativos.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema organização do estado e repartição de competências entre os entes federados.

Sobre o caso tratado pelo enunciado, o STF fixou a seguinte tese, no bojo da ADPF 1165: “É inconstitucional – por usurpar a competência privativa da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (CF/1988, art. 22, XXIV) – lei municipal que proíbe o uso da denominada linguagem neutra na grade curricular e no material didático das suas instituições de ensino públicas ou privadas.”

Vejamos o que determina o referido dispositivo constitucional: “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;” E, no caso das competências legislativas privativas da União, os Estados somente podem legislar se houver lei complementar autorizando, conforme determina art. 22, parágrafo único, da CF: “Art. 22. (...) Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.” Portanto, a Lei de Alfa somente pode ser editada se houver lei complementar da União autorizando-a. A alternativa correta, portanto, é a letra D. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 61.** Em período no qual três regiões do país passavam por grave e iminente instabilidade institucional, que ameaçava a ordem pública, o presidente da República editou a Medida Provisória nº X (MPX). Esse diploma normativo dispôs sobre o funcionamento da Advocacia-Geral da União, de modo a permitir a adoção de medidas céleres para conter a referida anormalidade institucional. A Medida Provisória nº X foi apreciada no âmbito do Poder Legislativo, daí resultando a aprovação de projeto de lei de conversão, que alterou o texto inicial e foi sancionado e promulgado pelo presidente da República. Ao fim, foi publicada a Lei nº Y. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a narrativa:

- a) está em total harmonia com a ordem constitucional;
- b) somente apresenta incompatibilidade com a ordem constitucional em relação ao objeto da MPX;
- c) somente apresenta incompatibilidade com a ordem constitucional em relação à afronta a limite circunstancial para a edição da MPX;
- d) somente apresenta incompatibilidade com a ordem constitucional em relação à autoridade que promulgou e sancionou a Lei nº Y;
- e) apresenta incompatibilidade com a ordem constitucional em relação ao objeto da MPX, à afronta a limite circunstancial para a sua edição e à autoridade que promulgou e sancionou a Lei nº Y.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema medidas provisórias.

Inicialmente, observe que, quanto à edição da MPX, a autoridade responsável realmente é o Presidente da República, de acordo com art. 84, XXVI, da CF: “Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;” Ademais, em relação à promulgação e sanção da Lei Y, também será competente o Presidente da República, na forma do art. 84, IV, da CF: “Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;” Já no tocante ao funcionamento da Advocacia-Geral da União, trata-se de matéria que deverá ser tratada por lei complementar, conforme dispõe art. 131 da CF. Vejamos: “Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.”

E, conforme determina art. 62, § 1º, II, da CF, medida provisória não poderá dispor sobre matéria reservada à lei complementar: “§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: III - reservada a lei complementar;”. Portanto, na situação hipotética trazida pelo enunciado, somente há incompatibilidade com a ordem constitucional em relação ao objeto da MPX; no tocante ao limite circunstancial para a sua edição e à autoridade que promulgou e sancionou a Lei nº Y, não há afronta. Assim sendo, a alternativa correta é a letra B. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 62. O juiz de direito da vara única da comarca Alfa recebeu concluso para sentença processo no qual certa pessoa postula que seja determinada a sua internação em hospital privado, em razão da impossibilidade de atendimento pela rede pública, que não dispõe de vagas. Além disso, o custeio foi objeto de pedido alternativo, sendo requerido que recaísse sobre o Município Alfa ou sobre o próprio hospital privado. O juiz sentenciante decidiu, corretamente, que:**

**a) o Município Alfa deve custear o atendimento no hospital privado, utilizando os valores cobrados por este último pelo uso dos seus leitos;**

**b) o hospital privado deve custear o tratamento às suas expensas, na medida em que explora um serviço público, regido pelo princípio da solidariedade;**

**c) o Município Alfa deve custear o atendimento no hospital privado, utilizando os valores que paga às entidades privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde;**

**d) o Município Alfa deve custear o atendimento no hospital privado, utilizando como critério o mesmo empregado para ressarcimento do Sistema Único de Saúde por serviços prestados a beneficiário de planos de saúde;**

**e) Município Alfa não pode ser obrigado a custear atendimentos realizados fora de unidades públicas de saúde, considerando a ausência de previsão orçamentária, e o hospital privado não pode ser obrigado a arcar com as referidas despesas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema organização do estado e repartição de competências entre os entes federados.

Especificamente sobre o caso tratado pelo enunciado, o STF fixou, no Tema 1033 de Repercussão Geral, a seguinte tese: “O ressarcimento de serviços de saúde prestados por unidade privada em favor de paciente do Sistema Único de Saúde, em cumprimento de ordem judicial, deve utilizar como critério o mesmo que é adotado para o ressarcimento do Sistema Único de Saúde por serviços prestados a beneficiários de planos de saúde.” Vejamos trecho da decisão: “(...) 3. A Constituição admite duas modalidades de execução de serviços de saúde por agentes privados: a complementar e a suplementar. A saúde complementar designa ações e serviços de saúde que a entidade privada pratica mediante convênio com o Poder Público e sujeitando-se às regras do SUS. 4. A saúde suplementar, por sua vez, abrange atividades de profissionais de saúde, clínicas, hospitais particulares e operadoras de planos de saúde que não têm uma relação negocial com o Poder Público, sujeitando-se, apenas, à regulação da Agência Nacional de Saúde - ANS. 5. O

ressarcimento, segundo as diretrizes e valores do SUS, a um agente privado que não aderiu ao sistema público pela celebração de convênio, viola a livre iniciativa (CF, art. 170, caput) e a garantia de propriedade privada (CF, arts. 5º, XXII e 170, II). Por outro lado, a execução privada do serviço de saúde não afasta sua relevância pública (CF, art. 177). 6. Diante disso, é razoável que se adote, em relação ao ressarcimento da rede privada, o mesmo critério utilizado para ressarcimento do Sistema Único de Saúde por serviços prestados a beneficiários de planos de saúde. Até dezembro de 2007, tal critério era a Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos - TUNEP. Após, passou a ser a Tabela do SUS, ajustada de acordo com as regras de valoração do SUS e multiplicada pelo Índice de Valoração do Ressarcimento - IVR. (...)”. Portanto, tomando por base o entendimento acima fixado, conclui-se que o Município Alfa deve custear o atendimento no hospital privado, utilizando como critério o mesmo empregado para ressarcimento do Sistema Único de Saúde por serviços prestados a beneficiário de planos de saúde. Assim sendo, a alternativa correta é a letra D. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 63. O juízo da zona eleitoral no X recebeu os requerimentos de registro de candidatura de Maria, João e Joana, que pretendiam concorrer ao cargo eletivo de vereador do Município Alfa. Ao analisar a situação dos três, constatou o seguinte: Maria é filha do prefeito do Município Alfa e concorria à reeleição; João é filho do governador do estado em cujo território Alfa está situado, e concorria pela primeira vez em uma eleição; e Joana, além que se naturalizou brasileira um ano antes, tem 18 anos de idade.**

**Ao analisar os requerimentos à luz da Constituição da República, o juízo concluiu, corretamente, que pode(m) concorrer na eleição:**

- a) apenas João;
- b) apenas Joana;
- c) Maria, João e Joana;
- d) apenas João e Maria;
- e) apenas Maria e Joana.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema inelegibilidade.

A alternativa A está incorreta. João é filho do Governador do Estado no qual o Território Alfa está situado, e, como era a primeira vez que este concorreria à eleição, aplicar-se-á a regra de inelegibilidade, que somente seria afastada caso João já fosse detentor do cargo e concorresse à reeleição, conforme dispõe a Constituição Federal no artigo 14 § 7º: “São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.”;

A alternativa B está incorreta. Joana de fato pode concorrer ao cargo de vereadora, pois possui os requisitos objetivos para concorrer ao cargo, conforme artigo 14 § 3º “São condições de elegibilidade, na forma da lei: I - a nacionalidade brasileira; (...) VI - a idade mínima de: (...) d) dezoito anos para Vereador.”. O erro da alternativa está em afirmar que apenas Joana poderia concorrer, pois como será demonstrado, Maria também possui condições de elegibilidade;

A alternativa C está incorreta. João não possui condições de elegibilidade, sendo este o erro da proposição.

A alternativa D está incorreta. João não possui condições de elegibilidade, sendo este o erro da proposição. Já Maria de fato tem condições de elegibilidade, pois em que pese seja esta a filha do prefeito, concorre à reeleição, se enquadra portanto na exceção prevista na Constituição Federal no artigo 14 § 7º: “São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.”;

A alternativa E está correta. Joana e Maria possuem as condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal, conforme já demonstrado.

**QUESTÃO 64. Em determinada relação processual, discutia-se incidentalmente a compatibilidade da Lei Municipal nº X com a Constituição da República. A questão central cingia-se à identificação da possibilidade de esse diploma normativo ser aplicado apesar de colidir com o superveniente Art. Y da Emenda Constitucional nº X, que tinha a natureza de norma de eficácia limitada e de princípio programático. Ao analisar o caso, o órgão jurisdicional competente decidiu, corretamente, que:**

**a) como a eficácia do Art. Y é limitada, a sua existência não compromete a aplicação da Lei Municipal nº X;**

**b) apesar de carecer de regulamentação para a integração de sua eficácia, o Art. Y revogou a Lei Municipal nº X;**

**c) a revogação, ou não, da Lei Municipal nº X deve ser avaliada em consonância com a lei que integrar a eficácia do Art. Y;**

**d) a análise da referida compatibilidade somente pode ser realizada em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental;**

**e) o fato de ser um princípio programático indica que o Art. Y tem a função de direcionamento político, somente podendo ser cotejado com norma da mesma natureza.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema hermenêutica constitucional.

A Lei Municipal X está colidindo com norma constitucional editada depois, ou seja, o parâmetro de controle é posterior, sendo irrelevante que sua edição seja posterior ou que sua eficácia seja limitada. É isso o que determina o Supremo e a doutrina. Vejamos: “As normas programáticas constituem uma espécie de solene obrigação que o próprio Estado assume, de elaborar outras normas sobre certas matérias, na grande maioria, assinalando já a seus órgãos certas diretrizes a serem estritamente observadas. As normas constitucionais programáticas são espécies de normas de eficácia limitada ou reduzida, porque diferidas no tempo e dependentes da vontade do legislador. São normas jurídico-constitucionais de aplicação diferida que prescrevem obrigações de resultados, e não obrigações de meio, sendo, no caso brasileiro, vinculadas ao princípio da legalidade ou referidas aos poderes públicos ou dirigidas à ordem econômico-social. Em que pese a sua natureza mediata, as normas programáticas têm também efeitos concretos, visto que condicionam a atividade discricionária da Administração e do Poder Judiciário, além do conteúdo da legislação futura. Uma norma constitucional programática pode servir de paradigma para o exercício do controle abstrato de constitucionalidade, pois, embora não produza todos os seus efeitos, é norma constitucional.” (Curso Interativo de Direito Constitucional TJ-SE - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4.2.1 Classificação de José Afonso da Silva - Livro Digital Interativo).

A alternativa A está incorreta. Sua existência compromete, sim, a aplicação da Lei X, pois uma norma constitucional programática pode servir de paradigma para o exercício do controle abstrato de constitucionalidade.

A alternativa B está correta, apesar da atecnia no uso do termo “revogou”. De fato, conforme explicado acima, as normas programáticas de eficácia limitada, apesar de carecerem de regulamentação para a integração de sua eficácia, são normas constitucionais e servem de parâmetro de constitucionalidade. Logo, o Art. Y não recepcionou a Lei Municipal nº X. Ressaltamos que, apesar de a alternativa falar em “revogação”, na verdade, o fenômeno ocorrido foi a não-recepção, o que pode gerar anulação da questão.

A alternativa C está incorreta. Ainda tomando por base o mesmo fundamento da alternativa A, a alternativa C fica incorreta, pois o artigo Y, ainda que seja norma de eficácia limitada, serve de parâmetro de constitucionalidade, ou seja, a avaliação da constitucionalidade da Lei X será feita com o próprio art. Y, e não com a lei que integrar sua eficácia.

As alternativas D e E também estão incorretas, pois as normas constitucionais programáticas podem servir de paradigma para o exercício do controle abstrato de constitucionalidade, não se restringindo à ADPF nem à normas de mesma natureza.

**QUESTÃO 65. O Estado Alfa editou a Lei nº X, que elevou a entrância das comarcas Sigma, Beta e Gama, e dispôs que os atuais ocupantes de cargos de juiz de direito nas referidas comarcas pudessem requerer, no prazo de cinco dias úteis, que, quando promovidos, a respectiva promoção seja efetivada na comarca em que se encontram. O diretório nacional do partido político Alfa, por entender que a Lei nº X era incompatível com a Constituição da República, solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de ser deflagrado o controle abstrato de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Foi corretamente esclarecido que:**

**a) nenhum ato normativo de efeitos concretos pode ser objeto desse controle;**

**b) por não ter natureza orçamentária e produzir efeitos concretos, a Lei nº X não pode ser objeto desse controle;**

**c) como a Lei nº X aufere o seu fundamento de validade diretamente na ordem constitucional, ela pode ser objeto desse controle;**

**d) enquanto não decorrido o prazo de anulação dos efeitos concretos produzidos pela Lei nº X, ela pode ser objeto desse controle;**

**e) qualquer ato normativo estadual, quer produza efeitos concretos, quer seja dotado de generalidade e abstração, pode ser objeto desse controle.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

No caso narrado, cabendo uma ADI, de fato, o órgão competente para realizar o controle de constitucionalidade do diploma normativo será o STF, conforme art. 102, I, "a", da CF: "Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;" E, ainda que não cabível ADI, seria cabível uma ADPF, a qual também deve ser julgada pelo STF. Neste sentido é, o art. 1º da Lei 9.882/99: "Art. 1º A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público." Ademais, segundo entendimento consolidado pelo STF no julgamento da ADI 4048, qualquer ato normativo estadual, quer produza efeitos concretos, quer seja dotado de generalidade e abstração, pode ser objeto desse controle. Vejamos: "EMENTA: MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 405, DE 18.12.2007. ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO. LIMITES CONSTITUCIONAIS À ATIVIDADE LEGISLATIVA EXCEPCIONAL DO PODER EXECUTIVO NA EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS. I. MEDIDA PROVISÓRIA E SUA CONVERSÃO EM LEI. (...) II. CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS ORÇAMENTÁRIAS. REVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA. O Supremo Tribunal Federal deve exercer sua função precípua de fiscalização da constitucionalidade das leis e dos atos normativos quando houver um tema ou uma controvérsia constitucional suscitada em abstrato, independente do caráter geral ou específico, concreto ou abstrato de seu objeto. Possibilidade de submissão das normas orçamentárias ao controle abstrato de constitucionalidade. (...)" (STF/ADI 4048 MC / DF Julgamento em 14/05/2008).

Tomando por base este entendimento, conclui-se que a alternativa correta é a letra E, e as alternativas A, B e D ficam automaticamente incorretas.

A alternativa C também está incorreta, pois sua redação dá a entender que o fundamento para a Lei nº X poder ser objeto de controle abstrato, é ela auferir o seu fundamento de validade diretamente na ordem constitucional; no entanto, o fundamento, segundo entendimento fixado pelo próprio STF, é que a fiscalização da constitucionalidade deve ocorrer independente do caráter geral ou específico, concreto ou abstrato de seu objeto.

**QUESTÃO 66.** A partir de projeto de lei de iniciativa do presidente do Tribunal de Contas do Estado Alfa, aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador do estado, foi editada a Lei nº X, que suprimiu duas gratificações já pagas aos servidores do Tribunal e incorporou o respectivo valor, em relação àqueles que já as recebiam, a outra vantagem de caráter pessoal. Irresignado com o teor dessa alteração legislativa, um legitimado deflagrou o controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ocasião em que foi reconhecido que:

a) o Tribunal de Contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, não tem poder de iniciativa legislativa, sendo inconstitucional a Lei nº X;

b) ao alterar a sistemática remuneratória dos servidores em atividade, a Lei nº X afrontou direitos fundamentais, sendo inconstitucional;

c) apesar de o Tribunal de Contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, não ter poder de iniciativa legislativa, a sanção pelo governador superou o vício, sendo constitucional a Lei nº X;

d) o processo legislativo que resultou na edição da Lei nº X não apresenta incompatibilidade com a ordem constitucional, o mesmo ocorrendo em relação à alteração da sistemática remuneratória;

e) apesar de o Tribunal de Contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, não ter poder de iniciativa legislativa, recebimento da proposição pela Assembleia Legislativa transfere a esta última a iniciativa legislativa, sendo constitucional a Lei nº X.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Tribunal de Contas.

As alternativas A, C e E estão incorretas, pois falam que o Tribunal de Contas não ter poder de iniciativa legislativa. Inicialmente, menciona-se que, conforme já decidiu o STF, o Tribunal de Contas tem, sim, poder de iniciativa legislativa para tratar de sua organização e funcionamento. Vejamos: “(...) 2. As Cortes de Contas do país, conforme reconhecido pela Constituição de 1988 e por esta Suprema Corte, gozam das prerrogativas da autonomia e do autogoverno, o que inclui, essencialmente, a iniciativa privativa para instaurar processo legislativo que pretenda alterar sua organização e funcionamento, como resulta da interpretação lógico-sistemática dos artigos 73, 75 e 96, II, d, da Constituição Federal. Precedentes. (...)” (ADI 4643-RJ. Min. Rel. Luiz Fux. Em 15/05/2019).

A alternativa B está incorreta, pois servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico. Ademais, não houve violação a direito fundamental, pois a remuneração dos servidores não foi reduzida, já que os valores foram incorporados a outra gratificação. Vejamos: “(...) 1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 563.965-RG, da relatoria da Ministra Cármen Lúcia, reafirmou a jurisprudência no sentido de que não há direito adquirido a regime jurídico, assegurada a irredutibilidade de vencimentos. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.” (STF - AgR RE: 489518 DF - DISTRITO FEDERAL, Relator.: Min. ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 22/09/2015, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-202 08-10-2015)

A alternativa D está correta: o processo legislativo que resultou na edição da Lei nº X e a alteração da sistemática remuneratória, conforme explicado acima, não apresentam incompatibilidade com a ordem constitucional.

**QUESTÃO 67.** Em determinado processo administrativo conduzido por órgão competente, no qual se discutia a individualização de terras indígenas, surgiram distintos argumentos em relação aos fatores a serem considerados. Os argumentos suscitados eram os seguintes:

**I. A posse civil não se identifica com a posse tradicional indígena;**

**II. A individualização das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios deve ser considerada a partir do reconhecimento de sua proteção pela Constituição da República de 1988;**

**III. A ocupação tradicional das terras indígenas não se mostra compatível com a tutela do meio ambiente no âmbito da respectiva área.**

**Ao fim do processo administrativo, concluiu-se, corretamente, que:**

**a) apenas o argumento I está certo;**

**b) apenas o argumento II está certo;**

**c) os argumentos I, II e III estão certos;**

**d) apenas os argumentos I e III estão certos;**

**e) apenas os argumentos II e III estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Índios.

O Item I está correto. De acordo com o subitem II do Tema 1031 do STF: “II - A posse tradicional indígena é distinta da posse civil, consistindo na ocupação das terras habitadas em caráter permanente pelos indígenas, nas utilizadas para suas atividades produtivas, nas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e nas necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, nos termos do § 1º do artigo 231 do texto constitucional;”

O item II está incorreto. De acordo com o subitem II do Tema 1031 do STF: “III - A proteção constitucional aos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam independe da existência de um marco temporal em 05 de outubro de 1988 ou da configuração do renitente esbulho, como conflito físico ou controvérsia judicial persistente à data da promulgação da Constituição;” Ressalte-se que, ao nosso ver, a questão é pode ser passível de anulação, pois na lei 14.701/23, posterior ao julgamento do tema 1031, voltou-se a afirmar que o marco temporal é a CF de 88, vejamos: “Art. 4º São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros aquelas que, na data da promulgação da Constituição Federal, eram, simultaneamente: I - habitadas por eles em caráter permanente; § 2º A ausência da comunidade indígena em 5 de outubro de 1988 na área pretendida descaracteriza o seu enquadramento no inciso I do caput deste artigo, salvo o caso de renitente esbulho devidamente comprovado.”

O Item III está incorreto. De acordo com o subitem XII do Tema 1031 do STF: “XII - A ocupação tradicional das terras indígenas é compatível com a tutela constitucional do meio ambiente, sendo assegurado o exercício das atividades tradicionais dos povos indígenas;”

**QUESTÃO 68.** Em uma relação processual, o juiz de direito competente, ao receber os autos conclusos para sentença, constatou que a causa de pedir versava sobre a interpretação do Art. X da Constituição da República. Ao delinear o conteúdo normativo desse preceito, o magistrado observou que as peculiaridades do caso concreto conferiam maior importância a determinados valores e não a outros, embora todos estivessem albergados pela Constituição brasileira, de natureza compromissória. Ao prestigiar os valores de maior importância, por ocasião da resolução das conflitualidades intrínsecas identificadas no curso do processo de interpretação, o magistrado atribuiu ao significante interpretado um significado distinto daquele defendido pelas partes. Na situação descrita na narrativa, é correto afirmar que:

- a) ao atribuir preeminência a alguns valores em detrimento de outros, o magistrado aderiu ao realismo jurídico, distanciando-se da tópica;
- b) o proceder do magistrado aproximou os momentos de criação e de aplicação do direito, distanciando-se do originalismo e se mostrando sensível ao pensamento problemático;
- c) ao levar em consideração referenciais axiológicos para o delineamento de um padrão deontológico, o magistrado se distanciou da denominada interpretação constitucional;
- d) é traço fundamental de uma constituição compromissória que haja equidistância entre as ideologias e os referenciais axiológicos que alberga, de modo que o magistrado não poderia prestigiar alguns em detrimento de outros;
- e) apesar de o significado normativo apresentar uma relação de sobreposição com o significante interpretado, a dissociação entre ambos é admitida apenas em relação à oscilação dos valores, não em razão de aspectos do problema concreto.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema hermenêutica constitucional.

Observa-se, pelo narrado no enunciado, que o juiz, a partir do problema concreto, ponderou valores e construiu a norma, aproximando-se da aplicação do método tópico-problemático e se distanciando do originalismo (o qual se aproxima mais do fator histórico). Na doutrina da professora Nelma Fontana: “O método de interpretação constitucional denominado tópico-problemático pressupõe a compreensão do problema concreto a resolver, havendo, nesse método, a primazia do problema sobre a norma. Busca-se a compreensão do problema e da Constituição e utiliza a doutrina e a jurisprudência apenas como pontos de apoio. Trata-se de uma teoria de argumentação jurídica, segundo o qual não existem respostas corretas, mas argumentos que se impõem pelo convencimento. Na lição de Gomes Canotilho, o método tópico-problemático, no âmbito do Direito Constitucional, parte das seguintes premissas: a) a interpretação constitucional tem caráter prático, pois procura resolver problemas concretos; b) a lei constitucional é indeterminada, tem caráter aberto; c) preferência pela discussão do problema. O método tópico-

problemático possibilita o preenchimento de lacunas, mas a ausência de uma investigação doutrinária ou jurisprudencial pode contribuir para o casuísmo e para uma insegurança interpretativa. O caminho ideal a ser percorrido pelo intérprete deve ser o de partir da norma para o problema e não do problema para a norma.” (Curso Interativo de Direito Constitucional TJ-SE - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4 - Normas Constitucionais e Hermenêutica Constitucional - Livro Digital Interativo). Portanto, a alternativa correta é a letra B. As demais alternativas ficam, pois, automaticamente incorretas, posto que não indicam a utilização do método tópico-problemático.

**QUESTÃO 69.** No curso de processo eleitoral, foi proferida decisão pelo juiz eleitoral contra a qual Tício, uma das partes na demanda, se insurgiu, interpondo recurso. Considerando as regras em vigor, relativas aos recursos eleitorais, é correto afirmar que:

a) é desnecessário pleitear a concessão de efeito suspensivo no bojo do recurso interposto, visto que se trata de efeito automático no âmbito eleitoral;

b) haverá concessão de prazo em dobro às demais partes da demanda em caso de recurso quando há litisconsortes com diferentes procuradores;

c) não pode ensejar efeitos infringentes o recurso de embargos de declaração interposto contra decisão que apresente obscuridade, contradição ou omissão;

d) são irrecorríveis de imediato, não sujeitas à preclusão, as decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo proferidas nos feitos eleitorais;

e) é conferido ao Ministério Público, no processo eleitoral, prazo em dobro para manifestação, iniciado a partir de sua intimação pessoal, na forma da lei especial.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Recursos Eleitorais.

A alternativa A está incorreta. O efeito suspensivo nos recursos eleitorais não é automático. Em regra, os recursos têm efeito apenas devolutivo, conforme previsto no artigo 257 do Código Eleitoral: “Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo.”;

A alternativa B está incorreta. No processo eleitoral, diferentemente do que ocorre no processo civil, não se aplica o prazo em dobro, ainda que os litisconsortes possuam procuradores diferentes. Conforme já assentado no entendimento do Tribunal Superior Eleitoral no julgamento do Ac. de 30.9.2021 no RO-EL nº 125175, rel. Min. Edson Fachin, rel. designado Min. Alexandre de Moraes: Inaplicável, na esfera eleitoral, a contagem de prazo em dobro contemplada pelo art. 229 do CPC. “[...] o direito processual eleitoral é informado pelo princípio da celeridade, o qual impõe, em paralelo com a fixação de prazos exíguos, a exceção de algumas normas básicas da legislação processual civil, entre as quais a recusa da contagem de prazos em dobro”.

A alternativa C está incorreta. Os embargos de declaração não têm efeito infringente automático, conforme já decidido em diversas ocasiões e reiterado no julgamento do Ac. de 29.2.2024, nos ED-AgR-AREspE nº 060029152 de relatoria do Min. Raul Araújo: “A aplicação de efeitos infringentes nos aclaratórios somente é possível quando há correção de vício no julgado, e não diante de pedido do embargante para adequação do fundamento utilizado. Segundo a jurisprudência do TSE, ‘a exigência de fundamentação exauriente, apta a ‘enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador’, não impõe ao tribunal o acatamento das alegações de interesse do embargante, sendo incabível considerar omissos o texto decisório em que não se reproduziu, exatamente porque não se acolheu, a interpretação de normas legais e de precedentes defendida pela parte’.”.

A alternativa D está correta. As decisões interlocutórias no processo eleitoral não são recorríveis de imediato, conforme dispõe o Art. 19 da Resolução TSE 23478/2016: “As decisões interlocutórias ou sem caráter definitivo proferidas nos feitos eleitorais são irrecorríveis de imediato por não estarem sujeitas à preclusão, ficando os eventuais inconformismos para posterior manifestação em recurso contra a decisão definitiva de mérito.”.

A alternativa E está incorreta. O processo eleitoral é regido pelo princípio da celeridade, logo não caberá prazo em dobro ao Ministério Público neste caso, excepcionando-se a prerrogativa institucional, conforme já sedimentado na jurisprudência do TSE e reiterado no julgamento do Ac. de 15.5.2018 no AgR-REspe nº 20459, de relatoria do Min. Napoleão Nunes Maia Filho: “Este Tribunal Superior tem como entendimento a inaplicabilidade da contagem do prazo em dobro na esfera eleitoral.”.

**QUESTÃO 70. Tício, no período de inscrição eleitoral em recente eleição, fraudulentamente, apresentou à Justiça Eleitoral informações para subsidiar pedido de alteração de seu domicílio eleitoral, juntando, para tanto, declaração firmada por seu amigo, Caio, na qual afirmou estarem residindo juntos no Município Alfa, o que não é verdade. O pedido de transferência foi deferido, expedindo-se o título de eleitor.**

**Considerando a legislação em vigor e o posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que:**

- a) caso comprovada a fraude na inscrição eleitoral descrita, Caio responderá como coautor de Tício, na forma do Art. 289 do Código Eleitoral;**
- b) na hipótese acima descrita, caso constatado o delito eleitoral antes do deferimento da transferência, não sendo expedido o título de eleitor, Tício responderá por tentativa de fraude;**
- c) para o aperfeiçoamento da configuração do crime de inscrição fraudulenta de eleitor, a aquisição da capacidade eleitoral ativa não é condição indispensável;**
- d) para a imputação do crime de inscrição fraudulenta de eleitor, exige-se a comprovação de dolo específico de efetuar inscrição ou transferência com fraude;**
- e) ocorrendo inscrição fraudulenta de eleitor e a prática de falsidade ideológica eleitoral, há consunção, aplicando-se, apenas, o Art. 289 do Código Eleitoral.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Crimes Eleitorais.

A alternativa A está incorreta. Caio pode responder por falsidade ideológica, mas não necessariamente como coautor do crime de Tício, pois não está evidenciado no texto que havia acordo doloso para a fraude eleitoral. Responderá, portanto, como partícipe, conforme se entende na conjugação dos entendimentos firmados nos julgados do TSE - Ac.TSE, de 9.2.2017, no AgR-AI nº 1392: “a higidez do cadastro eleitoral é violada com a transferência fraudulenta de eleitores prevista neste artigo”; e no Ac.-TSE, de 3.3.2015, no REspe nº 571991: “a prestação de auxílio material à inscrição fraudulenta de eleitor caracteriza participação no crime previsto neste artigo.”.

A alternativa B está incorreta. Neste caso a conduta é tipificada pelo artigo 350 do Código Eleitoral: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais: Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular. Parágrafo único. Se o agente da falsidade documental é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo ou se a falsificação ou alteração é de assentamentos de registro civil, a pena é agravada.”;

A alternativa C está incorreta. A capacidade eleitoral ativa é imprescindível para a configuração da inscrição fraudulenta, não pode, portanto, haver inscrição sem que o indivíduo tenha direito de votar. A condição de eleitor é elementar do tipo penal, sem esta portanto não se configura o crime do artigo Art. 289 do Código Eleitoral: “Inscrever-se fraudulentamente eleitor: Pena - Reclusão até cinco anos e pagamento de cinco a 15 dias-multa.”.

A alternativa D está incorreta. O tipo penal não exige dolo específico, apenas a inscrição fraudulenta já caracteriza a conduta tipificada pelo Art. 289 do Código Eleitoral: “Inscrever-se fraudulentamente eleitor: Pena - Reclusão até cinco anos e pagamento de cinco a 15 dias-multa.”.

A alternativa E está correta. Os crimes de inscrição fraudulenta e falsidade ideológica podem coexistir, mas como regra há consunção, devendo ser analisado caso a caso, conforme decidido pelo TSE no julgamento do (Ac. de 18/8/2011 no REspe n. 23310, de relatoria da Min. Cármen Lúcia: “[...] Falsidade ideológica para fins eleitorais. Acórdão recorrido que aplicou o princípio da consunção. Crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral, absorvido pelo delito tipificado no art. 290 do mesmo diploma legal: impossibilidade. O princípio da consunção tem aplicação quando um crime é meio necessário ou fase normal de preparação ou de execução de outro crime e nos casos de antefato ou pós-fato impuníveis, o que não ocorre nos autos. O tipo incriminador descrito no art. 350 do Código Eleitoral trata de crime formal, que dispensa a ocorrência de prejuízos efetivos, sendo suficiente a potencialidade lesiva da conduta. [...]”.

**QUESTÃO 71. Um dos direitos essenciais dos acionistas de sociedade anônima é o de retirada mediante o reembolso do valor de suas ações pela companhia. Não obstante, na sociedade anônima, o direito de retirada está circunscrito a determinadas hipóteses legais, ao contrário do que ocorre na sociedade do tipo simples constituída por prazo indeterminado.**

Considerando a hipótese de aprovação, pela assembleia geral, da operação de cisão parcial da companhia com versão de patrimônio em sociedade já existente, somente haverá direito de retirada para o acionista se a cisão implicar:

a) (i) mudança do objeto social, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para a sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da sociedade cindida; (ii) redução do dividendo obrigatório; ou (iii) participação em grupo de sociedades;

b) retração da liquidez das ações no mercado de valores mobiliários; (ii) eliminação da dispersão das ações no mercado de valores mobiliários; ou (iii) vencimento antecipado de debêntures não conversíveis emitidas pela companhia;

c) (i) amortização ou resgate de ações da companhia cindida; (ii) prejuízo para qualquer de suas controladas ou subsidiárias; ou (iii) redução do dividendo obrigatório;

d) (i) mudança do objeto social, independentemente de a atividade da sociedade receptora do patrimônio coincidir ou não com a da sociedade cindida; (ii) aumento de capital que extrapole o limite do capital autorizado; ou (iii) alteração das vantagens ou preferências das ações preferenciais;

e) (i) redução do patrimônio líquido em mais de 25% em relação ao último balanço aprovado; (ii) retração da liquidez das ações no mercado de valores mobiliários; ou (iii) cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre sociedades anônimas.

A lei de sociedades anônimas prevê a possibilidade de cisão da companhia mediante deliberação em assembleia (**art. 136, IX**). A aprovação da referida cisão propicia ao acionista dissidente o direito de retirada, nos seguintes termos: “Art. 137. A aprovação das matérias previstas nos incisos I a VI e IX do art. 136 dá ao acionista dissidente o direito de retirar-se da companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (art. 45), observadas as seguintes normas: III - no caso do inciso IX do art. 136, somente haverá direito de retirada se a cisão implicar: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001) a) mudança do objeto social, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da sociedade cindida; (Incluída pela Lei nº 10.303, de 2001) b) redução do dividendo obrigatório; ou (Incluída pela Lei nº 10.303, de 2001) c) participação em grupo de sociedades; (Incluída pela Lei nº 10.303, de 2001)”.

A alternativa A está correta. Ela apresentou exatamente o disposto nos artigos supracitados.

A alternativa B está incorreta. Somente haverá retirada se a cisão implicar as consequências do inciso III do artigo 137. Nenhuma das situações citadas na alternativa corresponde ao dispositivo legal.

A alternativa C está incorreta. Somente haverá retirada se a cisão implicar as consequências do inciso III do artigo 137. O referido dispositivo não fala em amortização ou resgate e nem mesmo em prejuízo para subsidiárias ou controladas.

A alternativa D está incorreta. Somente haverá retirada se a cisão implicar as consequências do inciso III do artigo 137. O referido dispositivo não fala em aumento de capital que extrapole limite de capital autorizado nem em alteração das vantagens ou preferências das ações preferenciais. A mudança do objeto social, por sua vez, autoriza a retirada, **salvo** quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da sociedade cindida. Assim, a utilização do termo independentemente...” tornou a assertiva incorreta também nesse ponto.

A alternativa E está incorreta. Somente haverá retirada se a cisão implicar as consequências do inciso III do artigo 137. O referido dispositivo não fala em redução do patrimônio líquido, nem em retração da liquidez, e nem em cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM.

#### QUESTÃO 72. A patente de invenção será concedida:

a) depois de deferido o pedido, expedindo-se a respectiva carta-patente em até 30 dias dessa data, independentemente da publicação do ato de concessão.

b) na data de publicação do ato de concessão, expedindo-se a respectiva carta-patente em até 90 dias dessa data;

c) depois de deferido o pedido, da realização do pagamento de sua comprovação, atos que deverão ser efetuados no prazo de 60 dias contados do deferimento, expedindo-se a respectiva carta-patente.

d) depois de comprovado o pagamento da retribuição correspondente em até 30 dias da data da publicação do ato de concessão; a retribuição poderá ainda ser paga e comprovada dentro de 15 dias após o prazo, independentemente de notificação, mediante pagamento de retribuição específica;

e) depois de deferido o pedido e comprovado o pagamento da retribuição correspondente, que deverão ser efetuados no prazo de 120 dias contados do deferimento, expedindo-se a respectiva carta-patente.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre propriedade industrial.

Sobre a concessão da patente, a lei 9.279/1996 dispõe que *"A patente será concedida **depois de deferido o pedido**, e comprovado o pagamento da retribuição correspondente, expedindo-se a respectiva carta-patente"* (art. 38). O pagamento da retribuição e sua comprovação devem ser efetuados em 60 (sessenta) dias, contados do deferimento. (§1º do art. 38). Importante ainda ressaltar que *"A retribuição prevista neste artigo poderá ainda ser paga e comprovada dentro de **30 (trinta) dias após o prazo previsto no parágrafo anterior**, independentemente de notificação, mediante pagamento de retribuição específica, sob pena de arquivamento definitivo do pedido."* (§2º do art. 38) e que *"Reputa-se concedida a patente na data de publicação do respectivo ato"*. (§3º do art. 38).

A alternativa A está incorreta. Conforme ressaltado, *"reputa-se concedida a patente na data de publicação do respectivo ato"* (§3º do art. 38). Assim, a utilização da expressão *"independentemente da publicação"* tornou a assertiva incorreta. Para além disso, não há a previsão do prazo de 30 (trinta) dias citado.

A alternativa B está incorreta. Não há o referido prazo de 90 dias apresentado pela alternativa.

A alternativa C está correta. Ela trouxe exatamente o disposto no artigo 38 da lei 9.279/1996.

A alternativa D está incorreta. Admite-se o pagamento da retribuição dentro de 30 (TRINTA) e não 15 (quinze) dias após o prazo inicial (§3º do art. 38).

A alternativa E está incorreta. O pagamento da retribuição e sua comprovação devem ser efetuados em 60 (sessenta) dias, contados do deferimento. (§1º do art. 38).

**QUESTÃO 73. O representante legal de Moita Bonita Empreendimentos Imobiliários S/A, em recuperação judicial, requereu ao juízo recuperacional autorização para a alienação de bens do ativo não circulante da companhia. Após o deferimento da autorização e sua publicação, o credor quirografário Boquim, Itabaiana & Cia. Ltda., titular de créditos inscritos no quadro geral de credores correspondentes a 20,3% do valor total de créditos sujeitos à recuperação judicial, manifestou ao administrador judicial interesse na realização da assembleia geral de credores para deliberar sobre a realização da alienação.**

**O administrador judicial apresentou ao juiz relatório das manifestações recebidas e constatou o cumprimento dos requisitos legais.**

**Apoiado na manifestação favorável do administrador judicial, o juiz convocou assembleia geral de credores, realizada de forma virtual. A votação que aprovou a alienação foi realizada por meio de sistema eletrônico que reproduziu as condições de tomada de voto da assembleia geral de credores, caso ela tivesse sido realizada presencialmente.**

**Considerando a situação descrita e as disposições da Lei nº 11.101/2005, é correto afirmar que:**

**a) houve irregularidade na convocação da assembleia, pois somente se admite sua convocação pelo juiz se o requerimento for feito por credor titular de créditos inscritos no quadro geral de credores correspondentes a mais de 25% do valor total de créditos sujeitos à recuperação judicial;**

**b) a deliberação assemblear no formato virtual foi válida por ser expressamente prevista pela Lei nº 11.101/2005, sendo dispensada a homologação judicial diante do parecer do administrador judicial sobre sua regularidade.**

**c) a deliberação assemblear no formato virtual foi válida; todavia, o administrador judicial deverá emitir parecer sobre sua regularidade, previamente à sua homologação judicial, seja ou não concedida a recuperação judicial;**

**d) houve irregularidade na realização da assembleia na forma virtual em razão de não ser lícito substituir as condições de tomada de voto da assembleia geral de credores realizada presencialmente pelo voto eletrônico;**

**e) a deliberação assemblear no formato virtual foi válida; todavia, caso a recuperação judicial venha a ser concedida, o administrador judicial deverá emitir parecer sobre sua regularidade, se assim determinar o juiz.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versou sobre a “Alienação de Bens do Ativo Não Circulante na Recuperação Judicial e Validade de Assembleia Virtual”. O tema envolveu, portanto, conhecimentos acerca dos artigos 39 §4º, II e 66, ambos da lei 11.101/2005.

Sobre o procedimento da alienação de bens do ativo não circulante, a lei 11.101/2005 dispõe que “*Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo não circulante, inclusive para os fins previstos no art. 67 desta Lei, salvo mediante autorização do juiz, depois de ouvido o Comitê de Credores, se houver, com exceção daqueles previamente autorizados no plano de recuperação judicial” (caput do art. 66). O caput do artigo 66, portanto, prevê a possibilidade de que o juiz autorize as referidas alienações e onerações. Para tanto, prevê um procedimento em seus parágrafos. Em apertada síntese, nos 5 dias subsequentes à data da publicação da decisão, *credores que corresponderem a mais de 15% do valor total de créditos sujeitos à recuperação poderão manifestar o interesse na realização de assembleia geral para deliberar sobre a venda (inciso I do §1º do art. 66)*. No caso, o credor é titular de créditos inscritos no quadro geral de credores correspondentes a **20,3%** do valor total de créditos sujeitos à recuperação judicial, o que supera o previsto na legislação e autoriza tal pedido. Feito isso, nas 48 horas posteriores ao final do prazo de 5 dias, o administrador apresenta ao juiz relatório das manifestações recebidas e, cumpridos os requisitos, pode requerer a convocação da assembleia-geral de credores (inciso II do §1º do art. 66), o que foi feito. Quanto à forma de votação, o §4º do art. 39 da lei 11.101/2005 dispõe que “*qualquer deliberação prevista nesta Lei a ser realizada por meio de assembleia-geral de credores poderá ser substituída, com idênticos efeitos, por votação realizada por meio de sistema eletrônico que reproduza as condições de tomada de voto da assembleia-geral de credores”, o que também foi observado. A referida votação eletrônica deve ser fiscalizada pelo administrador judicial, que “*emitirá parecer sobre sua regularidade, previamente à sua homologação judicial*”. (§5º do art. 39).**

A alternativa A está incorreta. Conforme ressaltado, “credores que corresponderem a mais de **15% (quinze por cento)** do valor total de créditos sujeitos à recuperação judicial, comprovada a prestação da caução equivalente ao valor total da alienação, poderão manifestar ao administrador judicial, fundamentadamente, o interesse na realização da assembleia-geral de credores para deliberar sobre a realização da venda”. (inciso I do §1º do art. 66).

A alternativa B está incorreta. Conforme ressaltado, exige-se prévio parecer do administrador judicial sobre a deliberação assemblear no formato virtual (§5º do art. 39).

A alternativa C está correta. A deliberação assemblear no formato virtual foi válida (art. 66); todavia, o administrador judicial deverá emitir parecer sobre sua regularidade, previamente à sua homologação judicial, seja ou não concedida a recuperação judicial. (§5º do art. 39).

A alternativa D está incorreta. Conforme ressaltado, admite-se a deliberação assemblear no formato eletrônico (§4º do ar. 39).

A alternativa E está incorreta. A apresentação do parecer prévio parecer do administrador judicial sobre a deliberação assemblear no formato virtual é obrigatória, não se tratando de uma mera faculdade que pode ou não ser concedida pelo juiz (§5º do art. 39).

**QUESTÃO 74.** A assembleia geral da Cooperativa Educacional Japaratuba, com sede em Barra dos Coqueiros/SE aprovou (i) a extinção do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, mantendo apenas o Fundo de Reserva; (ii) a redução de 20% para 10% da aplicação das sobras líquidas do exercício para a constituição do Fundo de Reserva; (iii) a criação do Fundo de Excelência em Produtividade, destinado à premiação de cooperados que se destacarem anualmente pela excepcional produtividade, constituído de 2,5% das sobras líquidas apuradas no exercício.

As cooperadas Aparecida, Dores, Glória, Lourdes e Socorro pleiteiam em juízo a anulação da deliberação por ilegalidade na aprovação dos três pontos de pauta.

À luz da legislação cooperativista, é correto afirmar que:

a) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social não pode ser extinto por ser obrigatório; a redução do percentual de aplicação das sobras líquidas do exercício na constituição do Fundo de Reserva é legal por ter preservado o mínimo de 10%; a criação do Fundo de Excelência em Produtividade é legal porque a assembleia poderá criar outros fundos, com recursos destinados a fins específicos.

b) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social não pode ser extinto por ser obrigatório; a redução do percentual de aplicação das sobras líquidas do exercício na constituição do Fundo de Reserva é ilegal por não ter preservado o mínimo de 20%; a criação do Fundo de Excelência em produtividade é ilegal porque a assembleia não poderá criar outros fundos além dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, educacional e Social;

c) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social pode ser extinto por não ser obrigatório; a redução do percentual de aplicação das sobras líquidas do exercício na constituição do Fundo de Reserva é legal por ter preservado o mínimo de 5%; a criação do Fundo de Excelência em Produtividade é legal porque a assembleia poderá criar outros fundos, com recursos destinados a fins específicos;

d) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social pode ser extinto por não ser obrigatório; a redução do percentual de aplicação das sobras líquidas do exercício na constituição do Fundo de Reserva é legal por ter preservado o mínimo de 20%; a criação do Fundo de Excelência em Produtividade é ilegal porque a assembleia não poderá criar outros fundos além dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;

e) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social não pode ser extinto por ser obrigatório; a redução do percentual de aplicação das sobras líquidas do exercício na constituição do fundo de reserva é legal por preservado o mínimo de 15%; a criação do Fundo de Excelência em Produtividade é ilegal porque a assembleia não poderá criar outros fundos além dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exigiu do candidato conhecimento acerca dos fundos das cooperativas e sua previsão na lei 5.764/1971.

Dentre as características da cooperativa, o artigo 4º da referida legislação aponta a *indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social*. Quanto aos fundos propriamente ditos, a referida legislação impõe a obrigatoriedade de constituição do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. Nada impede, ainda, que a Assembléia Geral crie outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. (art. 28). O Fundo de Reserva é destinado a reparar perdas e atender aos desenvolvimentos de suas atividades). Esse fundo é constituído com pelo **menos 10%** das sobras líquidas do exercício (inciso I do art. 28) Já o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social é destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de **5% (cinco por cento)**, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício. (inciso II do art. 28).

A alternativa A está correta. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social de fato não pode ser extinto; a redução do percentual de aplicação das sobras líquidas do exercício na constituição do Fundo de Reserva é legal por ter preservado o mínimo de 10% e obedecer ao inciso I do art. 28. Para além disso, a criação do Fundo de Excelência em Produtividade é legal porque a assembleia poderá criar outros fundos, com recursos destinados a fins específicos. (§1º do art. 28).

A alternativa B está incorreta. A redução do percentual relativo ao fundo de reserva foi legal. Deve ser preservado o mínimo de 10% e esse mínimo foi respeitado. Para além disso, conforme ressaltado acima, a criação de um novo fundo é legal (§1º do art. 28)

A alternativa C está incorreta. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social é obrigatório e não pode ser extinto. A redução do percentual relativo ao fundo de reserva foi legal. Deve ser preservado o mínimo **de 10%** e esse mínimo foi respeitado. A alternativa falou em mínimo de 5%, o que está incorreto.

A alternativa D está incorreta. A redução do percentual relativo ao fundo de reserva foi legal. Deve ser preservado o mínimo de **10%** e esse mínimo foi respeitado. A alternativa afirmou que esse mínimo era de 20%, o que está incorreto. Para além disso, conforme ressaltado acima, a criação de um novo fundo é legal (§1º do art. 28)

A alternativa E está incorreta. A redução do percentual relativo ao fundo de reserva foi legal. Deve ser preservado o mínimo de **10%** e esse mínimo foi respeitado. A alternativa afirmou que esse mínimo era de 15%, o que está incorreto. Para além disso, conforme ressaltado acima, a criação de um novo fundo é legal (§1º do art. 28).

**QUESTÃO 75. Transportes Marítimos Laranjeiras Ltda, requereu sua recuperação judicial em 22 de agosto de 2023 e teve deferido o processamento de sua recuperação judicial pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Cotinguiba/SE em 12 de setembro do mesmo ano. A recuperação judicial foi concedida em 30 de julho de 2024 com dispensa de apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas de débitos tributários.**

**A decisão do juiz de concessão de recuperação é:**

a) convergente com o posicionamento atual do STJ em razão de não existir lei específica editada pelo Congresso Nacional que disponha sobre parcelamento de débitos tributários para devedores em recuperação judicial;

b) divergente do posicionamento atual do STJ em razão de que, com a entrada em vigor da Lei nº 14.112/2020, é imprescindível a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;

c) convergente com o posicionamento atual do STJ em razão de não serem os prazos de parcelamento e os percentuais mínimos das parcelas consentâneos com os objetivos da recuperação judicial e da preservação da empresa;

d) divergente do posicionamento atual do STJ, pois sempre foi exigida a apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativas para a concessão da recuperação judicial, sob pena de convalidação do processo em falência;

e) convergente com o posicionamento atual do STJ em razão de poder o juiz dispensar a apresentação das certidões negativas pelo devedor, exceto se tiver descumprido transação fiscal com a Fazenda Pública.

#### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Segundo entendimento do STJ, *“não se afigura mais possível, a pretexto da aplicação dos princípios da função social e da preservação da empresa vinculados no art. 47 da LRF, dispensar a apresentação de certidões negativas de débitos fiscais (ou de certidões positivas, com efeito de negativas), expressamente exigidas pelo art. 57 do mesmo veículo normativo, sobretudo após a implementação, por lei especial, de um programa legal de parcelamento factível, que se mostrou indispensável a sua efetividade e ao atendimento a tais princípios”* RECURSO ESPECIAL Nº 2053240/SP. Após a lei 14.112/2020, portanto, a certidão negativa fiscal é INDISPENSÁVEL para o deferimento da recuperação. Assim, a decisão do juiz que DISPENSOU a apresentação das certidões é DIVERGENTE do posicionamento atual do STJ em razão de que, com a entrada em vigor da Lei nº 14.112/2020, é imprescindível a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

A alternativa A está incorreta. Conforme ressaltado, a decisão foi DIVERGENTE do entendimento atual do STJ.

A alternativa B está correta. Nos termos do julgado supracitado (RESP 2.053.240/SP), a decisão foi divergente do posicionamento atual do STJ em razão de que, com a entrada em vigor da Lei nº 14.112/2020, é imprescindível a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;

A alternativa C está incorreta. Conforme ressaltado, a decisão foi DIVERGENTE do entendimento atual do STJ.

A alternativa D está incorreta. Antes da lei 14.112/2020 permitia-se a dispensa com base na aplicação dos princípios da função social e da preservação da empresa.

A alternativa E está incorreta. Conforme ressaltado, a decisão foi DIVERGENTE do entendimento atual do STJ.

**QUESTÃO 76. Cristóvão, na condição de depositante de produtos agropecuários nos armazéns de Japoatã Armazéns Gerais S/A, solicitou a emissão de Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA). Os títulos foram emitidos na forma cartular.**

**Acerca da emissão e circulação desses títulos, é correto afirmar que:**

**a) o depositante outorgará, em caráter irrevogável, poderes ao depositário para transferir a propriedade do produto ao endossante do CDA ou ao seu avalista, na solicitação de emissão do CDA e do WA ao depositário;**

**b) o depositante deverá devolver ao emitente, quando da emissão do CDA e do WA, o recibo do depósito, sob pena de não poder negociar nenhum dos títulos.**

**c) o CDA e o WA serão emitidos em três vias, com as seguintes destinações: I. primeira via, ao depositante; II. segunda via, ao depositário, na qual constarão os recibos de entrega dos originais ao depositante; e III. a terceira via, ao depositário central no momento do depósito dos títulos para negociação;**

**d) o prazo do depósito a ser consignado no CDA e no WA será de até seis meses, contado da data de sua emissão, podendo ser prorrogado pelo depositário a pedido do credor, que ajustará com o depositário, na oportunidade, as condições de depósito do produto, se necessário;**

**e) o depósito do CDA e do WA em depositário central autorizado pelo Banco Central do Brasil é obrigatório, no prazo de 30 dias da data de emissão, precedido da entrega dos títulos à custódia de instituição legalmente autorizada para esse fim por meio de endosso-mandato.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Na solicitação, o depositante outorgará, em caráter irrevogável, poderes ao depositário para transferir a propriedade do produto ao **endossatário** do CDA. (inciso II do art. 6º da lei 11.076/2004).

A alternativa B está incorreta. Emitidos o CDA e o WA, fica dispensada a entrega de recibo de depósito (§3º do art. 6º da lei 11.076/2004).

A alternativa C está incorreta. O CDA e o WA, quando emitidos sob a forma cartular, o serão em, no mínimo, **2 (duas) vias**. A primeira via: ao depositante; a segunda via: ao depositário, nas quais constarão os recibos de entrega dos originais ao depositante. (art. 8º da lei 11.076/2004)

A alternativa D está incorreta. O prazo do depósito a ser consignado no CDA e no WA será de até 1 (um) ano, contado da data de sua emissão, podendo ser prorrogado pelo depositário a pedido do credor, os quais,

na oportunidade, ajustarão, se for necessário, as condições de depósito do produto (art. 13 da lei 11.076/2004)

A alternativa E está correta. É obrigatório o depósito do CDA e do WA em depositário central autorizado pelo Banco Central do Brasil, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de emissão dos títulos, do qual constará o número de controle do título de que trata o inciso II do caput do art. 5º desta Lei. (art. 15 da lei 11.076/2004)

**QUESTÃO 77.** Antônio e Maria casaram-se recentemente e desejavam adquirir imóvel próprio no Município de Nossa Senhora do Socorro/SE. Por indicação de um familiar, o casal tomou conhecimento de leilão judicial eletrônico voltado a alienar imóvel de dois dormitórios no bairro Mangabeira. Ao final do procedimento, sagraram-se vencedores/do certame, figurando como fiador Roberto, pai de Maria. Dois meses depois da alienação, após pagamento imediato realizado por meio eletrônico, expedição de carta de arrematação e imissão na posse, Antônio e Maria foram surpreendidos por comunicação da Administração Tributária municipal a respeito da exigibilidade de valores de IPTU atrasados referentes aos últimos cinco anos, representando quantia de que não dispunham no momento. Na tentativa de obterem explicações junto ao Fisco, foram informados de que eram responsáveis pelo tributo, dado que havia previsão específica no edital do leilão nesse sentido. Logo, ao arrematarem o imóvel em leilão judicial, o casal deveria estar ciente da responsabilidade, bem como concordante em assumir o ônus pelo pagamento das exações municipais incidentes sobre o bem.

Diante da situação descrita, conforme a legislação tributária aplicável e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar, em relação a Antônio e Maria, que o IPTU é:

- a) Devido, porque, tratando-se de aquisição de propriedade de forma derivada, o terceiro adquirente responsabiliza-se pelos débitos tributários anteriormente à arrematação;
- b) Indevido, porque não houve iguais comunicação e exigibilidade relativamente ao fiador dos arrematantes;
- c) Devido, porque a participação no leilão judicial, com apresentação de lances, acarreta renúncia a alegações de invalidade de previsão editalícia;
- d) Indevido, porque, no caso de leilão judicial eletrônico, considera-se responsável tributário pelos débitos anteriores à alienação apenas o leiloeiro público;
- e) Indevido, porque é inválida a cláusula prevista em edital de leilão judicial que atribui responsabilidade ao arrematante pelos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação.

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata da Responsabilidade Tributária.

A alternativa A está incorreta. Porque a arrematação em hasta pública é considerada aquisição originária de propriedade e não derivada. E conforme entendimento jurisprudencial do STJ, Tema Repetitivo nº 1134:

“Diante do disposto no art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, é inválida a previsão em edital de leilão atribuindo responsabilidade ao arrematante pelos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação”. Portanto é indevido.

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade tributária no caso em questão, recai sob os adquirentes do imóvel: Antônio e Maria. O fiador não é responsável tributário. Não estando dentro do rol previsto no art. 131 do CTN. Portanto, não há qualquer necessidade de comunicação e exigibilidade por parte do Fisco quanto ao Fiador.

A alternativa C está incorreta. Não é devido por Antônio e Maria o IPTU, mesmo existindo cláusula editalícia prevendo algo contrário à imposição legal. Vejamos decisão recente do STJ: “[...]X. Do mesmo modo, como a responsabilidade tributária decorre de lei, não pode o edital da praça alterar o sujeito passivo da obrigação tributária, quer para criar hipótese de responsabilidade, quer para afastar previsão de irresponsabilidade, sob pena de afronta aos arts. 146, inciso III, alínea b, da CF/88 e 97, inciso III, 121, 128 e 130, parágrafo único, do CTN”( RE nº 1914902 - SP (2021/0003778-1). Relator: Ministro TEODORO SILVA SANTOS. Órgão Julgador: 1ª Seção, Superior Tribunal de Justiça. Julgado em: 09/10/2024. Publicado em: 24/10/2024).

A alternativa D está incorreta. É indevido, mas o leiloeiro público não é responsável tributário pelos débitos anteriores à alienação. Cabe citar que a responsabilidade tributária não recai sobre o arrematante por débitos anteriores à arrematação nos termos do Tema Repetitivo nº 1134 do STJ.

A alternativa E está correta. É exatamente o que dispõe o já citado tema Repetitivo nº 1134 do STJ, vejamos: “Diante do disposto no art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, é inválida a previsão em edital de leilão atribuindo responsabilidade ao arrematante pelos débitos tributários que já incidiam sobre o imóvel na data de sua alienação”. Portanto, não há no caso em tela, responsabilidade tributária de Antônio e Maria.

**QUESTÃO 78. João foi condenado por sentença penal transitada em julgado a Uma pena restritiva de liberdade de 8 anos e 9 meses de reclusão e 1 ano, 11 meses e 10 dias de detenção, além de pena de múltiplos dias-multa. Em seguida, ajuizou-se execução fiscal, no dia 16/11/2016, com a finalidade de cobrar dívida ativa referente à multa penal cominada cumulativamente com a pena privativa de liberdade. O executivo fiscal restou suspenso no dia 27/04/2017, tendo em vista que não foram encontrados bens sobre os quais pudesse recair a penhora, sem alteração no quadro fático, em 15/06/2023, o advogado de João juntou aos autos da execução fiscal uma exceção de pré-executividade na qual alegou exclusivamente a ocorrência de prescrição intercorrente na espécie.**

**Diante dessa situação fático-normativa, conforme a legislação Tributária aplicável e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, caberá ao magistrado responsável pelo caso:**

**a) Acolher a exceção e extinguir a execução fiscal em razão do Reconhecimento da prescrição intercorrente quinquenal, descabendo condenação em honorários advocatícios;**

**b) Rejeitar a exceção e prosseguir com a execução fiscal em razão da natureza penal da multa e da inoccorrência do prazo Prescricional regido pelo Código Penal;**

c) Rejeitar a exceção e extinguir a execução fiscal em razão da Improriedade desse instrumento processual para cobrar Multas penais;

d) Acolher a exceção e extinguir a execução fiscal, com a condenação em honorários advocatícios, em razão da ocorrência das causas suspensivas interruptivas da legislação tributária;

e) Rejeitar a exceção e prosseguir com a execução fiscal em razão de o termo inicial de contagem da prescrição intercorrente tributária ser o arquivamento dos autos, e não o término da suspensão anual do executivo.

### Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre Prescrição de multa penal e prescrição intercorrente na Execução Fiscal.

A alternativa A está incorreta. A multa em questão, é de natureza (art. 51 do CP). Logo, no caso em questão, o prazo prescricional aplicável é o mesmo previsto para pena privativa de liberdade, art. 114, II do CP e não quinquenal previsto na lei de execução fiscal. Portanto a exceção deve ser rejeitada.

A alternativa B está correta. O STJ tem entendimento que a multa penal possui natureza penal (art. 51 do CP). Portanto, o prazo prescricional é regido pelo art. 114, II do CP. Vejamos: “[...]3. A pena de multa, mesmo considerada dívida de valor, mantém sua natureza penal, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 3.150 e nos termos do art. 51 do Código Penal, com a redação dada pela Lei nº 13.964/2019.4. O prazo prescricional da pena de multa segue regido pelo art. 114, incisos I e II, do Código Penal, sendo o mesmo prazo aplicável à pena privativa de liberdade quando ambas forem cumulativamente impostas”. (REsp n. 2.134.922/SP, rel(a). Ministra DANIELA TEIXEIRA, Quinta Turma, julgado em 18/2/2025, DJEN de 25/2/2025.)”. Portanto a exceção deve ser rejeitada a prosseguir com a execução tendo em vista que o prazo prescricional do art. 114, II do CP ainda não ocorreu.

A alternativa C está incorreta. Após o trânsito em julgado da Ação penal, a multa penal é considerada dívida de valor, e firmada em Dívida ativa, poderá prosseguir a cobrança por meio da execução fiscal nos termos da súmula 257 do STJ.

A alternativa D está incorreta. A exceção não deve ser acolhida pois “[...] 5. As causas interruptivas e suspensivas da prescrição da pena de multa são aquelas previstas na legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, em razão da expressa determinação do art. 51 do Código Penal. A cumulação dessas normas com as causas previstas nos arts. 116 e 117 do Código Penal afrontaria o princípio da proporcionalidade, gerando prejuízo desproporcional ao réu” (REsp n. 2.134.922/SP, rel(a). Ministra DANIELA TEIXEIRA, Quinta Turma, julgado em 18/2/2025, DJEN de 25/2/2025.)”.

A alternativa E está incorreta. Porque conforme dispõe a súmula 314 do STJ: “Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente”. Portanto, suspende-se por um ano (grifos nossos). No entanto, no caso em tela, não se aplica o prazo de prescrição quinquenal intercorrente por se tratar de multa de natureza penal. Assim, aplica-se ao caso concreto o prazo do art. 114, II do CP, que seria pelo tempo de condenação da pena privativa de liberdade, ou seja, o prazo prescricional é de 20 anos.

**QUESTÃO 79.** No contexto da atividade financeira do Estado brasileiro, é comum a reclamação de mandatários e gestores do Poder Executivo de todos os entes federados a respeito da rigidez do orçamento público. Esta se notabiliza pela existência de significativas vinculações entre receitas e despesas e pelo grande volume de gastos de execução obrigatória. Em consequência, haveria poucos recursos públicos para serem aplicados em despesas discricionárias, tais como investimentos em obras de infraestrutura. Em face disso, passaram-se a conceber mecanismos financeiros de desvinculações de receitas, como o Fundo Social de Emergência, o Fundo de Estabilização Fiscal e a Desvinculação de Receitas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Diante desse panorama, em consonância com texto constitucional e o repertório jurisprudencial dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que, para fins de evitar abusos ou arbítrios no emprego das desvinculações:

a) Desvinculação de Receitas da União cinge-se a 20% da Arrecadação, ao passo que as desvinculações das receitas dos demais entes federados limitam-se a 30%;

b) A desvinculação de órgão. Fundo ou despesa da arrecadação Da União cinge-se às contribuições sociais, por conta do atributo da referibilidade dessa espécie tributária;

c) A desvinculação de receitas advindas do exercício de competência residual pela União em relação a contribuições sociais não lhe exime do dever de partilha integral destas com relação aos demais entes federados, porque o mecanismo financeiro se opera em face dos contribuintes;

d) A Desvinculação de Receitas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios tem natureza temporária, o que demanda periódica aquiescência do Poder Constituinte Reformador no sentido da continuidade dos mecanismos;

e) Eventual declaração de inconstitucionalidade do mecanismo de Desvinculação de Receitas da União tem como consequência a devolução ao sujeito passivo das contribuições sociais do montante correspondente ao percentual desvinculado.

### Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Desvinculação de Receitas.

A alternativa A está incorreta. Conforme dispõe o art. 76 do ADCT, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) cinge-se a 30% da arrecadação e não 20 como aduz a alternativa.

A alternativa B está incorreta. A Desvinculação de Receitas não se limita às contribuições sociais, sendo aplicável também às CIDEs e às taxas e às receitas patrimoniais por força do art. 76, *caput* do ADCT. Além disso, o atributo da referibilidade não está presente nas contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social. Assevera Paulsen (2024, p.50): “Diga-se, ainda, que a referibilidade não é requisito das contribuições sociais de seguridade social. Isso porque o art. 195 da Constituição, ao impor o seu custeio por toda a sociedade, estabeleceu expressamente uma especial solidariedade entre toda a sociedade, forçando, assim, uma referibilidade ampla ou global de tal subespécie tributária que acaba por lhe retirar qualquer conteúdo. A referibilidade ampla ou global equivale, na prática, à não referibilidade.” PAULSEN, Leandro. *Curso de Direito Tributário Completo*. 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2024. [E-book].

A alternativa C está incorreta. Porque a desvinculação de receitas não altera a natureza jurídica das DRUs, portanto “não opera efeitos sobre recursos que, por expressa disposição em norma constitucional ou legal, devam ser transferidos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios” (art. 76 § 5º do ADCT).

A alternativa D está correta. O mecanismo da DRU, são previstas nos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) art. 76 a 76-B, possui natureza temporária, e atualmente, são plicáveis até o dia 31 de dezembro de 2032, podendo Poder Constituinte Reformador dar continuidade ou não ou fazer alterações necessárias.

A alternativa E está incorreta. A alternativa contraria o disposto no tema 277 do STF que possui a seguinte tese: “I - A eventual inconstitucionalidade de desvinculação de receita de contribuições sociais não acarreta a devolução ao contribuinte do montante correspondente ao percentual desvinculado, pois a tributação não seria inconstitucional ou ilegal, única hipótese autorizadora da repetição do indébito tributário” (grifos nossos).

**QUESTÃO 80. A sociedade empresária XXX Som Ltda. Sediada em Aracaju/SE promoveu importação de discos de vinil oriundos de Assunção, Capital Do Paraguai, contendo fonogramas musicais integralmente interpretados por um único artista sergipano que é internacionalmente conhecido no âmbito do estilo forró pé de serra. No momento do desembarço aduaneiro, a empresa viu-se surpreendida pela exigência de ICMS-importação por parte da Administração Tributária do Estado de Sergipe, tendo em vista que se acreditava desonerada desse tributo. Com efeito, impetrou mandado de segurança com a intenção de liberar as mercadorias e exigir que o Fisco sergipano se abstinhasse de cobrar qualquer imposto na operação.**

**Diante da situação narrada e em consonância com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, no julgamento meritório, caberá ao magistrado responsável pelo caso:**

**a) Conceder a ordem, sob o fundamento de que interpretação teleológica da norma de imunidade tributária, que lastreia a pretensão da pessoa jurídica, permite concluir pela desoneração de suportes materiais importados contendo obras musicais de artistas brasileiros;**

**b) Denegar a ordem, sob o fundamento de que a norma de imunidade tributária, que lastreia a pretensão da pessoa jurídica, é inconstitucional, dado que afronta o regime jurídico fiscal da Zona Franca de Manaus;**

**c) Denegar a ordem, sob o fundamento de que a norma de imunidade tributária, que lastreia a pretensão da pessoa jurídica, não se aplica às importações de suportes materiais produzidos fora do Brasil, ainda que contenham obra musical de artista brasileiro;**

**d) Conceder a ordem, sob o fundamento de que a norma de Imunidade tributária, que lastreia a pretensão da pessoa Jurídica, aplica-se em razão da pessoa do artista brasileiro, dado que se cuida de imunidade subjetiva;**

**e) Conceder a ordem, sob o fundamento de que interpretação literal da norma de imunidade tributária, que lastreia a pretensão da pessoa jurídica, somente exclui a etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser, dado que a etapa se revela impossível em discos de vinil.**

## Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata do tema Imunidade Tributária.

A alternativa A está incorreta. A regra da imunidade tributária prevista no art. 150, VI “e” da CF/88, abarca apenas fonogramas e suportes materiais produzidos no Brasil. Não basta ser produzido por brasileiro. O STF já decidiu que: “[...] 3. A interpretação teleológica da regra imunizante em exame não permite concluir que o constituinte pretendia abarcar as importações de materiais fabricados fora do Brasil”. (ARE nº 1244302, Rel. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 09-09-2024, Repercussão Geral, tema nº 1083. Pub. 16/09/2024). (grifos nossos).

A alternativa B está incorreta. De Fato, deve-se denegar a ordem, mas o fundamento aplicável é que a imunidade tributária não se aplica ao caso em tela, porque os materiais que dão suporte a obra fonográfica, os discos de vinil, foram produzidos em Assunção, ou seja, fora do território nacional e sobre eles recaem tributos e não de inconstitucionalidade.

A alternativa C está correta. É exatamente o que dispõe o tema de repercussão geral nº 1083 do STF: “A imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea e, da Constituição Federal não se aplica às importações de materiais produzidos fora do Brasil, ainda que contenham obra musical de artista brasileiro”.

A alternativa D está incorreta. A imunidade aplicável aos fonogramas e aos suportes materiais não é subjetiva à pessoa (obra musical de artista brasileiro) e sim, aos conteúdos produzidos no Brasil, como forma de fomento à produção audiovisual brasileira. Portanto a ordem deve ser denegada.

A alternativa E está incorreta. A ordem deve ser denegada porque apesar da imunidade tributária ser aplicada aos discos de vinil, somente não na replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser nos termos do art. 150, VI, “e” da CF/88. Assim, a imunidade tributária não se aplica no caso em concreto sobre os discos de vinil pelo fato deles não serem produzidos em território nacional.

**QUESTÃO 81. A empresa Serrote Ltda. pretende iniciar a construção de uma unidade de beneficiamento de grãos no Estado de Sergipe. Para tanto, deve atender às exigências da Lei Estadual nº 8.497/2018, que disciplina o Procedimento de Licenciamento Ambiental no Estado de Sergipe. A empresa está em dúvida sobre as modalidades de licenciamento disponíveis e os procedimentos a serem seguidos. Com base na situação apresentada e nos termos da Lei Estadual nº 8.497/2018, é correto afirmar que:**

**a) a empresa pode iniciar a construção após obter a Licença Prévia (LP), sendo dispensáveis as Licenças de Instalação (LI) e de Operação (LO) para empreendimentos de médio porte;**

**b) o licenciamento ambiental no Estado de Sergipe é regido exclusivamente pela Lei Estadual nº 8.497/2018, não havendo necessidade de observância de normas federais ou municipais;**

**c) a empresa deve apresentar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para qualquer empreendimento, independentemente do porte ou potencial poluidor;**

**d) a Licença de Instalação (LI) autoriza o início da construção do empreendimento, desde que atendidas as condições estabelecidas na Licença Prévia (LP);**

**e) a obtenção da Licença de Operação (LO) é suficiente para regularizar a operação de empreendimentos que iniciaram suas atividades sem licenciamento ambiental prévio.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Licenciamento Ambiental no Estado de Sergipe (Lei Estadual nº 8.497/2018).

A alternativa A está incorreta. Apenas os empreendimentos de porte pequeno ou micro podem emitir a Licença Simplificada, que engloba todas as fases do licenciamento. Conforme artigo 5º, VII, da Lei Estadual nº 8.497/2018: “Art. 5º O licenciamento ambiental de que trata esta Lei compreende os seguintes atos administrativos: VII - Licença Simplificada (LS): documento de procedimento simplificado pelo qual o órgão ambiental emite apenas uma licença, que consiste em todas as fases do licenciamento, concedida exclusivamente quando se tratar da localização, implantação e operação de empreendimentos ou atividades de porte micro (Mi) ou pequeno (Pe), com baixo (B) Potencial Poluidor Degradador - PPD.”

A alternativa B está incorreta. Como exemplo, vejamos o teor do artigo 35 da Lei Estadual nº 8.497/2018: “Art. 35. O Licenciamento Ambiental das atividades agrícolas com áreas acima de 50 (cinquenta) hectares dar-se-á mediante uma única licença, compreendendo a localização, instalação e operação, denominada Licença Única de Plantio - LUP, sem prejuízo de outras exigências estabelecidas em normas federais, estaduais e municipais, de acordo com a Resolução nº 52/2013 e suas alterações.”

A alternativa C está incorreta. Para os empreendimentos de pequeno porte, basta o Relatório Ambiental Simplificado, conforme art. 4º, XXVI: “Art. 4º Para os fins desta Lei são adotadas as seguintes definições: XXVI - Relatório Ambiental Simplificado (RAS): é um procedimento simplificado para o licenciamento ambiental de empreendimentos com impacto ambiental de pequeno porte, necessários ao incremento da oferta de energia elétrica, que visa atender à Medida Provisória nº 2.152, de 1º de junho de 2000.”

A alternativa D está correta. Conforme artigo 5º, IV, da Lei Estadual nº 8.497/2018: “Art. 5º O licenciamento ambiental de que trata esta Lei compreende os seguintes atos administrativos: IV - Licença de Instalação (LI): documento que autoriza o início da instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos executivos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.”

A alternativa E está incorreta. A concessão da Licença de Operação requer a verificação do efetivo cumprimento das exigências das licenças anteriores (LP e LI), conforme artigo 5º, V, da Lei Estadual nº 8.497/2018: “Art. 5º O licenciamento ambiental de que trata esta Lei compreende os seguintes atos administrativos: V - Licença de Operação (LO): documento que autoriza a operação da atividade, obra ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das exigências das licenças anteriores (LP e LI), bem como do adequado funcionamento das medidas de controle ambiental, equipamentos de controle de poluição e demais condicionantes imprescindíveis para a operação respectiva.”

**QUESTÃO 82.** A empresa XYZ Ltda. desenvolveu um medicamento inovador utilizando compostos extraídos de uma planta nativa encontrada em condições in situ no Brasil. Durante o processo de desenvolvimento, a empresa realizou o acesso ao patrimônio genético dessa planta e, após anos de pesquisa, lançou o produto no mercado. Posteriormente, a empresa alegou estar isenta da obrigação de repartição de benefícios prevista na Lei nº 13.123/2015. Com base na Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), é correto afirmar que a empresa:

a) estará isenta da repartição de benefícios sobre o patrimônio genético de espécies introduzidas in situ, pois o produto acabado não utiliza diretamente o patrimônio genético acessado, mas apenas indiretamente;

b) não estará isenta, pois a obrigação de repartição de benefícios incide sobre o acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições in situ no Brasil;

c) estará isenta da repartição de benefícios, desde que o produto acabado seja comercializado exclusivamente no exterior;

d) somente estará isenta da repartição de benefícios sobre o acesso ao patrimônio genético de espécies em condições in situ se a planta utilizada for uma espécie introduzida no território nacional por povos tradicionais;

e) estará isenta da repartição de benefícios sobre o patrimônio genético de espécies introduzidas in situ, se comprovar que o conhecimento tradicional associado utilizado é de origem não identificável.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015).

A alternativa A está incorreta. A lei não faz essa distinção entre uso direto e indireto (vide comentário da letra B). Ademais, a hipótese trazida pela alternativa não se amolda aos casos de isenção da repartição, conforme art. 17, § 2º, § 4º e § 5º, da Lei nº 13.123/2015: “§ 2º Os fabricantes de produtos intermediários e desenvolvedores de processos oriundos de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado ao longo da cadeia produtiva estarão isentos da obrigação de repartição de benefícios. (...) § 4º As operações de licenciamento, transferência ou permissão de utilização de qualquer forma de direito de propriedade intelectual sobre produto acabado, processo ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado por terceiros são caracterizadas como exploração econômica isenta da obrigação de repartição de benefícios. § 5º Ficam isentos da obrigação de repartição de benefícios, nos termos do regulamento: I - as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e II - os agricultores tradicionais e suas cooperativas, com receita bruta anual igual ou inferior ao limite máximo estabelecido no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”

A alternativa B está correta. De acordo com art. 17 da Lei nº 13.123/2015: “Art. 17. Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições in situ ou ao conhecimento tradicional associado, ainda que produzido fora do País, serão repartidos, de forma justa e equitativa, sendo que no caso do produto acabado

o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado deve ser um dos elementos principais de agregação de valor, em conformidade ao que estabelece esta Lei.”

A alternativa C está incorreta. A Lei nº 13.123/2015 não faz essa distinção entre comercialização dentro ou fora do Brasil. Ademais, a hipótese trazida pela alternativa não se amolda aos casos de isenção da repartição, conforme art. 17, § 2º, § 4º e § 5º, da Lei nº 13.123/2015, já transcritos na explicação da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 18, § 3º, da Lei nº 13.123/2015: “§ 3º Fica isenta da repartição de benefícios a exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético de espécies introduzidas no território nacional pela ação humana, ainda que domesticadas, exceto: I - as que formem populações espontâneas que tenham adquirido características distintivas próprias no País; e II - variedade tradicional local ou crioula ou a raça localmente adaptada ou crioula.” No entanto, conforme já explicitado na explicação das alternativas A e C, há outras formas de isenção da repartição de benefícios.

A alternativa E está incorreta. Ainda que se trate de conhecimento tradicional de origem não identificável, deve haver a repartição. É o que determina art. 23 da Lei nº 13.123/2015. Vejamos: “Art. 23. Quando o produto acabado ou o material reprodutivo for oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável, a repartição decorrente do uso desse conhecimento deverá ser feita na modalidade prevista no inciso I do caput do art. 19 e em montante correspondente ao estabelecido nos arts. 20 e 21 desta Lei.”

**QUESTÃO 83. A empresa Agroindústria S/A utiliza grandes volumes de água para irrigação em sua plantação de cana-de-açúcar, localizada na bacia hidrográfica do Rio Verde. Recentemente, foi implementada a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na região, conforme os Arts. 19 a 22 da Lei nº 9.433/1997. A empresa questiona a legalidade dessa cobrança e a destinação dos valores arrecadados. Com base na Política Nacional de Recursos Hídricos, é correto afirmar que:**

**a) a cobrança pelo uso dos recursos hídricos tem como objetivo principal aumentara arrecadação tributária do Estado;**

**b) os valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos devem ser aplicados exclusivamente na bacia hidrográfica em que foram gerados;**

**c) a cobrança pelo uso dos recursos hídricos visa a reconhecer a água como bem econômico, incentivar o seu uso racional e obter recursos financeiros para programas e intervenções nos planos de recursos hídricos;**

**d) a empresa pode se isentar da cobrança pelo uso dos recursos hídricos caso comprove que utiliza a água de forma sustentável e sem desperdícios;**

**e) a destinação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos é definida livremente pelo órgão gestor, sem prioridade específica.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997).

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 19 da PNRH, os objetivos da cobrança são: “Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva: I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; II - incentivar a racionalização do uso da água; III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.”

A alternativa B está incorreta. A aplicação é prioritária, e não exclusiva. Conforme art. 22 da PNRH: “Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 19 da PNRH, os objetivos da cobrança são: “Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva: I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; II - incentivar a racionalização do uso da água; III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.”

A alternativa D está incorreta. Não há qualquer disposição neste sentido dentro da PNRH.

A alternativa E está incorreta. A aplicação não é definida livremente pelo órgão gestor. Conforme já mencionado na explicação da alternativa B, a lei determina que a aplicação é prioritária na bacia hidrográfica em que foram gerados os valores arrecadados.

**QUESTÃO 84. A empresa XYZ S/A pretende/ iniciar a comercialização de sementes transgênicas no Brasil. Para isso, submeteu seu pedido de liberação comercial à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), conforme as disposições da Lei nº 11.105/2005. Após a aprovação pela CTNBio, a empresa iniciou a comercialização das sementes. Posteriormente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) questionaram a comercialização, alegando que não foram consultados no processo de liberação. Considerando o caso apresentado e as disposições da Lei nº 11.105/2005, é correto afirmar que:**

**a) a CTNBio possui competência exclusiva para autorizar a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs), não sendo necessária a manifestação de outros órgãos;**

**b) após a aprovação da CTNBio, a comercialização de OGMs pode ser iniciada imediatamente, independentemente de consultas a outros órgãos;**

**c) a comercialização de OGMs depende de parecer técnico conclusivo sobre a biossegurança pela CTNBio, sem excluir a competência do Ibama e da Anvisa, para manifestação em matérias de suas competências;**

**d) a comercialização de OGMs no Brasil não requer aprovação da CTNBio, apenas de órgãos como Ibama e Anvisa;**

**e) a empresa XYZ S/A agiu corretamente ao iniciar a comercialização após a aprovação da CTNBio, pois esta é a única exigência legal para a comercialização de OGMs.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005).

A alternativa A está incorreta. Não se fala em exclusividade. Também pode haver, por exemplo, manifestação do CNBS. Conforme art. 8º, § 1º, III, da Lei de Biossegurança: “§ 1º Compete ao CNBS: III – avocar e decidir, em última e definitiva instância, com base em manifestação da CTNBio e, quando julgar necessário, dos órgãos e entidades referidos no art. 16 desta Lei, no âmbito de suas competências, sobre os processos relativos a atividades que envolvam o uso comercial de OGM e seus derivados;”

A alternativa C está correta. De fato, a comercialização de OGMs depende de parecer técnico conclusivo sobre a biossegurança pela CTNBio, conforme art. 10, da Lei de Biossegurança: “Art. 10. A CTNBio, integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia, é instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo, para prestar apoio técnico e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da PNB de OGM e seus derivados, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados, com base na avaliação de seu risco zoonosológico, à saúde humana e ao meio ambiente.” No entanto, a autorização pelo CTNBio não exclui a competência do Ibama e da Anvisa, para manifestação em matérias de suas competências. É o que determina art. 16, § 1º, da Lei de Biossegurança: “Art. 16. Caberá aos órgãos e entidades de registro e fiscalização do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente, e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República entre outras atribuições, no campo de suas competências, observadas a decisão técnica da CTNBio, as deliberações do CNBS e os mecanismos estabelecidos nesta Lei e na sua regulamentação: (...) § 1º Após manifestação favorável da CTNBio, ou do CNBS, em caso de avocação ou recurso, caberá, em decorrência de análise específica e decisão pertinente: I – ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento emitir as autorizações e registros e fiscalizar produtos e atividades que utilizem OGM e seus derivados destinados a uso animal, na agricultura, pecuária, agroindústria e áreas afins, de acordo com a legislação em vigor e segundo o regulamento desta Lei; II – ao órgão competente do Ministério da Saúde emitir as autorizações e registros e fiscalizar produtos e atividades com OGM e seus derivados destinados a uso humano, farmacológico, domissanitário e áreas afins, de acordo com a legislação em vigor e segundo o regulamento desta Lei; III – ao órgão competente do Ministério do Meio Ambiente emitir as autorizações e registros e fiscalizar produtos e atividades que envolvam OGM e seus derivados a serem liberados nos ecossistemas naturais, de acordo com a legislação em vigor e segundo o regulamento desta Lei, bem como o licenciamento, nos casos em que a CTNBio deliberar, na forma desta Lei, que o OGM é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente; IV – à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República emitir as autorizações e registros de produtos e atividades com OGM e seus derivados destinados ao uso na pesca e aquicultura, de acordo com a legislação em vigor e segundo esta Lei e seu regulamento.” Tomando por base o mesmo fundamento legal, as alternativas B, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 85. Em contestação apresentada nos autos de usucapião constitucional urbano, o réu sustenta as seguintes teses:**

I. Tratando-se de imóvel em condomínio edilício, com 250 m<sup>2</sup> na área privativa, estaria ultrapassada a medida máxima usucapível nessa modalidade, porque ainda haveria de se computar a fração ideal das áreas comuns do condomínio.

II. De todo modo, para alcançar o prazo de prescrição aquisitiva, o autor tentaria somar sua posse à do possuidor antecedente, isto é, computar *accessio possessionis*, o que não seria possível.

III. Por eventualidade, como parte do imóvel é utilizada para fins comerciais, a sentença so poderia declarar a aquisição originária da parte destinada a fins de moradia.

Nesse caso, improcede(m):

a) apenas a tese I;

b) apenas a tese II;

c) apenas as teses I e III;

d) apenas as teses II e III;

e) as teses I, II e III.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema usucapião urbano.

A tese I é improcedente, pois está em desacordo com o posicionamento do STF sobre o tema. Vejamos: “USUCAPIÃO URBANO – APARTAMENTO. Conforme disposto no artigo 183 da Constituição Federal, o usucapião urbano pressupõe solo e construção, imóvel destinado à moradia. Tratando-se de unidade condominial – apartamento –, cumpre perquirir se a fração ideal correspondente e a metragem de área real privativa não suplantam, cada qual individualmente, os 250m<sup>2</sup> previstos como limite.” (STF - RE: 305416 RS, Relator.: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 31/08/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 03/12/2020).

A tese II é improcedente. De acordo com art. 10, § 1º, do Estatuto das Cidades, é sim possível a soma da posse à do possuidor antecedente. A seguir: “Art. 10. Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural. § 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.”

A tese III é improcedente. O STJ decidiu, quando do julgamento do REsp 1.777.404, que o exercício simultâneo de pequena atividade comercial em propriedade que também é utilizada como residência não impede o reconhecimento da usucapião especial urbana. Vejamos: “(...) 3. A usucapião especial urbana apresenta como requisitos a posse ininterrupta e pacífica, exercida como dono, o decurso do prazo de cinco anos, a dimensão da área (250 m<sup>2</sup> para a modalidade individual e área superior a esta, na forma coletiva), a

moradia e o fato de não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural. 4. O art. 1.240 do CC/2002 não direciona para a necessidade de destinação exclusiva residencial do bem a ser usucapido. Assim, o exercício simultâneo de pequena atividade comercial pela família domiciliada no imóvel objeto do pleito não inviabiliza a prescrição aquisitiva buscada. (...)”. (STJ - REsp: 1777404 TO 2018/0290399-1, Relator.: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 05/05/2020, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/05/2020).

**QUESTÃO 86. O Município X, para estimular a ocupação e a urbanização de áreas de baixa renda, autoriza, com base no plano diretor, que parte do direito de construir naquele local seja alienado, mediante escritura pública, para construção na área mais valorizada da cidade. Descreve-se a hipótese de:**

- a) operação urbana consorciada;
- b) outorga onerosa do direito de construir;
- c) transferência do direito de construir;
- d) direito de preempção;
- e) parcelamento do solo urbano.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema instrumentos da política urbana.

O caso narrado pelo enunciado se amolda perfeitamente ao instituto da “transferência do direito de construir”. De acordo com art. 35 do Estatuto das Cidades: “Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de: I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários; II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.” Portanto, a alternativa correta é a letra C. As demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

**QUESTÃO 87. O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe julgou irregular um convênio firmado por uma Secretaria do Município de Muribeca, imputando à gestora o pagamento do débito apurado e determinando a remessa dos autos ao Ministério Público para apurar eventual cometimento de ato de improbidade administrativa. No acórdão, a Corte de Contas consignou que, apesar do repasse de valores públicos à conveniada, não houve comprovação quanto às contrapartidas assumidas. A gestora interpôs recurso de reconsideração, mas este foi desprovido pelo Pleno, sendo posteriormente certificado o decurso do prazo para outros recursos.**

**Nessa situação, o julgamento:**

**a) poderá ser modificado pelo Tribunal de Contas para a correção de manifesta ilegalidade, de ofício ou a pedido.**

**b) não é mais suscetível de revisão no âmbito do Tribunal de Contas ou do Poder Judiciário.**

**c) poderá ser modificado pelo Tribunal de Contas para a correção de manifesta ilegalidade, desde que a pedido.**

**d) não é mais suscetível de revisão no âmbito do Tribunal de Contas.**

**e) poderá ser modificado pelo Tribunal de Contas de ofício para a correção de violação ao devido processo legal administrativo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema revisão em processo administrativo junto ao Tribunal de Contas. A questão se consubstancia no teor do artigo 83 do Regimento Interno do TCE-SE: “Art. 83. Dentro do prazo de três anos, contado da decisão definitiva do Tribunal, é admissível pedido de revisão formulado pelo Ministério Público, pelo responsável, seus herdeiros ou fiadores, desde que tenham fundamentos: I - em erro de fato ou de direito; II - em falsidade de documento, no qual se tenha baseado a decisão; III - na superveniência de novos documentos que possam elidir a prova produzida”.

A alternativa A está incorreta. O Regimento Interno do TCE-SE não autoriza a revisão de ofício da decisão definitiva.

A alternativa B está incorreta. A decisão do Tribunal de Contas pode ser revista judicialmente, especialmente quanto à legalidade do ato. Além disso, o próprio TCE-SE admite pedido de revisão no prazo de 3 anos, nos termos do art. 83 de seu regimento interno.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 83 do Regimento Interno do TCE-SE, mesmo após decisão definitiva, é admitido pedido de revisão, desde que formulado pelo responsável, seus herdeiros, fiadores ou pelo Ministério Público, no prazo de três anos e com fundamento em: i. erro de fato ou de direito; ii. falsidade de documento e iii. ou surgimento de novos documentos que possam elidir a prova produzida.

A alternativa D está incorreta. Há previsão expressa de pedido de revisão no art. 83 do Regimento Interno do TCE-SE.

A alternativa E está incorreta. Apesar de apontar para uma possível nulidade, a revisão não pode ser feita de ofício segundo o regimento do TCE-SE. A atuação do Tribunal está condicionada à provocação da parte legítima.

**Texto 1:** "O Tribunal de Contas do Estado (TCE/SE) encontrou indícios de irregularidades em parcerias firmadas por 11 prefeituras sergipanas com a ONG Instituto Sócio Educacional Solidariedade (ISES). Conforme relatório elaborado pela Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços, entre janeiro de 2011 e junho deste ano foram empenhados para o Instituto mais de R\$70 milhões, dos quais R\$50 milhões já estão pagos. As possíveis irregularidades, segundo o levantamento, possuem 'potencial dano ao erário dos entes envolvidos', e estão relacionadas, sobretudo, à contratação de mão de obra terceirizada."

(TCE vê indícios de irregularidades com a ONG ISES. 01/09/2014. Disponível em [infonet.com.br](http://infonet.com.br))

Considerando o regime jurídico aplicável ao terceiro setor, a legislação de regência e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, responda às perguntas a seguir.

**QUESTÃO 88.** O texto 1 aborda parcerias entre o poder público e organização não governamental. Sobre as parcerias com o terceiro setor, é correto afirmar que:

a) a Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, não é aplicável às entidades que recebam recursos públicos mediante termo de parceria, haja vista a sua natureza privada.

b) os serviços sociais autônomos não se subordinam ao regime da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) para a aquisição de bens e serviços, salvo quando envolver empenho de recursos orçamentários.

c) a Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, não é aplicável às entidades que recebam recursos públicos mediante contrato de gestão, haja vista a sua natureza privada.

d) compete ao poder público a prerrogativa de desqualificação imotivada, a qualquer tempo, da organização social com a qual tenha celebrado contrato de gestão.

e) a Administração Pública pode exigir o ressarcimento dos recursos orçamentários, inclusive os não investidos e os malversados, e a reversão dos bens permitidos à organização social desqualificada.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema terceiro setor.

A alternativa A está incorreta. Contraria o art. 2º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que impõe obrigações de transparência às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, inclusive por termo de parceria. Nesse sentido: "Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres".

A alternativa B está incorreta. Os serviços sociais autônomos, por serem entidades privadas que geram sua própria receita através de contribuições parafiscais, possuem autonomia para definir suas regras de compra de bens e serviços, não sendo obrigados a seguir a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), mesmo quando

recebem recursos públicos. Essas entidades são meras destinatárias de uma parte das contribuições sociais instituídas pela União, denominada de “adicional à alíquota”, conforme dispõe o art. 8º, §§ 3º e 4º da Lei nº 8.029/1990. O repasse dessas contribuições caracteriza-se como transferência de receita corrente para pessoas jurídicas de direito privado, nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 4.320/1964, sendo classificado como subvenção econômica (arts. 12, §§ 2º e 3º, e 108, II, da mesma Lei). Assim, após o repasse, esses valores perdem a natureza de crédito tributário e passam a ser receitas próprias das entidades, não havendo vínculo direto com o orçamento público. Por essa razão, os serviços sociais autônomos não se submetem à Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), ainda que utilizem recursos públicos.

A alternativa C está incorreta. Contraria o art. 2º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que impõe obrigações de transparência às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos, inclusive por contrato de gestão. Assim: “Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres”.

A alternativa D está incorreta. A desqualificação não pode ser imotivada. O art. 16, §1º da Lei nº 9.637/1998 exige processo administrativo com contraditório e ampla defesa. Confira-se: Art. 16, Lei nº 9.637/98. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão. § 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa [...]”.

A alternativa E está correta. A Administração Pública tem direito de exigir o ressarcimento de valores públicos não aplicados ou mal utilizados, bem como de reaver bens públicos cedidos à organização, após a desqualificação. Vejamos: “Art. 16, Lei nº 9.637/98. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão. § 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão. § 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis”.

**QUESTÃO 89. A notícia reproduzida como texto 1 aborda potencial dano ao erário resultante das parcerias com o poder público consideradas irregulares.**

**Nesse contexto, é correto afirmar que:**

**a) é necessário o dolo para a configuração de qualquer ato de improbidade administrativa, sendo inconstitucional a sua modalidade culposa.**

**b) são puníveis os atos de improbidade administrativa praticados contra o patrimônio de organização social que receba recursos públicos, e o ressarcimento de prejuízos não se limita à contribuição do erário.**

**c) não configuram improbidade administrativa os atos praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba incentivo fiscal de entes públicos ou governamentais.**

**d) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário a ação dolosa ou culposa que enseje, efetiva e comprovadamente, dilapidação dos bens ou haveres de organização social de interesse público que receba recursos públicos.**

**e) não configuram atos de improbidade administrativa os praticados contra o patrimônio de organização social que receba recursos públicos, já que não integra a Administração Pública direta ou indireta.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está correta. Com a reforma da Lei de Improbidade Administrativa pela Lei nº 14.230/2021, passou a ser exigido o dolo como elemento subjetivo necessário para caracterização de qualquer ato de improbidade administrativa. A modalidade culposa foi expressamente revogada. Assim: “Art. 1º, Lei nº 8.429/92. [...] § 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais”. Ademais, segundo o STF: “É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se — nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA — a presença do elemento subjetivo — DOLO (ARE 843989/PR)”. Além disso, “a) O dolo é necessário para a configuração de qualquer ato de improbidade administrativa (art. 37, § 4º, da Constituição Federal), de modo que é inconstitucional a modalidade culposa de ato de improbidade administrativa prevista nos artigos 5º e 10 da Lei 8.429/92, em sua redação originária (Recurso Extraordinário (RE) 656558)”.

A alternativa B está incorreta. Ainda que atos de improbidade possam atingir entidades privadas que recebam recursos públicos, o ressarcimento do dano deve se limitar aos recursos públicos recebidos, e não ao patrimônio total da entidade. Nesse sentido: “Art. 1º, Lei nº 8.429/92. [...] § 7º Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos”.

A alternativa C está incorreta. Os atos praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba incentivo fiscal de entes públicos ou governamentais configuram improbidade administrativa. Confira-se: “Art. 1º, Lei nº 8.429/92. [...] § 6º Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º deste artigo”.

A alternativa D está incorreta. A culpa não é mais suficiente para configurar ato de improbidade, nem mesmo em caso de dano ao erário (art. 1º, §1º LIA e ARE 843989/PR).

A alternativa E está incorreta. Os atos de improbidade administrativa podem ser praticados contra o patrimônio de entidades privadas, quando recebem recursos públicos para finalidades de interesse público, como é o caso das organizações sociais (Art. 1º, §6º, Lei nº 8.429/92).

**QUESTÃO 90. Determinada autarquia federal firmou um acordo com a União com vistas a ampliar a sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira.**

**Nesse sentido, à luz da Constituição e da Lei Federal nº 13.934/2019, o acordo tem o nome de:**

**a) convênio de cooperação, a partir do qual a autarquia passa a ser qualificada como agência reguladora, submetendo-se a metas de desempenho que constituem condição para a fruição das autonomias especiais.**

**b) termo de parceria, a partir do qual a autarquia passa a ser qualificada como agência executiva, sendo certo que a avença não constitui forma de autovinculação para a entidade supervisora.**

**c) contrato de gestão, a partir do qual a autarquia passa a ser qualificada como agência reguladora, sendo certo que a avença constitui forma de autovinculação para a entidade supervisora.**

**d) contrato de gestão, a partir do qual a autarquia passa a ser qualificada como agência reguladora, submetendo-se a metas de desempenho que não condicionam a fruição das autonomias especiais.**

**e) contrato de desempenho, a partir do qual a autarquia passa a ser qualificada como agência executiva, submetendo-se a metas de desempenho que constituem condição para a fruição das autonomias especiais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata de agências executivas e contrato de desempenho.

A Lei nº 13.934/2019, que regulamenta o art. 37, §8º da Constituição Federal, introduz o instrumento contrato de desempenho, o qual tem como finalidade estabelecer metas de desempenho como contrapartida para a concessão de autonomias especiais a órgãos e entidades da administração pública. Nesse sentido: “Art. 2º Contrato de desempenho é o acordo celebrado entre o órgão ou entidade supervisora e o órgão ou entidade supervisionada, por meio de seus administradores, para o estabelecimento de metas de desempenho do supervisionado, com os respectivos prazos de execução e indicadores de qualidade, tendo como contrapartida a concessão de flexibilidades ou autonomias especiais”.

A alternativa A está incorreta. A Lei Federal nº 13.934/2019 não trata de convênio de cooperação.

A alternativa B está incorreta. A Lei Federal nº 13.934/2019 não trata do termo de parceria.

A alternativa C está incorreta. A Lei Federal nº 13.934/2019 não trata de contrato de gestão.

A alternativa D está incorreta. A Lei Federal nº 13.934/2019 não trata de contrato de gestão.

A alternativa E está correta. O contrato de desempenho, previsto pela Lei nº 13.934/2019, é o instrumento adequado para a concessão de autonomias especiais a órgãos e entidades da Administração Pública, desde que cumpram metas de desempenho. Este contrato estabelece a flexibilização das competências e a ampliação das autonomias de gestão, orçamentária e financeira, em troca do cumprimento das metas

acordadas. Além disso, a qualificação como agência executiva é uma forma de conceder maior autonomia para a gestão desses órgãos.

**QUESTÃO 91.** "A Prefeitura de Aracaju suspende, pelo prazo de 60 dias, os pagamentos de obrigações relativas a despesas de exercícios anteriores de contratação para aquisição ou locação de bens, produtos ou serviços de terceiros. Exceto despesas com serviços de fornecimento de água e energia elétrica. O texto foi publicado no Diário Oficial da última sexta-feira (10). O decreto de número 7.973 cita ainda a necessidade de reduzir os gastos com a máquina pública e assegurar a integridade dos procedimentos contábeis e a eficácia dos controles na execução orçamentária e financeira do município."

(A prefeitura de Aracaju suspende pagamento de despesas de exercícios anteriores por 60 dias. 13/01/2025. Disponível em [g1.globo.com](http://g1.globo.com))

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, há sobrepreço quando ocorre(m):

- a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas.
- b) orçamento de preço para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado.
- c) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança.
- d) alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado.
- e) alterações de cláusulas financeiras que gerem reajuste irregular de preços.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Licitações.

A alternativa A está incorreta. Não configura o conceito de sobrepreço, conforme a Lei nº 14.133/2021, mas superfaturamento. Vejamos: "Art. 6 [...] LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por: a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas".

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 6º, inciso LVI, da Lei nº 14.133/2021, o sobrepreço ocorre quando o preço orçado ou contratado é expressivamente superior aos preços referenciais de mercado. Confira-se: "Art. 6º (...) LVI - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada".

A alternativa C está incorreta. Não configura o conceito de sobrepreço, conforme a Lei nº 14.133/2021, mas superfaturamento. Vejamos: “Art. 6 [...] LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por: [...] b) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança”.

A alternativa D está incorreta. Não configura o conceito de sobrepreço, conforme a Lei nº 14.133/2021, mas superfaturamento. Vejamos: “Art. 6 [...] LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por: [...] c) alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado”.

A alternativa E está incorreta. Não configura o conceito de sobrepreço, conforme a Lei nº 14.133/2021, mas superfaturamento. Vejamos: “Art. 6 [...] LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por: [...] d) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços”.

**QUESTÃO 92. O Município de Canindé de São Francisco empenhou dotação orçamentária de R\$20 milhões para o patrocínio de evento com apresentações artísticas destinadas a fomentar o turismo na região, especialmente nos cânions de Xingó.**

**Nessa situação hipotética, a escolha do destinatário do patrocínio:**

- a) deve ser precedida de licitação pela modalidade concurso.**
- b) deve ser precedida de licitação pela modalidade concorrência.**
- c) deve ser precedida de licitação pela modalidade leilão.**
- d) deve ser precedida de licitação pela modalidade pregão.**
- e) não caracteriza contratação administrativa sujeita à licitação.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema dispensa de licitação.

A alternativa A está incorreta. O concurso é a modalidade licitatória prevista para contratação de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos de natureza predominantemente intelectual, como projetos, estudos ou outros trabalhos especializados, mas não se aplica à situação descrita na questão. Assim: “Art. 6º, Lei nº 14.133/2021. [...] XXIX - concurso: modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor;

A alternativa B está incorreta. A concorrência é a modalidade de licitação prevista para contratações de grande vulto, como obras e serviços de engenharia ou compras de bens de grande valor, mas não se aplica à situação descrita na questão. Vejamos: “Art. 6º, Lei nº 14.133/2021. [...] XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto”.

A alternativa C está incorreta. A modalidade leilão é utilizada quando o objeto da licitação for bens inservíveis ou legalmente apreendidos, ou seja, quando se busca a venda de bens pertencentes à Administração Pública, mas não se aplica à situação descrita na questão. Assim: “Art. 6º, Lei nº 14.133/2021. [...] XL - leilão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance”.

A alternativa D está incorreta. O pregão é uma modalidade de licitação mais rápida, utilizada principalmente para a aquisição de bens e serviços comuns, como materiais de escritório, equipamentos e serviços de natureza mais simples, mas não se aplica à situação descrita na questão. Logo, “Art. 6º, Lei nº 14.133/2021. [...] XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”.

A alternativa E está correta. A questão se refere expressamente à “patrocínio”, que não é espécie de contrato administrativo sujeito à licitação. O patrocínio é uma forma de apoio financeiro ou promocional a eventos, atividades culturais, esportivas, educacionais, entre outras. Em sua natureza, o patrocínio não se confunde com os contratos administrativos, que envolvem a prestação de serviços ou fornecimento de bens para o poder público, e, conseqüentemente, a obrigação de licitação.

**QUESTÃO 93. Um determinado condomínio edilício situado no Município de Poço Redondo/SE questionou judicialmente o valor das tarifas de serviços de água e esgoto cobradas pela concessionária desses serviços públicos na região. O referido condomínio possui diversas unidades autônomas de consumo, mas apenas um hidrômetro.**

**Nessa situação, é correto afirmar, quanto à tarifa dos serviços públicos de saneamento, que é lícita a cobrança:**

**a) pelo método do consumo real global, haja vista que apura o serviço efetivamente prestado aos usuários do serviço a partir de todas as unidades conjuntamente consideradas.**

**b) pelo método do consumo real fracionado, pois apura o valor do serviço efetivamente prestado a cada fração do condomínio edilício a partir de todas as unidades individualmente consideradas.**

**c) pelo método do consumo global presumido, haja vista permitir à concessionária exigir do condomínio uma tarifa mínima a título de franquia de consumo, afastando a cobrança pelo consumo das unidades individualmente consideradas.**

**d) de uma tarifa mínima devida por cada uma das unidades consumidoras e de uma segunda parcela exigida apenas se o consumo real aferido pelo medidor exceder franquia de consumo de todas as unidades conjuntamente consideradas.**

**e) por metodologia de cálculo que, a partir de um hibridismo de regras e conceitos, dispense cada unidade de consumo do condomínio da tarifa mínima exigida a título de franquia de consumo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema serviços públicos.

O Supremo Tribunal Federal, no REsp 1.937.887, decidiu: “1. Nos condomínios formados por múltiplas unidades de consumo (economias) e um único hidrômetro, é lícita a adoção de metodologia de cálculo da tarifa devida pela prestação dos serviços de saneamento por meio da exigência de uma parcela fixa ("tarifa mínima"), concebida sob a forma de franquia de consumo devida por cada uma das unidades consumidoras (economias); bem como por meio de uma segunda parcela, variável e eventual, exigida apenas se o consumo real aferido pelo medidor único do condomínio exceder a franquia de consumo de todas as unidades conjuntamente consideradas. 2. Nos condomínios formados por múltiplas unidades de consumo (economias) e um único hidrômetro, é ilegal a adoção de metodologia de cálculo da tarifa devida pela prestação dos serviços de saneamento que, utilizando-se apenas do consumo real global, considere o condomínio como uma única unidade de consumo (uma única economia). 3. Nos condomínios formados por múltiplas unidades de consumo (economias) e um único hidrômetro, é ilegal a adoção de metodologia de cálculo da tarifa devida pela prestação dos serviços de saneamento que, a partir de um hibridismo de regras e conceitos, dispense cada unidade de consumo do condomínio da tarifa mínima exigida a título de franquia de consumo”.

A alternativa A está incorreta. A metodologia do consumo real global não é permitida, pois considera o condomínio como uma única unidade de consumo, o que é ilegal segundo a jurisprudência do REsp 1.937.887.

A alternativa B está incorreta. O consumo real fracionado não é aplicável.

A alternativa C está incorreta. O consumo global presumido não é aplicável.

A alternativa D está correta. A tarifa mínima por unidade consumidora e a segunda parcela variável com base no consumo real aferido pelo medidor único do condomínio são metodologias lícitas conforme o REsp 1.937.887.

A alternativa E está incorreta. Conforme o REsp 1.937.887, “é ilegal a adoção de metodologia de cálculo da tarifa devida pela prestação dos serviços de saneamento que, a partir de um hibridismo de regras e conceitos, dispense cada unidade de consumo do condomínio da tarifa mínima exigida a título de franquia de consumo”.

**QUESTÃO 94. Determinado agente público praticou um ato administrativo inquinado de vício que o torna anulável. Posteriormente, o órgão competente confirmou o ato anulável, suprindo o vício de que padecia.**

À luz do Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, considera-se ocorrida, no caso, uma:

a) ratificação, admitida antes ou depois do prazo para a impugnação do ato, independentemente da propositura de ação de anulação perante o Judiciário.

b) reforma, admitida apenas quando ainda em curso o prazo para a impugnação do ato ou até o momento em que for proposta, perante o Judiciário, a respectiva ação de anulação.

c) ratificação, admitida apenas quando ainda em curso o prazo para a impugnação do ato ou até o momento em que for proposta, perante o Judiciário, a respectiva ação de anulação.

d) reforma, admitida antes ou depois do prazo para a impugnação do ato, independentemente da propositura de ação de anulação perante o Judiciário.

e) conversão, admitida antes ou depois do prazo para a impugnação do ato, independentemente da propositura de ação de anulação perante o Judiciário.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema convalidação.

Para responder a questão, é necessário o conhecimento acerca do art. 77, parágrafos 4º, 5º e 6º do Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe. Vejamos: “Art. 77 [...] Parágrafo 4º O ato anulável admite convalidação mediante: I - ratificação, reforma ou conversão; II - decurso do prazo para a sua impugnação sem que esta haja sido apresentada, ou quando tenha sido recusada anteriormente, sem exame da sua procedência; III - aceitação do seu destinatário, manifestada expressa ou tacitamente. Parágrafo 5º Para os fins do parágrafo anterior, considera-se: I - ratificação, o ato administrativo mediante o qual o órgão competente confirma o ato anulável, suprimindo o vício de que padecia; II - reforma, o ato administrativo destinado a conservar do ato reformado a parte não afetada de ilegalidade; III - conversão, o ato administrativo pelo qual se transfere de uma categoria para outra, que o torne válido, o ato anteriormente praticado. Parágrafo 6º A ratificação, a reforma ou a conversão é admitida apenas quando ainda em curso o prazo para a impugnação do ato ou até o momento em que for proposta, perante o Judiciário, a respectiva ação de anulação”.

A alternativa A está incorreta. A ratificação só é admitida enquanto o prazo para impugnação do ato ainda estiver em curso ou até o momento em que for proposta a ação de anulação perante o Judiciário.

A alternativa B está incorreta. A reforma é diferente da ratificação. Ela visa modificar um ato administrativo para manter o que não é afetado pela ilegalidade, mas não é o caso da descrição da questão, que se refere à ratificação.

A alternativa C está correta. A ratificação ocorre quando o órgão competente confirma um ato anulável e suprime o vício, e isso é permitido enquanto o prazo para impugnação do ato ainda estiver em curso ou até o momento da proposta de ação de anulação.

A alternativa D está incorreta. A reforma só é admitida enquanto o prazo para impugnação do ato ainda estiver em curso ou até o momento em que for proposta a ação de anulação perante o Judiciário.

A alternativa E está incorreta. A conversão só é admitida enquanto o prazo para impugnação do ato ainda estiver em curso ou até o momento em que for proposta a ação de anulação perante o Judiciário.

**QUESTÃO 95.** A pessoa jurídica Sergipana Indústria e Comércio Ltda., usando de recursos financeiros próprios, adquiriu um terreno na cidade de Aracaju. Este mesmo foi invadido por um grupo de invasores profissionais, que posteriormente repartiram a área entre um grande número de pessoas carentes, que nele rapidamente fixaram residência. O estado de Sergipe, atento ao apelo político da situação, disponibilizou serviços públicos no local, como água, luz, asfalto, esgoto, postos de saúde e escola, obras estas realizadas em terreno de propriedade privada. O governador do estado decretou a desapropriação do imóvel por interesse social. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que:

a) a existência de liminar impedindo a prática de atos tendentes a efetivar a desapropriação, inclusive a propositura da correspondente ação, não obsta o curso do prazo para a decadência do decreto expropriatório.

b) o expropriante tem o prazo de dois anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação, independentemente da adoção de providências de aproveitamento do bem expropriado.

c) não enseja indenização a desapropriação direta não implementada em razão da caducidade do decreto expropriatório quando o ente expropriante não houver ultimado ato que implique a perda do domínio do bem pelo particular.

d) há responsabilidade do Estado quando este realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por terceiros apresenta situação consolidada e irreversível, ainda que não tenha concorrido para o desapossamento ocasionado exclusivamente por particulares.

e) ocorre desapossamento por parte do ente público ao realizar obras de infraestrutura em imóvel cuja invasão já se consolida, pois a simples invasão de propriedade urbana por terceiros, mesmo sem ser repelida pelo poder público, constituem desapropriação indireta.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema desapropriação e é considerada complexa.

A alternativa A está incorreta. A existência de liminar impedindo a prática de atos de efetivação da desapropriação pode, sim, obstruir o curso do prazo para a decadência do decreto expropriatório.

A alternativa B está incorreta. Segundo o art. 3º da Lei nº 4.132/1962: “Art. 3º O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado”.

A alternativa C está correta. Em situações de desapropriação direta, o ente expropriante deve indenizar o proprietário do bem expropriado, com base no valor de mercado do imóvel. Contudo, no caso de caducidade do decreto expropriatório, a indenização não é devida, pois a caducidade extingue os efeitos do ato administrativo emitido para fins de desapropriação. A simples decretação da desapropriação não gera o direito à indenização.

A alternativa D está incorreta. O Estado não tem responsabilidade pela ocupação irregular realizada por particulares. Embora o Estado possa fornecer serviços públicos em áreas invadidas, como água, luz, asfalto e esgoto, isso não implica que ele seja responsável pela invasão ou pela situação da propriedade.

A alternativa E está incorreta. A simples invasão de propriedade privada não configura uma desapropriação indireta. A desapropriação indireta só ocorreria se o Estado efetivamente interferisse no domínio do imóvel, tomando medidas para integrá-lo ao patrimônio público, o que não é o caso. A obra de infraestrutura não é suficiente para caracterizar a desapropriação indireta. Vejamos: “Não configura desapropriação indireta quando o Estado se limita a realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível (REsp 1.770.001-AM)”.

**QUESTÃO 96. Em determinada relação processual, uma das partes sustentou que o magistrado, ao individualizar a norma de conduta a ser aplicada na solução do litígio, deveria levar em consideração os parâmetros argumentativos obtidos a partir dos alicerces teóricos da lógica do razoável. Caso encampe a tese apresentada pela referida parte, o magistrado deve:**

- a) prestigiar a previsibilidade da norma, não buscando adequá-la ao problema;**
- b) reconhecer que a norma tem uma validade intrínseca, como as proposições matemáticas;**
- c) identificar o ponto de vista central que justifica os fins da norma, afastando os demais;**
- d) identificar a solução mais adequada, ainda que os meios empregados sejam ilegítimos;**
- e) distanciar-se de concepções que se desenvolvem a partir da estrutura lógica da inferência correta.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lógica do razoável.

A alternativa A está incorreta. A lógica do razoável busca justamente a solução do problema, com as adequações necessárias, uma superação do paradigma positivista. O critério de justiça não é definido com base na norma posta, mas com base nos valores sociais e nos fatos que atravessam o caso concreto. A esse método, Recaséns-Siches denomina Lógica do Razoável ou Lógica da Equidade.

A alternativa B está incorreta. Não há lógica matemática na aplicação das normas;

A alternativa C está incorreta. Para Luís Recaséns-Siches há sete características basilares da lógica do razoável: 1.ser limitada pela realidade concreta do mundo em que opera – aspecto histórico da lógica do

razoável; 2. ser impregnada de valores – aspecto valorativo da lógica do razoável; 3. seus valores são concretos, vinculados a uma determinada situação humana – aspecto concreto da lógica do razoável; 4. busca objetivos e finalidades no agir humano – aspecto teleológico da lógica do razoável; 5. as finalidades e os objetivos condicionam-se à realidade humana – aspecto cultural da lógica do razoável; 6. rege-se por razões de congruência e adequação – aspecto proporcional da lógica do razoável; e 7. vincula-se aos ensinamentos extraídos da experiência humana e histórica – aspecto fático da lógica do razoável.

A alternativa D está incorreta. Recaséns-Siches afirma que a Lógica do Razoável rege-se por razões de congruência e adequação em relação à I) realidade social e os melhores valores que devem ser preferidos em hierarquia para ordená-la; II) quais os fins e, dentre estes, quais os valiosos a se concretizar – não por um critério utilitário, mas sempre visando assegurar a justiça em harmonia com a segurança; III) se a realização destes fins é possível e conveniente; IV) quais os meios para realizá-los seguido da correlação ética devem guardar na execução.

A alternativa E está correta. Para Siches, o procedimento de interpretação do comando legal é instrumento de concretização da justiça. Corresponde à fixação do sentido da norma, delimitando seu espaço e suas possibilidades de aplicação.

**QUESTÃO 97. Na petição inicial da ação que apresentou em juízo, o autor sustentou que o pedido formulado buscava assegurar a proteção de determinados direitos potencialmente colidentes com outros, o que, a seu ver, deveria ser resolvido a partir de uma perspectiva utilitarista.**

**Ao analisar essa construção, o magistrado observou, corretamente, que a perspectiva de análise indicada pelo autor:**

- a) identifica a correção do proceder a partir da maximização das consequências benéficas;**
- b) prestigia a segurança jurídica com a adoção de argumentos já arraigados no ambiente sociopolítico;**
- c) está funcionalmente comprometida com a proteção da esfera jurídica individual em detrimento da coletiva;**
- d) evita a manipulação do direito com o delineamento da solução jurídica a partir de conceitos subjetivos como o de bem comum;**
- e) busca assegurar o resultado útil do processo a partir de uma compreensão do direito que prestigie os seus dogmas estruturais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema utilitarismo.

A alternativa A está correta. O utilitarismo é uma doutrina que avalia a moral e, sobretudo, as consequências das condutas.

A alternativa B está incorreta. O modelo utilitarista prega a revisão da norma quando estas não estejam mais de acordo com os ideais da sociedade. Uma sociedade justa, portanto, é aquela que consegue mensurar a felicidade coletiva que se funda no somatório da felicidade individual de cada cidadão. Quando o direito não consegue conduzir este objetivo, deve haver uma reforma geral no ordenamento jurídico e na administração da justiça;

A alternativa C está incorreta. A esfera coletiva é ponto central da lógica utilitarista, que defende a democracia e a prevalência dos interesses da maioria. A teoria tem como um dos seus preceitos o “Agir sempre de forma a produzir a maior quantidade de bem-estar.”;

A alternativa D está incorreta. O bem comum é o objeto central da teoria, pois a satisfação do interesse da coletividade, consubstanciada como felicidade, é a meta do governo justo.

A alternativa E está incorreta. A doutrina utilitarista leva em consideração que o valor moral de um ato depende da felicidade e prazer que proporciona para o máximo de pessoas.

**QUESTÃO 98. A comarca Alfa, do Estado de Sergipe, conta com mais de uma Vara. Um malote em meio físico, contendo plantas arquitetônicas da reforma a ser realizada no prédio do Fórum, foi direcionado ao diretor do Fórum.**

**O servidor responsável pela recepção do malote concluiu, corretamente, que, na sistemática estabelecida no Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, a referida função deve ser exercida pelo:**

**a) juiz de direito mais antigo na classe;**

**b) servidor designado pelo presidente do Tribunal;**

**c) servidor designado pelo corregedor-geral da Justiça;**

**d) juiz de direito indicado pelo corregedor-geral da Justiça e designado pelo presidente do Tribunal;**

**e) juiz de direito designado pelo presidente do Tribunal, atribuindo-se preferência ao primeiro voluntário inscrito.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema código de organização judiciária do Estado de Sergipe.

A alternativa A está incorreta. Não há critério de antiguidade previsto para a nomeação da função de Diretor do Fórum;

A alternativa B está incorreta. A função será ocupada por um juiz e não por qualquer outro servidor;

A alternativa C está incorreta. A indicação será a de um juiz, não de servidor de outra carreira;

A alternativa D está correta. De acordo com o artigo 38 do Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe: “Nas Comarcas providas de duas ou mais varas, competirá ao Corregedor Geral da Justiça indicar, anualmente, para designação do Presidente, o Juiz que exercerá a Direção do Fórum, permitida a recondução. Essa designação poderá ser alterada a qualquer tempo, considerados a conveniência do serviço e o interesse do Poder Judiciário.”.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão de voluntariado para a função.

**QUESTÃO 99. Em um estado-membro da federação brasileira, uma pessoa com transtorno mental sofreu maus-tratos no interior de uma clínica psiquiátrica, falecendo três dias após sua internação na clínica. Esta era uma instituição de saúde privada contratada pelo ente federativo para prestar serviço de atendimento psiquiátrico, sob direção do Sistema Único de Saúde. Houve uma série de atos de negligência e demora na investigação. E, no processo penal, ficou constatada demora injustificável atribuível apenas às autoridades judiciais. A luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e do entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte), é correto afirmar que:**

**a) a Corte deve responsabilizar exclusivamente o referido estado-membro da federação brasileira pelas violações aos direitos humanos elencados;**

**b) a responsabilidade não pode ser fixada já que esta só acontece em unidade de saúde de natureza pública, inexistindo dever de fiscalização em clínica psiquiátrica com a natureza acima citada;**

**c) o Conselho Nacional de Justiça pode ser convidado, na condição de entidade autônoma, a prestar informações sobre a supervisão do cumprimento de sentença proferida pela Corte;**

**d) a mencionada demora atribuídas às autoridades judiciais, no curso do processo penal, não pode ensejar responsabilidade por causa de previsão constitucional de autonomia e independência do Poder Judiciário;**

**e) a Corte não pode impor a capacitação para o pessoal vinculado a atendimento de saúde mental, em hospitais psiquiátricos, por se tratar de uma política pública exclusiva do ente político, seara sobre a qual a Corte não tem ingerência.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Corte IDH.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a Corte não deve responsabilizar exclusivamente o estado-membro por violações de direitos humanos, pois a responsabilidade internacional é da União. O Incidente de Deslocamento de Competência permite que, em casos de grave violação de direitos humanos, a competência seja deslocada para a Justiça Federal, assegurando que a União possa cumprir suas obrigações internacionais e evitar condenações internacionais. Isso reafirma a competência da União em lidar com questões de direitos humanos no âmbito internacional, enquanto os estados-membros podem ser responsabilizados internamente, mas não no contexto de tratados internacionais.

A alternativa B está incorreta, uma vez que a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem competência para julgar casos de violação da Convenção Americana de Direitos Humanos, e o Brasil, como signatário, está sujeito a essa jurisdição. Isso significa que, mesmo que a violação ocorra em uma clínica privada, se esta estiver prestando serviços em nome do Estado, a União pode ser responsabilizada internacionalmente.

A alternativa C está correta. O Conselho Nacional de Justiça pode ser convidado, na condição de entidade autônoma, a prestar informações sobre a supervisão do cumprimento de sentença proferida pela Corte. No caso *Ximenes Lopes vs. Brasil*, paradigmático julgado em 2006, a Corte IDH responsabilizou o Estado brasileiro pela morte de Damião Ximenes Lopes, portador de transtornos mentais, ocorrida em uma clínica psiquiátrica privada conveniada ao SUS, no Ceará. A Corte entendeu que o Estado é responsável por atos de particulares quando estes atuam em delegação de função pública (como no caso de uma clínica contratada pelo SUS); a demora judicial e a ineficiência institucional, mesmo no âmbito do Poder Judiciário, não excluem a responsabilidade internacional do Estado; na fase de supervisão do cumprimento da sentença, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), embora não seja parte formal no processo, pode ser instado a prestar informações, conforme o mecanismo de cooperação entre a Corte e os órgãos internos de supervisão e controle. A própria Corte, nas resoluções posteriores à sentença, solicitou informações ao CNJ, considerando seu papel institucional na fiscalização do Judiciário brasileiro. Isso demonstra a interação entre o sistema interamericano e instituições internas do Estado brasileiro para fins de cumprimento das medidas determinadas.

A alternativa D está incorreta, pois a autonomia do Poder Judiciário não exime a União de sua responsabilidade internacional. A Corte Interamericana adota critérios específicos para avaliar a razoabilidade da duração de um processo, considerando a complexidade do caso, a atividade processual das partes, a conduta das autoridades judiciais e o impacto na situação jurídica da vítima. Portanto, mesmo que a demora seja atribuída às autoridades judiciais, a responsabilidade internacional pode ser configurada se a demora resultar em violação dos direitos garantidos pela Convenção Americana.

A alternativa E está incorreta, pois a Corte Interamericana pode, sim, recomendar ou ordenar que um Estado adote medidas para proteger os direitos humanos, incluindo a capacitação de pessoal de saúde mental, se isso for considerado necessário para garantir os direitos dos pacientes. No entanto, a implementação dessas medidas geralmente fica a cargo do Estado, que deve decidir como melhor cumprir as obrigações impostas pela Corte, respeitando sua soberania e as particularidades de suas políticas públicas.

**QUESTÃO 100.** Na relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro é possível encontrar um importante tema: a proteção de pessoas com deficiência. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz, no 52º do Art. 227, que "[a] lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência" e, no Art. 244, que "[a] lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no Art. 227, §2", Já a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no Art. 9.1, afirma que "[a]fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as

demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural".

Considerando os documentos apontados e apenas esses dispositivos, é correto que o magistrado, em um caso sobre direito à acessibilidade de pessoas com deficiência, trace o seguinte raciocínio:

a) o magistrado deve seguir o que a lei reclamada pelos dispositivos constitucionais dispuser para propiciar a melhor proteção da pessoa com deficiência, por ser a norma da Constituição superior à da Convenção;

b) a mencionada Convenção tem natureza supralegal, embora infraconstitucional, e a lei, a que se referem os dispositivos constitucionais, deve observá-la, sendo descabido o controle de constitucionalidade tendo a Convenção como parâmetro;

c) a citada Convenção, por possuir status de lei, precisa estar em conformidade com a Constituição de 1988, e eventual conflito com a lei mencionada pelos dispositivos constitucionais é resolvido pelo critério cronológico;

d) a aludida Convenção guarda status equivalente às emendas constitucionais, compõe o chamado bloco de constitucionalidade e, por isso, serve de parâmetro para examinar a legitimidade constitucional da lei a que fazem alusão os dispositivos da Constituição de 1988;

e) a lei mencionada pelos dispositivos da Constituição de 1988, por conta da redação impositiva do dispositivo convencional, não poderá ser mais abrangente e protetiva do que a Convenção, porque inexistente o princípio da prevalência da norma mais favorável ao titular do direito.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A alternativa A está incorreta, uma vez que ignora o status constitucional da Convenção e sugere que a lei ordinária prevalece.

A alternativa B está incorreta, uma vez que a Convenção não tem status supralegal nesse caso, mas sim constitucional, pois foi aprovada com quórum qualificado.

A alternativa C está incorreta, pois trata a Convenção como lei ordinária, o que está incorreto, pois ela tem força de emenda constitucional.

A alternativa D está correta. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, junto com seu Protocolo Facultativo, foi aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e ratificada pelo Presidente da República com observância do rito do § 3º do art. 5º da CF/88, conforme o Decreto nº 6.949/2009. Por isso, possui status de norma constitucional, equiparando-se a emenda constitucional, e integra o bloco de constitucionalidade brasileiro. O fundamento jurídico para o reconhecimento da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como norma constitucional no Brasil encontra-se no artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988. Este dispositivo

estabelece que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, juntamente com seu Protocolo Facultativo, foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 2008, e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 2009, após sua aprovação com o quórum qualificado exigido pelo texto constitucional. Dessa forma, conforme jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, especialmente no julgamento do Recurso Extraordinário 657.718/DF, com repercussão geral reconhecida (Tema 990), a Convenção possui status de norma constitucional, integrando o bloco de constitucionalidade. Assim, seus dispositivos podem ser utilizados como parâmetro de controle de constitucionalidade, inclusive para verificar a compatibilidade de normas infraconstitucionais e até de outras normas constitucionais com ela, nos termos da proteção reforçada aos direitos das pessoas com deficiência.

A alternativa E está incorreta, pois existe, sim, o princípio da prevalência da norma mais favorável em matéria de direitos humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [yasminushara](#)